

A woman with long brown hair, wearing a blue short-sleeved dress and a straw hat, is walking away from the viewer on a path made of golden wheat stalks. The path leads towards rolling golden hills under a large, bright yellow sun in a blue sky with stylized white clouds. The overall scene is warm and evocative.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras 2025

*M. Dias Branco*

Sonhar, realizar, crescer



SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA	3
A M. DIAS BRANCO	5
CONTEXTO DE MERCADO	10
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	12
MERCADO DE CAPITAIS	22
AGENDA ESTRATÉGICA ESG	22
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	35
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	39
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	47
DECLARAÇÕES DOS DIRETORES E RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	116

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Prezadas leitoras e prezados leitores,

Apresentamos a seguir o Relatório da Administração de 2025. Ao longo do último ciclo anual, avançamos em pautas, projetos e processos estruturantes que nos fortaleceram para os próximos anos. Nossas prioridades estratégicas estão bem definidas: crescer com rentabilidade, fortalecer as capacidades comerciais com incremento de *market share*, revisar a estrutura de custos e despesas, aumentar a produtividade fabril e de distribuição e consolidar uma cultura mais ágil, colaborativa e orientada a resultados positivos.

Reafirmamos nosso compromisso com a proteção da rentabilidade, por meio de iniciativas voltadas à eficiência operacional, redução de custos e melhoria contínua. Temos avançado e investido de forma consistente em tecnologia, por meio de uma agenda de transformação tecnológica que inclui a adoção de soluções baseadas em IA (inteligência artificial) em diversas áreas da Companhia, ampliando eficiência, assertividade nas decisões e geração de valor ao negócio. Seguimos investindo em inovação, ampliação do portfólio de maior valor agregado, nutrição e saudabilidade, e constante modernização do nosso parque fabril.

Todas as nossas decisões permanecem guiadas pela busca da satisfação de nossos clientes e consumidores, cumprindo, assim, nossa missão de alimentar, nutrir e inspirar pessoas, transformando sonhos em realidade.

O ano de 2025 foi marcado por uma profunda transformação na nossa área Comercial. Realizamos uma reestruturação abrangente, que envolveu a criação de quatro frentes de crescimento, com maior clareza de papéis e processos, mais agilidade, disciplina de execução e foco no *sell-out*. A estrutura comercial passou a contemplar as frentes de biscoitos, massas e margarinas; *food service*, com farinhas, farelos e gorduras industriais; saudáveis e *snacks*; e negócios internacionais. Essa reestruturação criou as condições para que as decisões de negócio sejam centradas nos consumidores e equilibrou a alocação de investimentos entre Marketing e Trade Marketing.

Retomamos o crescimento dos volumes e registramos um aumento de 8% na receita líquida e de 2,1% no lucro líquido em relação ao ano de 2024. O Ebitda ultrapassou R\$ 1,1 bilhão, com margem de 10,6%. A Fitch Ratings reafirmou nosso rating AAA, com perspectiva estável, reconhecendo o forte perfil de negócios da Companhia, com marcas e distribuição consolidadas, além da consistente geração de caixa e resiliência frente à volatilidade do trigo e do câmbio.

Em 2025, mantivemos nossa posição de liderança no mercado de massas e biscoitos e fortalecemos nossa presença nos pontos de vendas (PDV's), por meio da redistribuição dos investimentos e da recuperação dos resultados em mercados chave e com alto potencial de crescimento.

No segmento de *food service*, que mantém trajetória de crescimento consistente, ampliamos nossa presença no mercado de restaurantes, bares e padarias, com portfólio dedicado que inclui farinhas industriais, pré-misturas, massas, margarinas e gorduras industriais. O lançamento da marca M. Dias Branco Profissional reforçou o posicionamento da Companhia entre esses clientes, oferecendo soluções integradas, suporte técnico especializado e maior proximidade comercial.

Em relação aos produtos saudáveis, reforçamos a posição de liderança no mercado de granolas, rosquinhas e cookies integrais. Implementamos um novo modelo de distribuição comercial, estruturado com operação *Cross Docking*, o que trouxe maior agilidade no atendimento ao mercado.

No plano internacional, expandimos a presença da Las Acacias no Uruguai, com novas linhas de biscoitos e torradas, ampliando sinergias e adequação de portfólio às peculiaridades locais. Com isso, consolidamos a liderança no mercado uruguaio de biscoitos e alcançamos a segunda posição em massas, fortalecendo nossa competitividade e ampliando o potencial de crescimento no país.

No âmbito ESG, reforçamos nosso compromisso com o meio ambiente, a sociedade, e com a geração de valor, orientados pelos três pilares da Agenda Estratégica — ambiental, social e governança, conforme será detalhado ao longo deste relatório.

Em 2025, conquistamos reconhecimentos e firmamos compromissos relevantes. Conquistamos, pela oitava vez, o Troféu Transparência da Anefac, reflexo das melhores práticas de divulgação financeira. Mantivemos aderência superior a 97% ao Informe de Governança Corporativa da CVM, mantendo nossa posição de destaque entre as empresas de alimentos do Novo Mercado. Pelo terceiro ano seguido, recebemos a certificação *Great Place to Work*, reforçando nosso compromisso com um ambiente de trabalho positivo e inclusivo. Aderimos ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial e ratificamos a certificação ISO Antissuborno, que reforçam nosso compromisso com a mitigação de riscos e geração de valor para nossos investidores e demais *stakeholders*. Mantivemos a nota AA no MSCI ESG Ratings, evidenciando nossa resiliência frente a riscos e oportunidades em matéria ESG e obtivemos, nota A- no Carbon Disclosure Project (CDP) em mudanças climáticas e, no CDP Água, em nosso primeiro ano de reporte, a nota B.

É importante ressaltar que contamos com um Conselho de Administração sólido e bem estruturado, apoiado por comitês de assessoramento que, juntos, atuam com independência, diversidade de experiências e competências complementares. Esse modelo fortalece a qualidade das decisões, amplia a visão estratégica e reforça o compromisso da Companhia com a perenidade do negócio e a geração de valor no longo prazo.

Temos feito bastante, mas o que nos move e nos inspira é saber que ainda existem amplas avenidas de oportunidades. Para aproveitá-las, contamos com um time formado por profissionais altamente qualificados, comprometidos e resilientes, que fazem a diferença com ética, dedicação e empenho.

Esperamos despertar seu interesse em conhecer mais sobre a M. Dias Branco por meio deste relatório, que apresenta, de forma clara e objetiva, nossos avanços, compromissos e direcionadores estratégicos.

Desejamos uma excelente leitura!

Muito obrigado.

Ivens Dias Branco Júnior
Presidente



A M. DIAS BRANCO

A M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos é uma empresa multinacional do segmento alimentício, com operações no Brasil e no Uruguai. A Companhia é líder nacional, em volume de vendas, nos mercados de biscoitos, massas, granolas e farinha de trigo, além de atuar nos segmentos de bolos, chocolates, farelos, grãos, margarinas, cremes e óleos vegetais, misturas para bolos, pães e *wraps*, pastas de amendoim, *snacks* e *nuts*, temperos e torradas. Seu portfólio contempla ingredientes e alimentos voltados a diversos perfis de consumidores, atendendo diferentes ocasiões de consumo, do café da manhã ao jantar, com opções saudáveis, funcionais, *premium* e indulgentes.

As marcas da Companhia figuram entre as mais lembradas pelos consumidores em *rankings* nacionais e regionais, refletindo relações de confiança construídas com base na qualidade dos produtos e na geração de valor compartilhado.

Com sede no município de Eusébio, no Ceará, a M. Dias Branco conta com 22 unidades industriais distribuídas em diversos estados brasileiros e uma unidade localizada em Montevidéu, Uruguai.

Em 2025, alinhada a uma prioridade estratégica e por meio do projeto "Cultura que Alimenta", a Companhia iniciou um processo estruturado de evolução cultural, com o objetivo de fortalecer práticas mais ágeis, colaborativas e orientadas ao cliente e a resultados. Como parte dessa iniciativa, o Propósito, a Missão, a Visão e os Valores foram revisitados, atualizados e alinhados ao direcionamento estratégico da organização, orientando a atuação dos cerca de 17 mil colaboradores.



Propósito

Sonhar, realizar, crescer.



Missão

Alimentar e inspirar as pessoas, transformando sonhos em realidade.



Visão

Ser uma grande empresa de alimentos do Brasil, com presença global, atuação diversificada, crescimento sustentável e respeito às nossas origens.



Valores

Simplicidade para focar no que importa;

Atitude colaborativa para fazer mais e melhor;

Criatividade para gerar valor;

Respeito para valorizar as pessoas;

Excelência para encantar o cliente.

RECONHECIMENTOS

Foram registrados progressos significativos em 2025, impulsionados por inovação, ciência e inteligência de mercado, bem como pela atenção constante às tendências do setor de alimentos e ao comportamento do consumidor. A seguir, apresentam-se os principais reconhecimentos obtidos no período.



Troféu Transparência Anefac,

Destaque pelas melhores práticas na divulgação de informações financeiras e contábeis, pela 8ª vez.



CDP Clima 2025,

Obtivemos nota A- em mudanças climáticas e B em segurança hídrica.

ICO2 B3

Índice Carbono Eficiente (ICO2), evidenciando o compromisso com a gestão de Gases de Efeito Estufa (GEE) e com práticas climáticas.

ISEB3

Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3), pelo 5º ano consecutivo, reforçando o compromisso com práticas sustentáveis.



Fitch Ratings

Rating AAA com Perspectiva Estável, pelo 8º ano consecutivo.



MSCI ESG Ratings

Mantivemos Rating AA

IDIVERSA B3

Destaque entre as empresas que mais valorizam a diversidade.



Índice Teva Mulheres na Liderança®, primeiro no Brasil que seleciona as empresas com maior representatividade de mulheres na governança.



PACTO BRASIL, que destaca o compromisso público com a ética.



Índice Great Place to Work da B3 (IGPTW), que considera empresas certificadas como um excelente lugar para se trabalhar, pelo 3º ano consecutivo.

Adicionalmente, a M. Dias Branco foi reconhecida, pela segunda vez consecutiva, como líder em diversas categorias da pesquisa da Institutional Investor, uma das principais publicações do mercado financeiro internacional. No segmento de Alimentos e Bebidas, no ranking América Latina Midcap, a Companhia figurou entre as 50 melhores da região (*Most Honored Company*). Além disso, foram conquistados os prêmios de Melhor CFO, Melhor Profissional de RI, Melhor Conselho de Administração, Melhor Equipe de Relações com Investidores e Melhor Encontro com Analistas Financeiros.

ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

O direcionamento estratégico da Companhia abrange o ciclo 2024–2028 e foi elaborado com o objetivo de promover crescimento sustentável e rentabilidade, estruturando-se em três pilares:

-  **Core:** fortalecimento das categorias que representam a maior parcela do faturamento — biscoitos, massas e farinhas — com foco em competitividade, eficiência e relevância no mercado;
-  **Adjacências:** ampliação e consolidação das demais categorias do portfólio, promovendo diversificação e aumento de rentabilidade, em alinhamento às tendências de mercado e à evolução do comportamento do consumidor;
-  **Internacionalização:** expansão da atuação em mercados internacionais prioritários, através das exportações e do fortalecimento das operações no Uruguai, por meio da unidade Las Acacias.

Em 2025, foi realizado um encontro para atualização do planejamento estratégico, com o propósito de revisar ações de curto e médio prazo, mantendo clientes e consumidores no centro das decisões corporativas. Na ocasião, foram analisadas as prioridades do negócio, materializadas em projetos estratégicos voltados ao aumento de rentabilidade, alavancagem de vendas, ganhos de produtividade, redução de despesas, fortalecimento da competitividade e aceleração da evolução cultural na Companhia.

A implementação dessas iniciativas resultou em avanços consistentes, conforme descrito a seguir:

- **Liderança nas categorias de biscoitos, massas e farinhas:** houve aprimoramento dos processos comerciais, com gestão mais eficiente dos investimentos e das iniciativas de *trade marketing*. Também foram intensificadas ações de capacitação da força de vendas e fortalecido o enfoque orientado ao *sell-out*, priorizando o giro de produtos no ponto de venda (PDV) e o alinhamento entre produção e consumo real. Ademais, foram realizados avanços no desenvolvimento de agentes de inteligência artificial, contribuindo para decisões mais ágeis, integradas e orientadas por dados.
- **Potencialização das categorias adjacentes:** registrou-se expansão significativa no canal *food service*, considerado estratégico em função de seu porte e elevado potencial de crescimento. A liderança no segmento de granolas foi consolidada, reforçando a presença da Companhia no mercado de alimentos saudáveis por meio da marca Jasmine. Além disso, houve evolução consistente na agenda de inovação, com destaque para a ampliação da categoria de lámen não frito e o relançamento da marca de *snacks* Frontera, ampliando a diversificação do portfólio e acompanhando tendências de consumo.
- **Expansão no mercado internacional:** a Companhia avançou de forma contínua por meio das exportações e do fortalecimento da operação no Uruguai, especialmente com a unidade Las Acacias. A presença em mercados externos foi ampliada, alcançando 43 países em todos os continentes, com destaque para expansões na África, Oriente Médio e Europa. Também foi registrado crescimento acelerado da marca Jasmine fora do Brasil, com expansão de 70% da linha em sete países, consolidando a Companhia como referência no segmento de alimentos saudáveis em mercados internacionais.

O modelo de gestão da Companhia é estruturado para assegurar que o direcionamento estratégico seja convertido em resultados concretos, mediante iniciativas alinhadas aos objetivos prioritários e aos valores essenciais da organização. Nesse contexto, o Escritório de Transformação atua na promoção de uma governança robusta, convertendo prioridades em entregas de alto impacto e reportando avanços diretamente à estrutura de governança, o que contribui para maior agilidade na tomada de decisão pelos Comitês, Presidência e Conselho de Administração.

Iniciativas contínuas têm sido implementadas para fortalecer o alinhamento estratégico entre os colaboradores, promovendo engajamento e conexão com o propósito da Companhia. Por meio de ações de comunicação, como podcasts temáticos e plataforma gamificada de aprendizagem, busca-se ampliar o senso de pertencimento e incentivar o engajamento em todos os níveis organizacionais. A disseminação clara e acessível da estratégia contribui para consolidar a trajetória de crescimento sustentável e evolução contínua da Companhia.

CULTURA ORGANIZACIONAL INOVADORA

Em 2025, a Companhia consolidou sua cultura de inovação por meio de diversas iniciativas estratégicas. O programa #Borainovar ampliou a visibilidade de parcerias e projetos inovadores, contribuindo para o posicionamento da organização como referência no ecossistema de inovação do setor alimentício brasileiro. Entre as principais ações, destacam-se:

- **Germinar:** programa de inovação aberta que conecta a Companhia a ecossistemas de inovação, startups e pesquisadores, promovendo a incorporação de novas ideias aos processos internos.
- **Relacionamento com ecossistemas:** participação em eventos, como o Rec'n'Play, apoio a projetos como o Comer Com Ciência, além de parcerias com hubs e presença em fóruns nacionais e internacionais.
- **O-HACKA-TA-ON:** realização de *hackathons* internos e universitários, estimulando o intraempreendedorismo, a capacitação de colaboradores e a interação com estudantes para solução de desafios reais da Companhia.
- **Letramento em Inteligência Artificial:** programa de capacitação que alcançou milhares de colaboradores, fomentando o uso responsável e estratégico de ferramentas de IA.
- **Reconhecimento:** recebimento do prêmio Ceará Awards 2025, em razão do destaque em práticas de inovação.
- **Digitalks Indústria:** realização de *lives* mensais abertas ao público interno e externo, abordando tendências, digitalização e cultura de dados.

Essas iniciativas reforçam o investimento contínuo na consolidação de uma cultura inovadora, contribuindo para o desenvolvimento de talentos, a integração com o ecossistema de inovação e o avanço da transformação digital, em alinhamento aos objetivos estratégicos do negócio.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)

A área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é responsável por pesquisar e desenvolver novos produtos, além de otimizar e promover melhorias contínuas em produtos, processos e embalagens. Essa atuação contribui para o fortalecimento da imagem da Companhia e agrega às marcas atributos de qualidade e inovação, buscando sempre uma relação equilibrada entre custo e benefício.

Paralelamente, a área atua de forma ética, transparente e alinhada às boas práticas concorrenciais para contribuir com a evolução do cenário regulatório brasileiro, respeitando a livre concorrência e os direitos do consumidor. Por meio de Assuntos Regulatórios, exerce papel estratégico na garantia de conformidade das inovações às regulamentações sanitárias nacionais e internacionais, realizando avaliações legais em todas as etapas dos projetos e assegurando padrões de qualidade e segurança.

A operação de P&D é orientada pelas necessidades de mercado, desenvolvendo novos projetos com base em análises críticas estruturadas e na definição de resultados esperados, que são apresentados e validados com as áreas envolvidas.

INOVAÇÃO EM PRODUTOS

Em 2025, foram revisados processos, readequados os fóruns de atuação, implementadas novas ferramentas e aprimorada a forma de execução dos projetos, com foco em velocidade e alinhamento à estratégia corporativa. O ranqueamento de ideias passou a ser efetuado de maneira digital e organizado por categoria de negócio, permitindo melhor identificação das cestas de projetos e do nível de aderência estratégica, direcionando esforços com base em critérios mais equilibrados.

Foram entregues novos produtos para os segmentos nacional, exportação, *food service* e saudáveis. Ao todo, foram lançados 61 SKUs (*Stock Keeping Units*, ou unidade de manutenção de estoque), com destaque para a Tortilla da marca Frontera, caracterizada por sabores marcantes, ausência de lupa de alto teor, ausência de organismos geneticamente modificados (OGM) e formulação sem glúten, desenvolvida com poucos ingredientes e muito sabor.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Em 2025, a M. Dias Branco avançou na execução de sua estratégia de transformação digital, consolidando a tecnologia como suporte ao crescimento dos negócios, ao aumento de volumes e à eficiência operacional. As iniciativas mantiveram o foco na integração entre tecnologia e geração de valor.

Após o marco de 2024 com a conclusão do Projeto Simplifique — migração para o SAP S/4HANA, com integração de 47 sistemas legados — o exercício de 2025 concentrou-se na captura de ganhos dessa nova base. A estabilidade operacional e a padronização dos processos elevaram a agilidade na tomada de decisão e reforçaram o suporte às estratégias comercial, industrial e logística da Companhia.

Ao longo do ano, soluções analíticas como a Torre de Controle Comercial evoluíram, ampliando a visibilidade sobre vendas, preços, cobertura de mercado e previsão de demanda. Esses avanços contribuíram para maior assertividade comercial e para a proteção de margens, apoiando a expansão em diferentes mercados.

A Inteligência Artificial passou a ser utilizada de forma estruturada para apoiar produtividade e eficiência. Em 2025, a Companhia estabeleceu diretrizes de governança e segurança para o uso de IA e priorizou aplicações voltadas à precificação, à gestão da cadeia de suprimentos e ao suporte às decisões executivas, com destaque para as análises de margem de contribuição, cujo tempo de análise caiu de uma semana para 24 horas acelerando o processo de tomada de decisão.

No ambiente industrial, avançou a digitalização com a ampliação do uso de sistemas MES (*Manufacturing Execution Systems*) em unidades estratégicas, elevando o nível de controle, a visibilidade da produção e a confiabilidade operacional, em linha com a estratégia de aumento de volumes.

Em paralelo, prosseguiu a implantação do APS – *Advanced Planning and Scheduling*, voltada à integração entre produção, demanda e logística, com início das operações previsto para o primeiro trimestre de 2026, reforçando a eficiência da cadeia produtiva e o nível de serviço.

A cibersegurança permaneceu como prioridade, acompanhando a crescente digitalização dos processos. Ainda em 2025, a Companhia concluiu a atualização dos sistemas corporativos para adequação à Reforma Tributária, com entrada em operação sem intercorrências, assegurando prontidão regulatória, segurança jurídica e estabilidade operacional.

Com uma base tecnológica integrada, resiliente e orientada por disciplina de capital, a M. Dias Branco encerra 2025 preparada para sustentar o crescimento dos negócios e apoiar a expansão operacional ao longo de 2026.

CONTEXTO DE MERCADO

MERCADO DE BISCOITOS E MASSAS

O mercado de massas encerrou 2025 com crescimento de 2%. Já a categoria biscoitos apresentou aumento de 3% no valor vendido, com retração de 3% nos volumes. Esse movimento foi impactado principalmente pelo aumento dos preços médios, que avançaram acima da inflação oficial (IPCA)*.

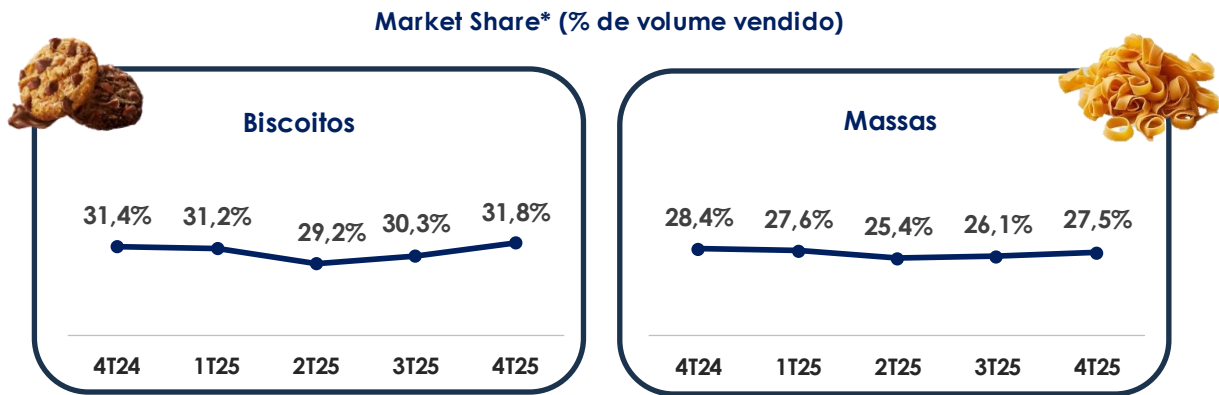
* Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

	BISCOITOS	MASSAS
	2025 vs.2024	
 Valor Vendido	+3%	+2%
 Volume Vendido	-3%	0%
 Unidades Vendidas	-3%	+1%
 Preço Médio (R\$/Kg)	+7%	+2%

Fonte: Nielsen – Retail Index. Total Brasil. INA+C&C.

MARKET SHARE

Nas duas principais categorias, Biscoitos e Massas, observou-se recuperação sequencial do *market share* a partir da segunda metade do ano, fruto do fortalecimento da execução comercial, da maior clareza de processos e de uma atuação mais alinhada às necessidades dos clientes.



*Fonte: Nielsen – Retail Index . Total Brasil. INA+C&C.

Em biscoitos, houve ganho de participação nas regiões Sul e Sudeste, especialmente nas subcategorias maria/maizena e recheados, com reflexo positivo no desempenho da marca Piraquê. A marca apresentou crescimento no Nordeste e Sudeste, impulsionado por ações estruturadas de comunicação, como a campanha “Experimente o Original – Goiabinha Piraquê”, apoiada por mídia *Out of Home* (OOH)¹, digital, distribuição de amostras e influenciadores.

Adicionalmente, itens de maior valor agregado como cookies e *personal cracker* foram alavancados pela campanha nacional de Trade Marketing “Piraquê Original na Lata”, fortalecendo a exposição no ponto de venda e contribuindo para a retomada de *market share*.

Em massas, destacou-se o crescimento de massa comum no Nordeste, massa com ovos no Sudeste e sêmola no Sul.

¹ Mídia fora do ambiente doméstico como espaços públicos ou locais de grande circulação.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2025, a M. Dias Branco registrou uma receita líquida de **R\$ 10,4 bilhões**, apresentando um crescimento de **8,0%** em relação ao ano anterior, em virtude do incremento do preço médio **(+4,7%)** e dos volumes vendidos **(+3,1%)**. Apresenta-se a seguir os principais indicadores de resultados consolidados de 2025 em comparação com 2024:

Principais indicadores	2025	2024	Variação
Receita Líquida (R\$ milhões)	10.437,6	9.662,9	8,0%
Volume de Vendas Total (mil toneladas)	1.809,7	1.754,8	3,1%
Lucro Líquido (R\$ milhões)	659,8	646,0	2,1%
EBITDA (R\$ milhões)	1.103,3	1.198,3	-7,9%
Margem EBITDA	10,6%	12,4%	-1,8 p.p
Caixa (Dívida) Líquidos (R\$ milhões)	554,1	(24,6)	n/a
Caixa (Dívida) Líquidos / EBITDA (últ. 12 meses)	0,5	0,0	n/a
Capex (R\$ milhões)	291,2	304,4	-4,3%
Geração de caixa operacional (R\$ milhões)	1.407,9	591,7	137,9%

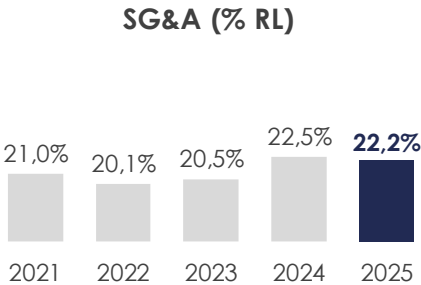
Nota: Os valores apresentados foram revisados pela Nielsen.

O ano de 2025 foi marcado por uma transformação significativa na área Comercial. Foi implementada uma reestruturação abrangente, orientada para fortalecer a disciplina de execução, aprimorar processos e conferir maior clareza aos papéis. Esse movimento resultou na criação de quatro frentes de crescimento, Produtos Principais, Food Service, Produtos Saudáveis e Snacks, e Internacional, estabelecendo um modelo mais focado no *sell-out* e na tomada de decisão centrada no consumidor.

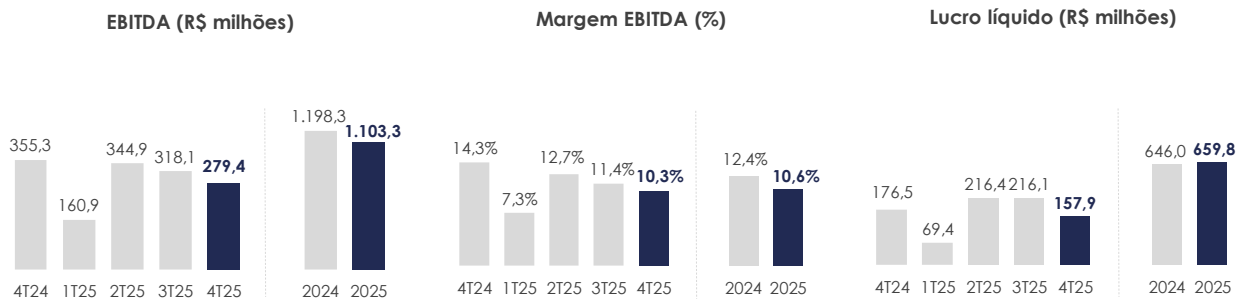
Essa reestruturação possibilitou uma alocação mais equilibrada dos investimentos entre Marketing e Trade Marketing, criando condições para a retomada do crescimento. Como resultado, observou-se a expansão dos volumes e aumento da receita líquida em todos os trimestres, quando comparados ao exercício anterior, iniciando a recuperação do *market share* nas principais categorias.

Com relação aos custos, a maior pressão dos custos variáveis, sobretudo pela alta de 9,4% no valor de mercado do óleo de palma em dólares e pela desvalorização do Real frente ao Dólar, impactou negativamente o resultado no decorrer do ano.

As despesas administrativas e com vendas (SG&A) permaneceram estáveis em relação à receita líquida, representando **22,2%** em 2025 (22,5% em 2024), refletindo a disciplina na gestão e o avanço das iniciativas voltadas à otimização, com foco na eficiência operacional e no rigor na administração dos gastos discricionários.



Como resultado, a Companhia registrou EBITDA de **R\$ 1,1 bilhão** (-7,9% vs. 2024), com margem EBITDA de **10,6%** (12,4% em 2024) e lucro líquido de **R\$ 659,8 milhões** (+2,1% vs. 2024).



RECEITA LÍQUIDA

Em 2025, a receita líquida atingiu **R\$ 10,4 bilhões**, crescimento de **8,0%** em relação a 2024, impulsionado pelo aumento de **3,1%** no volume de vendas e pela elevação de **4,7%** no preço médio. O desempenho foi consistente ao longo dos quatro trimestres, com avanço em todos os grupos de categorias e aumento da participação de mercado.

Receita, volume e preço	2025	2024	Var. %
Volume de vendas	1.809,7	1.754,8	3,1%
Preço médio	5,8	5,5	4,7%
Receita Líquida	10.437,6	9.662,9	8,0%
Produtos Principais*	8.069,6	7.521,9	7,3%
Moagem e Refino de Óleos**	1.827,9	1.659,1	10,2%
Adjacências***	540,1	481,9	12,1%

* Biscoitos, massas e margarinas;
** Farinhas, farelo e gorduras industriais;
*** Bolos, snacks, mistura para bolo, torradas, saudáveis, molhos e temperos.

Esse desempenho foi sustentado pelo conjunto de iniciativas implementadas ao longo de 2025, que fortaleceram a execução comercial e impulsionaram o crescimento dos principais segmentos.

Em **Produtos Principais**, o avanço decorreu do fortalecimento da presença nos pontos de venda (PDV) por meio do programa Loja Perfeita², da redistribuição dos investimentos em marketing e trade marketing e da recuperação dos resultados em mercados chaves e com alto potencial de crescimento, como o Estado de São Paulo.

Em **Moinhos de Trigo e Refino de Óleos Vegetais**, o crescimento foi impulsionado pelo lançamento de novos produtos, como as farinhas Boulanger e Medalha de Ouro, e pelo fortalecimento de marcas consolidadas, como Finna Mix. A criação da marca M. Dias Branco Profissional ampliou o posicionamento junto aos clientes, ao oferecer soluções integradas e suporte técnico especializado.

² Loja Perfeita é o modelo de execução comercial da M. Dias Branco que assegura exposição, disponibilidade e precificação ideais dos produtos no ponto de venda, orientado pela jornada do consumidor.

Além disso, iniciativas para expandir a presença da categoria de farinhas na região Sul, como a retomada da marca Do Padeiro e a captação de novos clientes industriais, contribuíram para ganhos de eficiência operacional nos moinhos.

Nas **Adjacências**, pode-se destacar o relançamento de Frontera, que passou a contar com produção nacional e nova identidade visual, com proposta de consumo para qualquer ocasião. Além disso, o portfólio seguiu fortalecido com itens diferenciados, como a Granola Premium Low Carb, os pães sem glúten e cookies da Jasmine, e os chocolates da Fit Food, atendendo consumidores que buscam equilíbrio entre sabor e bem-estar.

 CUSTOS

Em 2025, os custos dos produtos vendidos cresceram **11,4%** em relação ao ano anterior, representando **72,3%** da receita líquida do período (70,1% em 2024).

Custos dos Produtos Vendidos (R\$ milhões)	2025	% RL	2024	% RL	Var. %	Var. p.p.
Matéria-Prima	4.869,3	46,7%	4.314,4	44,6%	12,9%	2,1 p.p.
Embalagens	713,7	6,8%	633,1	6,6%	12,7%	0,2 p.p.
Mão de obra	984,2	9,4%	890,8	9,2%	10,5%	0,2 p.p.
Gastos Gerais de Fabricação	727,4	7,0%	706,7	7,3%	2,9%	-0,3 p.p.
Depreciação e Amortização	222,1	2,1%	210,7	2,2%	5,4%	-0,1 p.p.
Custo das Mercadorias Vendidas	27,3	0,3%	13,8	0,1%	97,8%	0,2 p.p.
Total	7.544,0	72,3%	6.769,5	70,1%	11,4%	2,2 p.p.

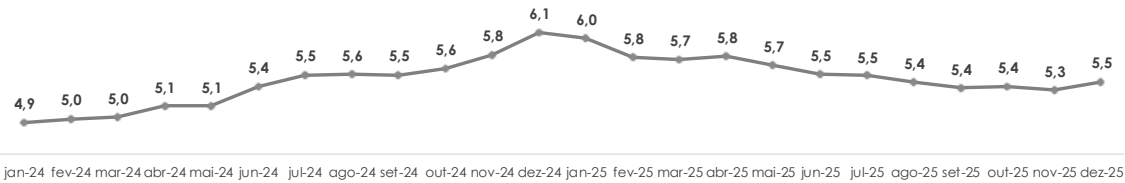
O incremento de **2,2 p.p.** na representatividade do CPV sobre a receita líquida de 2025 vs. 2024 foi influenciado, principalmente, pela elevação dos custos de matéria-prima (+12,9%), embalagens (+12,7%) e mão de obra (+10,5%).

Em matérias-primas, o aumento decorreu sobretudo pelo aumento do custo do óleo de palma, influenciado pela alta de 9,4% no preço da commodity em Dólar (valor de mercado), pela desvalorização do Real frente ao Dólar (média de 4%) e pelo maior volume vendido de margarinas e gorduras, que cresceu 21,4% no período. Em embalagens, a combinação entre a desvalorização do Real e uma demanda mais aquecida por papelão resultou no aumento dos preços. Já os custos de mão de obra refletiram uma base de comparação desfavorável, uma vez que, em 2025, houve o provisionamento de participação nos lucros (PLR), ante estorno registrado em 2024 (no 4T24).

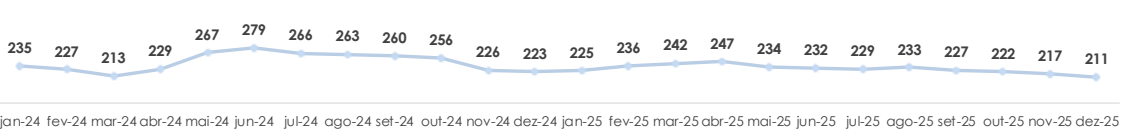
Em relação ao impacto dos preços do trigo e do óleo de palma, evidencia-se nos gráficos a seguir a evolução dos preços de mercado para os períodos de 2024 e 2025.

Preço de Mercado - Trigo e Óleo de Palma

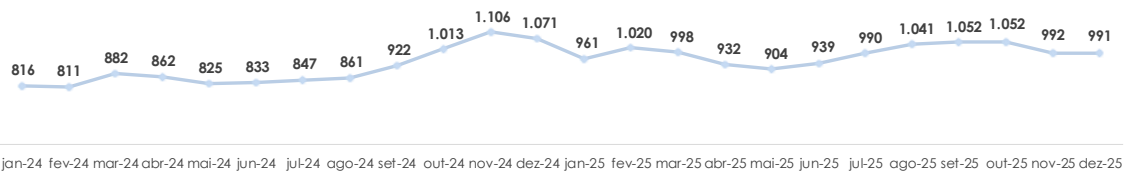
DÓLAR
(Média Mês)



TRIGO
(US\$/TON.)



ÓLEO DE PALMA
(US\$/TON.)



*Fonte: Trigo - SAFRAS & Mercado; Óleo de palma - Bursa; Dólar: Banco Central.

Nota: Em linha com a informação utilizada pelo mercado, passamos a divulgar para o óleo de palma o preço negociado na Bursa Malaysia Derivatives Exchange (BMD), principal bolsa mundial de negociação de contratos futuros de óleo de palma bruto. A série histórica pode ser acessada no nosso site de Relações com Investidores: <https://ri.mdiasbranco.com.br/>.

Mercado - Trigo

Ao longo de 2025, a commodity apresentou um ciclo de queda no preço em Dólares desde maio/25, impulsionado pela produção argentina, e pela confirmação de safras recordes globais.

Mercado – Óleo de Palma

Ao longo de 2025, a commodity operou em patamar mais elevado que 2024, pressionada pelo forte consumo para biodiesel, oferta limitada por desafios estruturais em Indonésia e Malásia e pelo fato de o óleo de palma seguir mais caro do que o óleo de soja ao longo do ano.

NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO

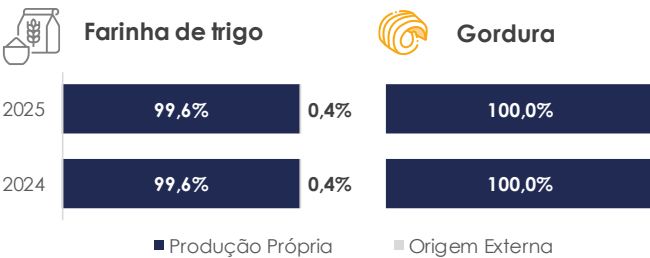
Em 2025, o nível de utilização da capacidade de produção totalizou **60,4%** (+1,6 p.p. vs. 2024), refletindo o aumento dos volumes produzidos no período.

Utilização da Capacidade de Produção	2025	2024	Var.
Produção Total	2.649,8	2.565,4	3,3%
Capacidade Total de Produção	4.383,8	4.364,8	0,4%
Nível de Utilização da Capacidade	60,4%	58,8%	1,6 p.p.

Destaque positivo para biscoitos e *snacks*, cuja capacidade instalada atendeu à retomada dos volumes e recuperação de *market share*. Já a frente de *food service* teve papel fundamental na elevação geral do nível de utilização, contribuindo de forma significativa com os maiores volumes de farinha e farelo e de margarinas e gorduras.

VERTICALIZAÇÃO

A Companhia produz a maior parte das duas principais matérias-primas utilizadas para a fabricação dos produtos. Em 2025, **99,6%** de toda a farinha de trigo e **100%** toda a gordura vegetal utilizadas no processo produtivo foram fabricadas internamente (99,6% e 100% em 2024, respectivamente).



SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS

As subvenções para investimentos transitam pelo resultado em atendimento ao CPC 07 e IAS 20 – Subvenções Governamentais e se dividem em estaduais e federais.

A partir de janeiro de 2024, em decorrência da Lei 14.789 de 29 de dezembro de 2023, as subvenções concedidas pelos Estados passaram a ser tributadas pelo PIS, Cofins, CSLL e IR. Em contraponto, a Lei instituiu a possibilidade de apuração de crédito fiscal, correspondente à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) aplicada sobre as receitas de subvenção de investimentos, estabelecendo algumas condições que limitam o valor do crédito.

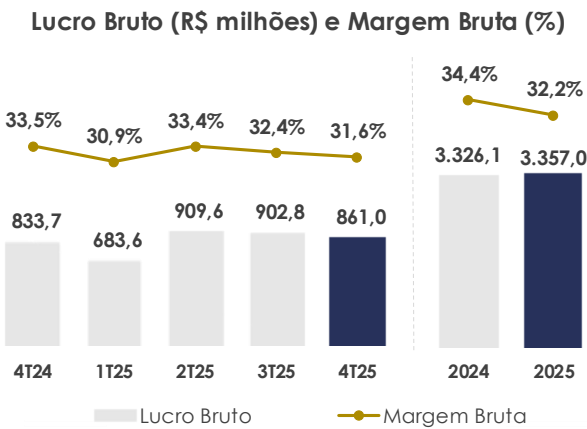
Em 2025, a Companhia fez jus a **R\$ 463,4 milhões**, valor líquido de tributação mais crédito fiscal sobre as subvenções (R\$ 432,7 milhões em 31 de dezembro de 2024) decorrentes dos incentivos estaduais em vigência.

Para maiores informações, acessar a Nota Explicativa nº 21 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

LUCRO BRUTO

Em 2025, o lucro bruto cresceu **0,9%**, sustentado pelo reajuste positivo no preço médio dos produtos vendidos, que compensou parcialmente a redução dos volumes.

Apesar desse movimento, a margem bruta recuou **2,2 p.p.**, passando de 34,4% em 2024 para **32,2%** em 2025, pressionada pelo aumento dos custos variáveis, sobretudo pela alta de 9,4% no valor de mercado do óleo de palma e pela desvalorização do Real frente ao Dólar.



DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas com vendas e administrativas (SG&A) somaram **R\$ 2,3 bilhões**, aumento de **6,9%** frente ao exercício anterior, correspondendo a **22,2%** da receita líquida. Esse crescimento reflete a expansão de **3,1%** nos volumes vendidos. Vale destacar que não houve provisionamento de PLR em 2024, o que criou uma base de comparação desfavorável quando comparado com 2025.

Apesar do crescimento em termos nominais, a representatividade das despesas em relação à receita líquida manteve-se estável frente ao ano anterior, refletindo disciplina na gestão e o avanço das iniciativas voltadas à otimização, com foco na eficiência operacional e no rigor na administração dos gastos discricionários.

Despesas Operacionais (R\$ milhões)	2025	% RL	2024	% RL	Var. %	Var. p.p
Vendas*	1.944,8	18,6%	1.843,0	19,1%	5,5%	-0,5 p.p.
Administrativas e gerais	371,7	3,6%	323,6	3,3%	14,9%	0,3 p.p.
(SG&A)	2.316,5	22,2%	2.166,6	22,5%	6,9%	-0,3 p.p.
Doações	23,1	0,2%	33,2	0,3%	-30,4%	-0,1 p.p.
Tributárias	38,2	0,4%	33,4	0,3%	14,4%	0,1 p.p.
Depreciação e amortização	190,0	1,8%	158,2	1,6%	20,1%	0,2 p.p.
Outras desp./(rec.) operac.	96,7	0,9%	100,3	1,0%	-3,6%	-0,1 p.p.
TOTAL	2.664,5	25,5%	2.491,7	25,8%	6,9%	-0,3 p.p.

*Salários e benefícios, fretes e outras despesas com marketing, força de vendas e logística.

Nota: Na Demonstração do Resultado, as despesas com depreciação e amortização foram incluídas nas respectivas despesas com vendas e administrativas, e as despesas tributárias foram adicionadas às outras despesas (receitas) líquidas. Para maiores informações, consultar Nota Explicativa nº 28 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

RESULTADO FINANCEIRO

Em 2025, a Companhia registrou resultado financeiro positivo de **R\$ 17,0 milhões** frente ao resultado negativo de R\$ 6,2 milhões em 2024, refletindo a posição de caixa líquido de 0,5x.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	2025	2024	Var. %
Receitas Financeiras	596,1	421,7	41,4%
Despesas Financeiras	(579,1)	(427,9)	35,3%
TOTAL	17,0	(6,2)	-374,2%

TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO

Em 2025, foi registrada uma provisão de R\$ 48,4 milhões para IR e CSLL, refletindo uma alíquota efetiva de 6,8% (21,6% em 31 de dezembro de 2024). A redução de 72,7% em relação a 2024, decorre, principalmente, da reversão da constituição de tributos diferidos a pagar sobre ganhos não realizados em contratos de swap no ano anterior.

Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ milhões)	2025	2024	Var. %
IRPJ e CSLL	141,3	209,1	-32,4%
Incentivo Fiscal - IRPJ	(92,9)	(31,9)	n/a
TOTAL	48,4	177,2	-72,7%

EBITDA E LUCRO LÍQUIDO

A Companhia encerrou 2025 com EBITDA de **R\$ 1,1 bilhão** (decréscimo de **7,9%** vs. 2024), com margem de **10,6%** (12,4% em 2024). Já o lucro líquido atingiu **R\$ 659,8 milhões** em 2025, com incremento de **2,1%** vs. 2024.

EBITDA A PARTIR DA RECEITA LÍQUIDA

CONCILIAÇÃO DO EBITDA (R\$ milhões)	2025	2024	Variação
Receita Líquida	10.437,6	9.662,9	8,0%
Custos dos produtos vendidos - CPV	(7.544,0)	(6.769,5)	11,4%
Depreciação e Amortização sobre CPV	222,1	210,7	5,4%
Subvenções para Investimentos Estaduais	463,4	432,7	7,1%
Despesas Operacionais	(2.664,5)	(2.491,7)	6,9%
Equivalência patrimonial	(1,3)	(5,0)	-74,0%
Depreciação e Amortização sobre Despesas	190,0	158,2	20,1%
EBITDA	1.103,3	1.198,3	-7,9%
Margem EBITDA	10,6%	12,4%	-1,8 p.p

EBITDA A PARTIR DO LUCRO LÍQUIDO

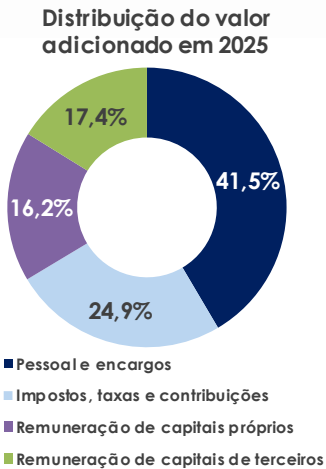
CONCILIAÇÃO DO EBITDA (R\$ milhões)	2025	2024	Variação
Lucro Líquido	659,8	646,0	2,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	141,3	209,1	-32,4%
Incentivo de IRPJ	(92,9)	-31,9	n/a
Receitas Financeiras	(596,1)	(421,7)	41,4%
Despesas Financeiras	579,1	427,9	35,3%
Depreciação e Amortização sobre CPV	222,1	210,7	5,4%
Depreciação e Amortização sobre Despesas	190,0	158,2	20,1%
EBITDA	1.103,3	1.198,3	-7,9%
Margem EBITDA	10,6%	12,4%	-1,8 p.p

VALOR ADICIONADO E DISTRIBUÍDO

Em 2025, o valor distribuído pela Companhia foi de **R\$ 3,8 bilhões**. O valor destinado a pessoal e encargos totalizou R\$ 1,6 bilhão, representando a parcela mais significativa, seguida dos impostos, taxas e contribuições; remuneração de capitais próprios; e da remuneração de capitais de terceiros, conforme

Distribuição do valor adicionado (R\$ milhões)	2025	%AV	2024	%AV
Pessoal e encargos	1.571,4	41,5%	1.374,0	39,9%
Impostos, taxas e contribuições	940,7	24,9%	964,9	28,0%
Remuneração de capitais de terceiros	611,2	16,2%	459,2	13,3%
Remuneração de capitais próprios (Lucros retidos)	659,8	17,4%	645,9	18,8%
Total	3.783,1	100,0%	3.444,0	100,0%

demonstrado a seguir:



CAPITALIZAÇÃO, DÍVIDA E CAIXA

A Companhia encerrou o ano de 2025 com caixa de **R\$ 1,9 bilhões** (R\$ 2,2 bilhões em 2024) e endividamento bruto de **R\$ 1,4 bilhões** (R\$ 2,4 bilhões em 2024), além do aumento da alavancagem, com caixa líquido/EBITDA (últimos 12 meses) de **0,5x** em 2025 (0,0x em 2024).

Capitalização (R\$ milhões)	2025	2024	Variação
Caixa	1.888,3	2.152,6	-12,3%
Depósitos vinculados	14,3	6,4	123,4%
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	16,4	17,1	-4,1%
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	4,6	1,2	283,3%
Endividamento Total	(1.420,0)	(2.389,6)	-40,6%
(-) Curto Prazo	(69,7)	(1.103,5)	-93,7%
(-) Longo Prazo	(1.350,3)	(1.286,1)	5,0%
Instrumentos Financeiros a Receber (Pagar)	50,5	187,7	-73,1%
(=) Caixa Líquido (Dívida Líquida)	554,1	(24,6)	n/a
Patrimônio Líquido	8.238,2	7.998,0	3,0%
Capitalização	9.658,2	10.387,6	-7,0%

Indicadores Financeiros	2025	2024	Variação
Caixa (Dívida) Líquido / EBITDA (últ. 12 meses)	0,5	0,0	n/a
Caixa (Dívida) Líquido / PL	6,7%	-0,3%	7 p.p
Endividamento / Ativo Total	11,3%	18,7%	-7,4 p.p

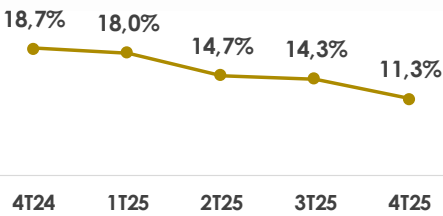
O índice de endividamento sobre o ativo atingiu **11,3%** em 2025, redução de 7,4 p.p. em relação à posição de 2024, reflexo da queda de **40,6%** no endividamento total, sobretudo pela redução das dívidas de curto prazo.

Como resultado desse processo, a Companhia registrou **caixa líquido de R\$ 554,1 milhões** em 2025, revertendo a dívida líquida de R\$ 24,6 milhões observada no ano anterior, com alavancagem de **0,5x** em 2025 (0,0x em 2024). Destaque para a liberação de capital de giro de **R\$ 240 milhões** em 2025, fruto do avanço na gestão operacional, com eficiência na aquisição de matérias-primas resultando em aumento do prazo médio de fornecedores.

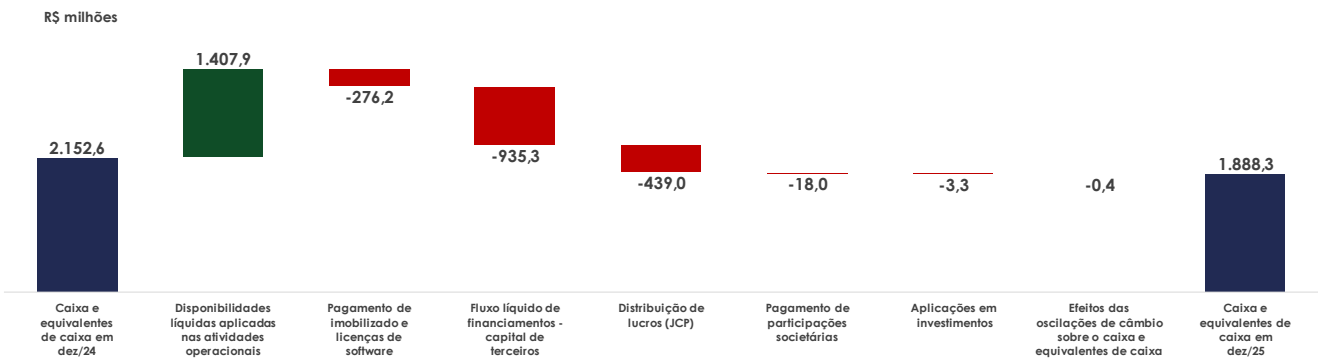
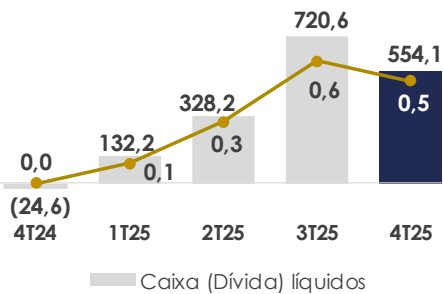
O perfil de dívida permaneceu favorável, com **95,1%** do endividamento concentrado no longo prazo ao final de 2025. Ressalta-se que a Companhia manteve o Rating AAA Perspectiva Estável, reafirmado pela Fitch pelo 8º ano consecutivo.

Com uma posição consistente de caixa e equivalentes de caixa, abaixo destacam-se as principais movimentações: geração de caixa operacional de **R\$ 1.407,9 milhões**, amortizações de financiamentos de **R\$ 935,3 milhões** e pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de **R\$ 439 milhões**.

Endividamento sobre o Ativo (%)



Caixa (Dívida) líquidos (R\$ milhões) e Alavancagem



INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ milhões)	2025	2024	Variação
Instalações	26,1	17,1	52,6%
Máquinas e Equipamentos	143,3	129,3	10,8%
Obras Cíveis	50,7	46,6	8,8%
Veículos	0,0	0,1	-100,0%
Computadores e Periféricos	13,5	22,0	-38,6%
Móveis e utensílios	7,3	6,0	21,7%
Terrenos	0,0	7,2	-100,0%
Software	48,7	75,4	-35,4%
Outros	1,6	0,7	n/a
Total	291,2	304,4	-4,3%



Os investimentos totalizaram **R\$ 291,2 milhões** em 2025 (-4,3% vs. 2024), com destaque para investimentos em planejamento logístico e tecnologia para aumento de eficiência, produtividade e transição energética.

A Companhia mantém investimentos em sociedades controladas, cujas movimentações e detalhes estão relacionados na Nota Explicativa nº 9 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da lei nº 6.404/1976, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre o capital próprio, com observância dos limites previstos em lei. O montante dos juros sobre o capital próprio (JCP) deverá ser sempre imputado ao dividendo obrigatório.

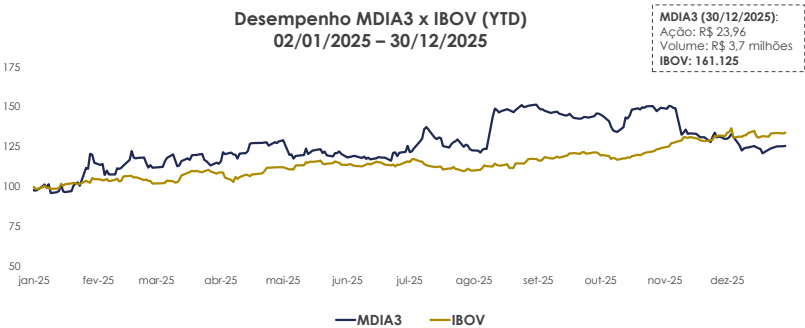
A revisão da política de remuneração aos acionistas, aprovada pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2025, prevê percentual alvo de 80% (oitenta por cento) do lucro líquido ajustado relativo ao exercício de referência e o pagamento anual referente ao valor residual após aprovação em Assembleia Geral. A política prevê, ainda, a distribuição mensal de dividendos intercalares no valor fixo de R\$ 0,03 (três centavos de real) por ação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou pagamentos mensais de dividendos intercalares no montante de R\$ 110.657, em linha com a política de remuneração supracitada, e destinou dividendos extraordinários no valor de R\$ 233.538, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2025.

MERCADO DE CAPITAIS

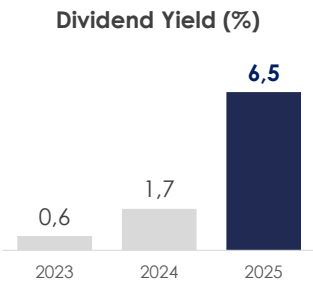
Em 2025, as ações emitidas pela Companhia (MDIA3) valorizaram 26%.

Em 30 de dezembro de 2025, havia 64.828.952 ações em circulação no mercado, 19,1% do capital total da Companhia, cotadas a R\$ 23,96 cada.



No 4T25, o número médio de negócios com as ações MDIA3 foi de 2.756 (4.207 no 4T24) e o valor financeiro médio diário de negócios foi de R\$ 18,3 milhões (R\$ 26,0 milhões no 4T24).

No ano, evoluímos a Política de Remuneração aos Acionistas, com pagamentos mensais de dividendos, de R\$ 0,03 por ação a partir de abril de 2025, totalizando R\$ 0,09 por trimestre (antes R\$ 0,06 por ação por trimestre). Além disso, realizamos distribuições extraordinárias, totalizando o pagamento de R\$ 439 milhões em dividendos em 2025, resultando em um dividend yield de 6,5% no ano (0,6% em 2023 e 1,7% em 2024).



MDIA
B3 LISTED NM

IBRA B3
IGCT B3

ISE B3
INDX B3

ICO2 B3
ITAG B3

ICON B3
SMLL B3

IGCB3
IGC-NMB3

IAGRO-FFS B3
IDIVERSA B3

MSCI
ESG RATINGS

AA

CDP A-
DRIVING SUSTAINABLE ECONOMIES

AGENDA ESTRATÉGICA ESG

A Agenda Estratégica ESG da Companhia está estruturada nos pilares Ambiental, Social e Governança, materializados em três compromissos centrais: Cuidar do Planeta, Acreditar nas Pessoas e Fortalecer Alianças. Esses pilares orientam o desenvolvimento sustentável da organização e priorizam 15 temas essenciais para a continuidade dos negócios, bem como para a promoção de igualdade, transparência, justiça social e preservação ambiental.

Desde o seu lançamento em 2013 e relançamento em 2022, a Agenda Estratégica ESG passou a integrar práticas sustentáveis às operações e à cadeia de valor da Companhia, estabelecendo metas a serem atingidas até 2030. Os pilares que compõem essa agenda são detalhados a seguir, com seus respectivos temas e iniciativas.

PILAR AMBIENTAL

No pilar de Gestão Ambiental, o lema “Cuidar do Planeta” orienta a atuação estratégica voltada ao gerenciamento de impactos ambientais e à promoção do uso eficiente dos recursos naturais. São priorizados temas como água, resíduos, energia, mudanças climáticas, embalagens e materiais plásticos sustentáveis, além do combate à perda e ao desperdício de alimentos. O compromisso com a gestão responsável integra práticas sustentáveis aos processos operacionais, orientando

decisões e incorporando a sustentabilidade ao cotidiano. As ações seguem a Política do Sistema de Gestão Integrado (SGI), que incentiva a prevenção da poluição, a redução de resíduos sólidos e do consumo de água e energia, além de estimular pesquisa, inovação e investimentos.

Em 2025, houve a manutenção da certificação ISO 14001 nas unidades de Eusébio (CE) e Jaboatão dos Guararapes (PE), além da realização de auditorias ambientais com base nessa norma internacional em Cabedelo (PB), Fortaleza - Gorduras e Margarinas (CE), Maracanaú (CE), Natal (RN) e Salvador (BA), alcançando 46,6% das unidades fabris auditadas segundo padrões internacionais. Também foram conduzidas auditorias de conformidade legal ambiental em Eusébio (CE), Fortaleza - Gorduras e Margarinas (CE), Jaboatão dos Guararapes (PE) e Salvador (BA). Foram implantados processos de avaliação de aderência à ISO 14001 nas operações de Bento Gonçalves (RS) e Fortaleza - Moinho Dias Branco (CE), com o objetivo de identificar o grau de maturidade na implementação dos requisitos da norma. O Sistema de Controle e Avaliação de Requisitos Legais foi mantido, garantindo o monitoramento contínuo da legislação ambiental aplicável. Houve ainda avanço na digitalização de rotinas ambientais, com o desenvolvimento interno de aplicativos, ampliação do uso de relatórios em BI (*Business Intelligence*) e expansão dos sistemas de gerenciamento de produtos químicos.

ÁGUA

Até 2030, foi estabelecida a meta de reduzir o consumo de água para 0,40 m³ por tonelada de produtos, tendo sido atingido, em 2025, o índice de 0,43 m³/t. Também foi definido o objetivo de alcançar 30% de reaproveitamento de água de reúso e de chuva até 2030, percentual que chegou a 25,9% em 2025.

Em 2025, destacaram-se a ampliação do monitoramento do consumo de água, a implementação de projetos de reúso e de captação de água de chuva em diferentes unidades e o lançamento do Projeto Cada Gota Conta, que fortaleceu a cultura de uso eficiente do recurso. O consumo total de água atingiu 1.239,23 ML, mantendo a tendência de redução, com avanços relevantes na diversificação das fontes e na eficiência hídrica, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade.

Também em 2025, foi realizado um estudo de riscos e oportunidades relacionado à segurança hídrica, voltado especialmente para unidades localizadas em regiões de alto estresse hídrico, contribuindo para a priorização de investimentos e para o aumento da resiliência operacional. Cerca de 67% das operações estão nessas áreas, onde a captação de água totalizou 1.044,61 ML (78,4% do total) e o consumo foi de 960,45 ML (77,5% do total). Em comparação com 2024, houve redução no consumo absoluto de água nessas regiões, evidenciando a efetividade das ações de eficiência hídrica e de diversificação das fontes implementadas.

RESÍDUOS

Foi estabelecida como meta pública, até 2030, a eliminação do envio de resíduos para aterros por meio do Projeto Aterro Zero; em 2025, esse volume totalizou 864,37 toneladas. Além disso, registrou-se a ampliação do número de unidades fabris Aterro Zero, incluindo Rio de Janeiro (RJ), Natal (RN) e Queimados (RJ), encerrando 2025 com 10 instalações industriais sem descarte de resíduos em aterros.

Visando atingir a meta pública de 38% de embalagens recuperadas até 2030, a empresa mantém iniciativas de logística reversa, como a participação no Programa Mãos Pro Futuro — que promove

a reciclagem de embalagens pós-consumo e beneficia cerca de 6 mil catadores — e parcerias com a eureciclo para compensação de 100% das embalagens da linha Jasmine, garantindo que um volume equivalente ao comercializado seja reciclado por meio de créditos de reciclagem. Essas ações fortalecem a cadeia de reciclagem, promovem inclusão social e contribuem para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

Houve variação de -13,6% na geração total de resíduos no ano, enquanto a produção total variou em 2,4%, resultando em uma variação de -15,7% na intensidade de geração de resíduos (resíduos por tonelada produzida). Apesar da variação no volume total de resíduos gerados, a maior parte foi direcionada para operações de recuperação, e a destinação para disposição final apresentou redução em relação a 2024. O resultado reflete os avanços do Programa Aterro Zero e a ampliação das rotas de valorização de materiais.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Foram estabelecidas duas metas públicas para 2030: a adoção de duas linhas de produto com selo carbono neutro — com uma linha já tendo alcançado esse status em 2025 — e a redução de 20% nas emissões absolutas de gases de efeito estufa (GEE), considerando os escopos 1 e 2 (abordagem de compra), em relação ao ano-base de 2020.

No escopo 1, as ações concentraram-se na redução do consumo de gás natural e na substituição de gases refrigerantes, reduzindo significativamente as emissões. No escopo 2, houve avanço na transição para energia renovável e na implementação de planos de descarbonização em diferentes unidades, considerando as particularidades de cada operação. No escopo 3, parcerias com fornecedores no Programa Aliança impulsionaram iniciativas relevantes de redução de emissões, fortalecendo a gestão de dados e o engajamento para identificar novas oportunidades e mitigar riscos climáticos na cadeia de valor.

Em alinhamento às recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD), a atuação climática é estruturada sob uma governança robusta e integrada, envolvendo todos os níveis da organização, desde as operações até a alta administração. A estratégia climática contempla a identificação, avaliação e gestão dos riscos físicos e de transição, como intempéries, disponibilidade de água e energia, precificação de carbono e volatilidade das commodities agrícolas. As ações e o desempenho são avaliados por meio do inventário de emissões de gases de efeito estufa (escopos 1, 2 e 3), com verificação independente e aprimoramento contínuo da rastreabilidade dos dados. Essas iniciativas asseguram transparência, suporte à tomada de decisão estratégica e avanço contínuo no enfrentamento das mudanças climáticas, refletindo o compromisso com a sustentabilidade e com as diretrizes da TCFD.

O Programa Descarbonize, lançado em 2023, constitui o principal instrumento para execução do Plano de Transição Climática da Companhia, orientando a redução de emissões de gases de efeito estufa nas operações e na cadeia de valor, ao mesmo tempo em que fortalece a adaptação aos impactos das mudanças climáticas e aproveita oportunidades de transição. Estruturado em 10 pilares, o programa visa atingir a meta de reduzir em 20% as emissões absolutas dos escopos 1 e 2 até 2030 (base 2020), promovendo ainda a resiliência do negócio frente aos riscos climáticos.



Em 2025, foram elaborados planos de descarbonização para unidades-piloto, com o uso de ferramentas como a Curva de Custo Marginal de Abatimento de Carbono, integrando a gestão climática à operação e aos investimentos em CAPEX. Adicionalmente, foram implementados o Programa ReCircule, focado em economia circular e uso eficiente de recursos, e a adesão ao projeto internacional “El Agua nos Une”. Esse projeto, liderado pela COSUDE e executado no Brasil pelo FGVces, utiliza a metodologia de Pegada Hídrica para aprimorar a gestão da água e reduzir riscos hídricos na cadeia produtiva.

ENERGIA

O uso de energia é fundamental para a eficiência operacional e para a sustentabilidade das operações. Em resposta a esse cenário, foi implementado um Plano de Transição Energética alinhado à estratégia ESG, com foco em eficiência, diversificação da matriz e ampliação do uso de fontes renováveis. Como resultado, em 2025, 85,26% da energia elétrica utilizada teve origem em fontes renováveis, aproximando-se da meta de 90% estabelecida para 2030. Entre as iniciativas, destacam-se a migração para o mercado livre de energia, parcerias em pequenas centrais hidrelétricas, projetos de biomassa e a substituição do GLP por gás natural, além de campanhas internas de eficiência.

BIODIVERSIDADE

A conservação da biodiversidade é fundamental para a resiliência do negócio, uma vez que a integridade dos ecossistemas sustenta recursos essenciais, como matérias-primas agrícolas e água. Entre as iniciativas, destaca-se a parceria com a Associação Caatinga na proteção da Reserva Natural Serra das Almas, envolvendo ações de restauração florestal, monitoramento da biodiversidade, educação ambiental e apoio a planos de conservação de espécies ameaçadas. Na unidade de Salvador (BA), situada em área de mangue de relevância ecológica, são promovidos continuamente processos de recuperação e enriquecimento de ecossistemas.

Em 2025, foram aprofundados estudos de ciclo de vida de produtos ligados à linha de granolas, no contexto do desenvolvimento de produtos com neutralidade de carbono por compensação. Essas iniciativas contribuem para identificar oportunidades de melhoria em práticas produtivas e

disseminar conhecimento ambiental, fortalecendo a gestão de impactos e a sustentabilidade ao longo de toda a cadeia.

COMBATE À PERDA E AO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

A gestão eficiente de insumos e produtos acabados é essencial para a sustentabilidade e a competitividade do negócio, especialmente diante do aumento da demanda por alimentos e dos desafios relacionados à segurança alimentar. Com metas públicas estabelecidas até 2030, busca-se reduzir em 50% o descarte de produtos acabados e alcançar índice de perda de insumo no processo produtivo de 0,94%. Em 2025, foi registrada redução de 61,88% no descarte de produtos acabados em relação ao baseline de 2021 (uma redução acumulada de 41,7%), enquanto o índice de perda de insumo atingiu 1,04%. As principais ações incluem monitoramento sistemático, revisão de processos, fortalecimento de controles internos, integração entre áreas e elaboração de planos de ação específicos.

EMBALAGENS E MATERIAIS PLÁSTICOS SUSTENTÁVEIS

Em 2025, foi alcançado o índice de 97,23% de embalagens plásticas recicláveis, compostáveis ou biodegradáveis, aproximando-se da meta de 100% até 2030. Para atingir esse desempenho, são adotados critérios técnicos de reciclabilidade no desenvolvimento e aprimoramento de embalagens e realizados investimentos em pesquisa e inovação para ampliar o uso de materiais reciclados, além de revisões contínuas das estruturas não recicláveis.

PILAR SOCIAL

CAPITAL HUMANO

O sucesso e a sustentabilidade da empresa estão diretamente relacionados à satisfação dos colaboradores, promovida por um ambiente pautado pelo respeito, valorização e oportunidades de crescimento. Em 2025, o índice de satisfação dos colaboradores, aferido por pesquisa externa, atingiu 73 pontos, com meta de alcançar 80 pontos até 2030. De acordo com a metodologia do Great Place to Work, organizações com notas acima de 70 pontos são consideradas excelentes para trabalhar.

No encerramento de 2025, o quadro de colaboradores era composto por 16.631 profissionais, todos com contrato permanente e garantia de jornada. Além disso, havia 4.517 trabalhadores terceirizados, aumento de 6% em relação ao período anterior, atuando principalmente nas áreas administrativa, de produção, pontos de venda e logística. Houve equilíbrio entre atração de talentos e valorização do desenvolvimento interno, resultando na gestão de 4.154 vagas, com 3.097 admissões externas e 346 movimentações internas.

O portfólio de benefícios aos colaboradores foi ampliado com a implementação de um plano de previdência privada, promovendo segurança financeira futura e educação financeira no presente. Benefícios amplos e acessíveis foram mantidos, incluindo modalidades de trabalho flexíveis, como home office e horários alternativos (aos cargos elegíveis), licença não remunerada para desenvolvimento profissional, licenças parentais diferenciadas e benefícios extensivos também a colaboradores em regime de jornada parcial.

Em 2025, houve intensificação das ações de educação corporativa, com oferta de programas e trilhas de desenvolvimento alinhados às prioridades estratégicas de cada área. Foram totalizadas

mais de 448 mil horas de capacitação, abrangendo todos os níveis hierárquicos, com destaque para o desenvolvimento de lideranças, que alcançou média per capita de 87,15 horas. Foram promovidos programas estruturados para diferentes públicos, como o Programa de Desenvolvimento de Dirigentes (PDD), Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL), Game of Talents (GOT) e Conexão Mulher, além de iniciativas voltadas à formação de jovens talentos, como Geração Massa e Geração Massa Tech. Esses programas proporcionaram capacitações técnicas, comportamentais e de negócios, resultando em avanços significativos em empregabilidade, satisfação e desenvolvimento de competências estratégicas para a Companhia.

O Programa de Sucessão identificou e preparou talentos para posições de maior complexidade, apoiando-os com ferramentas de *assessment* e iniciativas de desenvolvimento. Além disso, a avaliação de desempenho colaborativa incluiu autoavaliação, feedback de pares e clientes internos, resultando em 1.168 promoções, 661 reconhecimentos por mérito e 452 movimentações internas, reforçando o compromisso com a valorização e evolução dos profissionais.

Ao longo de 2025, foi dada continuidade à jornada de evolução cultural, estruturada em cinco fases e conduzida com apoio de consultoria especializada, com o objetivo de desenvolver uma cultura mais ágil, aberta ao diálogo, orientada para o mercado e focada em resultados. Entre as iniciativas de destaque, registrou-se a participação de mais de 4.000 colaboradores na pesquisa que validou o propósito “Sonhar, realizar, crescer” e reforçou a conexão com os valores da empresa. Eventos como o Dia do PDV proporcionaram experiências práticas das equipes nos pontos de venda, fortalecendo a centralidade no cliente/consumidor e estimulando o desenvolvimento individual dos colaboradores.

SEGURANÇA DO TRABALHO

Em 2025, mantiveram-se as metas públicas estabelecidas para 2030, que incluem a redução da taxa de frequência de acidentes para 0,5 ou menos, indicador que alcançou 0,66 em 2025, e da taxa de gravidade de acidentes para 8 ou menos, cujo desempenho foi de 12,56 no mesmo ano. Os acidentes mais graves relacionaram-se a operações com máquinas, uso inadequado de ferramentas e quedas. Não houve registro de fatalidades, o que evidencia a efetividade das ações implementadas.

Em 2025, o Programa Positivo de Segurança e Saúde Ocupacional (SSO) alcançou 92,51% dos colaboradores próprios (15.878) e 79% dos prestadores de serviço (6.267), abrangendo todas as unidades da empresa e sendo auditado e certificado por terceiros. Com mais de uma década de existência, o programa contribuiu para a redução significativa de acidentes, promovendo ambientes saudáveis e adequando máquinas, equipamentos e processos às normas de segurança, incluindo investimentos em EPIs, conforto térmico, auditorias e investigações de incidentes. O engajamento contínuo dos colaboradores, por meio de treinamentos e diálogos de segurança, fortalece a prevenção e contribui para a redução de riscos, custos operacionais e fortalecimento da reputação da companhia.

A participação dos colaboradores na gestão de SSO ocorre por meio de comitês internos, como o Comitê Gerencial e seus subcomitês, além da CIPA, que promovem reuniões mensais deliberativas voltadas à implementação e ao aprimoramento do sistema, à prevenção de acidentes e à promoção da saúde. A consulta aos colaboradores é realizada por meio de avaliações periódicas da cultura de SSO e do sistema de gestão, cujos resultados orientam melhorias supervisionadas pelo Comitê Gerencial. Em 2025, houve avanço relevante na digitalização de processos de segurança, por meio do aplicativo de SSO, que facilita o acesso às normas e à autoavaliação. Também foram ampliados os investimentos em capacitação, totalizando mais de 134 mil horas de treinamentos, reforçando o compromisso com ambientes de trabalho seguros, saudáveis e colaborativos.

SAÚDE DO TRABALHO

Os serviços de saúde ocupacional e medicina preventiva desempenham papel fundamental na identificação e mitigação de riscos no ambiente de trabalho. Entre suas principais atribuições estão o acompanhamento permanente das condições laborais, garantindo a atualização das medidas de controle, além da implementação de programas preventivos como o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Conservação Auditiva (PCA).

A Companhia disponibiliza plano de saúde integral para todos os colaboradores elegíveis e plano odontológico subsidiado para a maior parte do quadro, facilitando o acesso a cuidados médicos e odontológicos.

O Programa Viver Bem estrutura campanhas e atividades voltadas à prevenção da saúde física e mental, considerando as características locais e o perfil dos colaboradores. Em 2025, foram promovidas mais de 220 ações preventivas, abrangendo temas como doenças crônicas, alimentação saudável, saúde mental, saúde bucal, vacinação, prevenção à perda auditiva, entre outros. Além disso, o teleatendimento ampliou o suporte oferecido a gestantes e a colaboradores com doenças crônicas, possibilitando orientações, diagnósticos e ações de manutenção da saúde ao longo do ano.

O Programa Levemente tem como objetivo promover a saúde mental e prevenir o adoecimento psíquico entre colaboradores, fortalecendo o bem-estar e a cultura de cuidado da empresa. Entre suas ações estão o plantão psicológico, com oferta de até seis sessões por pessoa, o monitoramento contínuo de indicadores de saúde mental, mentorias voltadas às lideranças e atividades de promoção e prevenção, como rodas de conversa mensais e campanhas corporativas que reforçam a importância do cuidado emocional no ambiente de trabalho e na vida pessoal.

DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO

As políticas e práticas da Companhia têm como objetivo reduzir desigualdades de gênero e raça, promovendo ambientes diversos que favorecem a inovação e o desempenho organizacional. A meta pública estabelecida para 2030 prevê alcançar 40% de mulheres em cargos de liderança a partir do nível gerencial, indicador que atingiu 28,69% em 2025. Para fortalecer práticas inclusivas e reduzir resistências, são promovidos *workshops* e difundidas as diretrizes do Código de Ética, além de uma trilha de desenvolvimento em diversidade disponível na plataforma corporativa. Eventos como a Semana da Mulher e a Semana da Diversidade estimulam reflexão, aprendizado e valorização do protagonismo feminino, da inclusão e do respeito, por meio de *lives*, *podcasts* e ações interativas.

PROGRAMAS SOCIAIS E RELACIONAMENTO COM COMUNIDADES

Com foco no desenvolvimento local, qualificação profissional e incentivo ao empreendedorismo, foi estabelecida a meta de impactar 150.000 pessoas até 2030 por meio do programa de fomento ao empreendedorismo e à profissionalização no setor alimentício, denominado Alimentando Sonhos. Entre 2022 e 2025, o programa capacitou 51.815 pessoas em 10 estados, sendo 20.515 apenas em 2025. O Alimentando Sonhos destaca-se pela promoção de capacitação no setor alimentício, pelas parcerias estratégicas com 33 instituições e pelo apoio a iniciativas como o negócio social Pizza do Céu, criado pelo Instituto Pensando Bem, que está transformando vidas em Fortaleza ao unir gastronomia e geração de renda.

A seguir, são apresentados os principais programas sociais, além do Alimentando Sonhos, que compõem os pilares de relacionamento com as comunidades:

- ✚ **Nutrir o Amanhã:** Programa de doação de alimentos que beneficiou mais de 127 instituições em todas as regiões do país. Em 2025, foram doadas 2.166,9 mil toneladas de alimentos por 29 unidades, com reconhecimento do Sesc Mesa Brasil como parceiro estratégico no combate à fome.
- ✚ **Fábrica de Voluntários:** Programa de voluntariado corporativo iniciado em 2021, incentivando colaboradores a participarem de ações sociais, incluindo consultorias gratuitas, visitas a instituições e apoio direto na entrega de doações. Em 2025, contou com 525 voluntários, registrando 2.816 horas de trabalho voluntário.
- ✚ **Futuro que dá gosto:** Iniciativa criada em 2024 que promove a inclusão social e profissional de sete jovens acolhidos em orfanatos, oferecendo oportunidades como jovens aprendizes em parceria com instituições de ensino e entidades sociais.
- ✚ **Social Massa:** Evento desenvolvido em parceria com a União de Jovens do Vicente Pizon (UJVP), impactou mais de 3 mil pessoas em 2025, com oferta de serviços gratuitos em cidadania, saúde, cultura e educação, além da distribuição de kits de alimentos e encaminhamento para oportunidades de trabalho. Foi reconhecido nacionalmente ao conquistar o 2º lugar no Prêmio Aplauda, na categoria Legado.
- ✚ **Capacitação em captação de recursos:** Treinamento realizado no Rio de Janeiro para 12 instituições parceiras, fortalecendo sua sustentabilidade e autonomia financeira.
- ✚ **Incentivos fiscais:** Aporte de R\$ 863.894,00 via ICMS estadual para projetos culturais e esportivos, como *Música na Comunidade*, *Tempo Cultural*, *Virando o Jogo* e *Efutebol na Educação*.

A gestão dessas iniciativas é orientada por políticas de responsabilidade social, sustentabilidade, doações e patrocínios, além do Código de Ética. O relacionamento com as comunidades baseia-se no engajamento contínuo, definição de metas mensuráveis, alocação estratégica de recursos, prevenção e mitigação de impactos e avaliação permanente por meio de indicadores e pesquisas de satisfação.

ALIMENTOS SAUDÁVEIS E NUTRITIVOS

A Companhia integra a saudabilidade e a nutrição à sua estratégia corporativa por meio de investimentos contínuos em pesquisa, inovação e comunicação nutricional responsável, além da expansão de categorias saudáveis por meio de marcas como Fit Food e Jasmine. A meta definida para 2030 prevê alcançar 10 milhões de pessoas por meio de programas de educação alimentar; em 2025, foram impactadas 1.106.395 pessoas. Há também o objetivo de alcançar a liderança de market share em quatro categorias ou segmentos com apelo de saudabilidade e nutrição. Em 2025, a Companhia já se posiciona como líder nos segmentos de cookies e rosquinhas saudáveis, além de ocupar a liderança na categoria de granolas, segundo dados da Nielsen (jan/24 a dez/25 – T BR AS + C&C).

A gestão de alimentos saudáveis e nutritivos gera impactos positivos na economia, no meio ambiente e na saúde da população, apoiada em um portfólio diversificado que inclui produtos integrais, fortificados, fontes de fibras e proteínas, sem aditivos e com redução de gorduras, colesterol, sódio e açúcar. Entre as marcas que se destacam nesse propósito estão Jasmine, Adria,

Fit Food, Fortaleza, Isabela, Richester e Vitarella, que oferecem produtos enriquecidos com vitaminas do complexo B, A, D e E, além de minerais como ferro, cálcio e zinco. A Jasmine, em especial, reforça esse compromisso ao trazer opções minimamente processadas e elaboradas com ingredientes naturais, complementando o portfólio com foco ampliado em saudabilidade.

A Companhia oferece produtos com atributos nutricionais voltados à redução de gorduras, colesterol e sódio, além de um portfólio com zero adição de açúcar, alinhado às tendências de consumo e às diretrizes de saúde pública. Em 2025, a receita gerada por produtos saudáveis e com atributos nutricionais totalizou R\$ 2,8 bilhões, o que representou aproximadamente 23% da Receita Líquida de Descontos e Devoluções (RLDD).

A empresa também participa de iniciativas setoriais e acordos voluntários voltados à redução de sódio e açúcar, em consonância com políticas públicas. Além disso, adota práticas de rotulagem e comunicação nutricional em conformidade com a legislação brasileira, com revisão técnica de todas as alegações nutricionais utilizadas nos produtos.

PILAR GOVERNANÇA

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Desde 2006, a M. Dias Branco, sociedade anônima de capital aberto, é uma companhia com ações listadas no segmento do Novo Mercado (NM) da B3 S.A Brasil, Bolsa Balcão ("B3"). A Companhia possui a Assembleia Geral de Acionistas como seu mais alto órgão de governança. A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária.

O Conselho de Administração da Companhia tem como principal atribuição a fixação de orientações e diretrizes gerais para Companhia, a eleição e fiscalização das atividades da Diretoria Estatutária, a aprovação de políticas corporativas, a fixação de critérios de alienação de bens e direitos da Companhia, dentre outras estabelecidas em lei e em seu Estatuto Social. Atualmente, o Conselho é formado por 8 (oito) conselheiros, sendo 3 (três) independentes.

A Diretoria Estatutária é formada por executivos com ampla experiência no setor de atuação e em gestão corporativa, contando com 1 (um) Presidente e 7 (sete) Vice-Presidentes. A composição da Diretoria reflete o compromisso da Companhia com complementaridade de competências, qualificação técnica e diversidade.

A estrutura de governança corporativa da Companhia conta com três comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: Comitê de Auditoria, Comitê ESG, Comitê de Gente e Gestão. Cada um deles conta com um membro independente do Conselho de Administração em sua formação.

Os Comitês reportam-se diretamente ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia. As deliberações dos Comitês, bem como as diretrizes, políticas e medidas propostas consistem em recomendações a serem avaliadas pelo Conselho de Administração. Os Comitês não constituem órgãos deliberativos da Companhia, de modo que as recomendações por eles proferidas não vinculam o Conselho de Administração ou a Companhia.

A área de Governança Corporativa faz parte da estrutura da Vice-Presidência Jurídica, de Governança, Riscos e Compliance. Contamos com um Governance Officer (G.O.) com vínculo e acesso direto ao Conselho de Administração. O G.O. lidera a Área de Governança Corporativa da

Companhia, que funciona como elo entre a Diretoria, o Conselho e seus comitês de assessoramento.

Faz parte das atribuições da área de Governança atuar para assegurar um processo decisório estruturado e que contemple os órgãos competentes de deliberação, controle e execução, de modo que a Companhia seja dirigida, monitorada e incentivada de acordo com os pilares das boas práticas de governança, contribuindo, assim, para a qualidade de sua gestão, sua longevidade e o alcance de seus objetivos estratégicos.

A Companhia adota o indicador interno iMDB — Índice de Boas Práticas de Governança Corporativa da M. Dias Branco —, que consolida requisitos provenientes de leis, regulamentos, códigos de boas práticas e critérios de índices de mercado nacionais e internacionais. Seu objetivo é orientar iniciativas de melhoria contínua e mensurar a evolução da Companhia em matéria de governança, tendo por base os referenciais adotados, quais sejam:

- 🌿 Regulamento do Novo Mercado;
- 🌿 Informe de Governança Corporativa;
- 🌿 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e Carbon Disclosure Project (CDP);
- 🌿 S&P Global CSA (*Corporate Sustainability Assessment*);
- 🌿 Governance Quality Score (GQS) da ISS – *Institutional Shareholder Services*;
- 🌿 Princípios de Governança da *International Corporate Governance Network* (ICGN).

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Em 2025, o Programa de Relações com Investidores foi reconhecido, pelo segundo ano consecutivo, pela Institutional Investor como o melhor do segmento de alimentos e bebidas no *ranking* América Latina Midcap, posicionando a Companhia entre as 50 melhores desta região (*Most Honored Company*). Também foram obtidos os prêmios de Melhor CFO, Melhor Profissional de Relações com Investidores, Melhor Conselho de Administração, Melhor Equipe de Relações com Investidores e Melhor Encontro com Analistas Financeiros.

Durante o ano, foram realizadas mais de 500 interações com o mercado, incluindo participação em conferências e *non-deal roadshows* (NDRs) no Brasil e no exterior, — Estados Unidos, Europa e Ásia —além de reuniões, teleconferências, entrevistas e visitas às instalações e a pontos de venda. Essas iniciativas envolveram mais de 160 entidades de mercado.

As ações emitidas pela Companhia (MDIA3) registraram valorização de 25,7% em 2025. Destacou-se, ainda, o aumento da participação de investidores estrangeiros no *free float*, de 58,3% em 2024 para 62,2% em 2025.

As transmissões ao vivo das apresentações dos resultados trimestrais, realizadas no canal de Relações com Investidores no YouTube, alcançaram 11,4 mil visualizações no ano, número 20% superior ao registrado no ano anterior, ampliando a visibilidade das iniciativas de comunicação financeira.

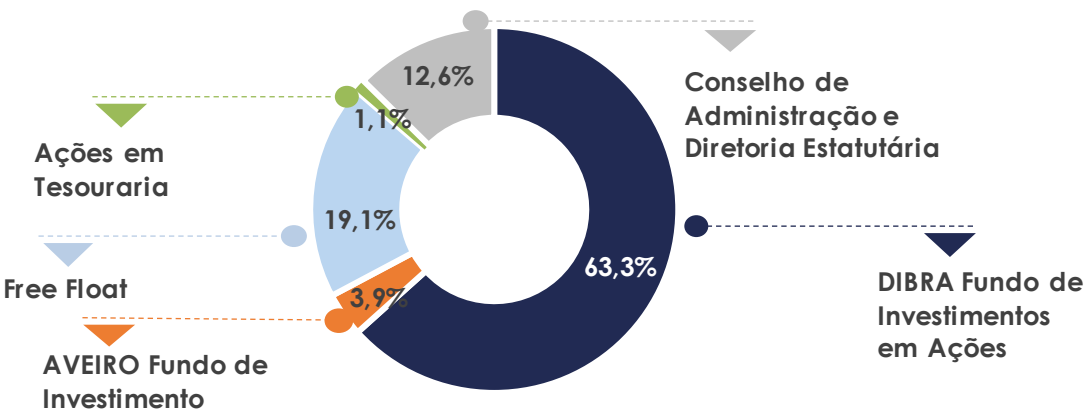
Houve evolução na Política de Remuneração aos Acionistas, com a adoção de pagamentos mensais de dividendos de R\$ 0,03 por ação a partir de abril de 2025, totalizando R\$ 0,09 por trimestre (anteriormente R\$ 0,06 por ação por trimestre). Adicionalmente, foram efetuadas distribuições extraordinárias, resultando em pagamento superior a R\$ 400 milhões em dividendos no ano.

O compromisso com a agenda ESG foi mantido, com a permanência em importantes índices, como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), o Índice de Carbono Eficiente (ICO2 B3), o

Índice de Diversidade (IDIVERSA B3) e rating AA na avaliação da Morgan Stanley Capital International (MSCI). A Companhia também manteve, pelo oitavo ano consecutivo, a classificação de Rating Nacional de Longo Prazo AAA (BRA), com perspectiva estável, atribuída pela agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings.

CONTROLE ACIONÁRIO

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da M. Dias Branco totalizou **R\$ 2.597,7 milhões**, inteiramente subscrito, integralizado e dividido em 339.000.000 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações da Companhia estão assim distribuídas:



GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A M. Dias Branco adota uma política formal de gestão de riscos, revisado pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração, com o objetivo de apoiar o atendimento dos objetivos estratégicos, além de orientar a identificação, avaliação e mitigação de riscos críticos, promovendo a eficiência operacional, a redução de perdas e a continuidade dos negócios, mesmo em cenários adversos. Adicionalmente, a Companhia mantém um mapa de controles internos, sistematicamente revisado pelas auditorias interna e externa, e pelo Comitê de Auditoria.

Como referencial, a Companhia utiliza as instruções das principais entidades nestas áreas, tais como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), o IIA (*Institute of Internal Auditors*) e o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), além de serem avaliados rotineiramente as leis, normas e regulamentos vigentes no País.

A política de gerenciamento de riscos classifica os principais riscos em: estratégicos, operacionais, de reporte, de compliance, cibernéticos, proteção de dados, de mercado e socioambientais. Nesse sentido, a partir da avaliação quantitativa e qualitativa de mensuração dos riscos, busca-se proteção para aqueles que representam potencial de afetar de maneira adversa os resultados do negócio. Os principais riscos encontram-se especificados no Formulário de Referência divulgado na CVM e veiculado no site da Companhia.

A Companhia possui a certificação *Quality Assessment* (QA), válida até 2027, concedida pelo Instituto de Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil), atestando que cumpre os mais elevados padrões internacionais em auditoria interna, atuando de acordo com as normas definidas na Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF, na sigla em inglês).

COMPLIANCE, ÉTICA E INTEGRIDADE

A M. Dias Branco busca contribuir para a promoção de um mercado mais competitivo, sustentável e íntegro. A Companhia participa de compromissos públicos em governança, ética e integridade como o Pacto Global (ONU), o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção (Instituto Ethos), o Movimento Transparência 100% (Pacto Global da ONU – Rede Brasil), o Selo ESG FIEC na unidade Eusébio (CE) – Categoria AAA (Federação das Indústrias do Estado do Ceará) e o Troféu Transparência (ANEFAC).

A Companhia é certificada na ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno. Essa certificação, emitida pela QMS Certification, valida a sua jornada na adoção das melhores práticas de governança e integridade, além de consolidá-la como parte de um seleto grupo de indústrias alimentícias no mundo que demonstram um compromisso firme e contínuo com a prevenção de práticas ilícitas.

Em 2025, a Companhia reafirmou o compromisso com a ética e a integridade ao aderir ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, promovido pela Controladoria Geral da União (CGU), reforçando o compromisso com ética, integridade, transparência e sustentabilidade nas relações com públicos internos e externos.

Em relação às políticas internas de integridade, a Companhia adota, entre outros normativos, a Política Antissuborno e Anticorrupção; Política de Brindes, Presentes, Entretenimentos e Hospitalidades; Política de Doações e Patrocínios; Protocolo de Investigação Interna e Funcionamento do Canal Ético; Política de Consequências; Política de Não Retaliação; Política de Compras e Suprimentos; Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesses; Política de Boas Práticas de Concorrência; Política de Gerenciamento de Riscos; Política de Continuidade dos Negócios; Política de Sustentabilidade e Política de Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão, todas disponíveis para consulta em plataforma interna e no website de Relações com Investidores.

O Código de Ética e o Código de Conduta de Fornecedores, traduzem os valores da M. Dias Branco em princípios éticos, orienta a conduta de todos os colaboradores, administradores, representantes legais e terceiros para o comportamento esperado na relação com os *stakeholders*.

Ao longo do ano, foram promovidas ações de sensibilização e capacitação adaptadas a distintos públicos, por meio de canais internos de comunicação e trilhas de treinamento abordando o Código de Ética, as políticas de integridade e os temas relacionados a assédios. Para terceiros que atuam nas instalações da Companhia, os conteúdos são apresentados nos processos de integração; para os demais parceiros, são disponibilizados por meio de plataforma específica. Em 2025, foram capacitados 12.326 colaboradores, abrangendo todas as categorias funcionais e unidades de negócio, além da realização de ações instrutivas e informativas voltadas a parceiros de negócios.

O Canal Ético é disponibilizado como meio seguro e confidencial para colaboradores, fornecedores, clientes e sociedade registrarem denúncias ou esclarecerem dúvidas relacionadas a condutas potencialmente divergentes das diretrizes de ética e integridade da Companhia. Esse canal é independente, especializado e seguro, acessível por telefone, e-mail ou internet, garantindo anonimato e proteção aos comunicantes. Sua atuação fortalece a prevenção, a detecção e o tratamento de desvios de conduta ao longo da cadeia de valor.

Em 2025, foram recebidos 1.511 comunicados por meio do Canal Ético. Dentre esses, 98% foram apurados; 22% foram considerados procedentes ou parcialmente procedentes. Entre os casos

apurados, 35% resultaram em ações administrativas, 8% em medidas disciplinares e, em 58%, não houve necessidade de adoção de quaisquer providências.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM

Pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Estatuto Social da Companhia, seus acionistas, administradores e a B3 se obrigam a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com as normas estatutárias, de regulação do mercado e legislação pertinente.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para auditar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e revisar as informações financeiras intermediárias (trimestrais) da M. Dias Branco do exercício. A referida empresa não prestou serviços conflitantes, conforme disposto na Instrução CVM 308. As informações não financeiras da Companhia e suas controladas, assim como as expectativas da Administração quanto ao seu desempenho futuro e de suas controladas, não foram auditadas pela KPMG.

No sentido de atender ao disposto na Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia informa que durante o exercício de 2025 foram contratados à KPMG outros serviços, no total de R\$ 120 mil, que correspondeu aproximadamente a 16,7% dos honorários de auditoria. Os serviços consistiram em asseguarção limitada do relatório integrado.

A Administração reconhece que os referidos serviços não comprometeram a independência dos citados auditores. Como parte da política interna da Companhia, todos os serviços prestados pela empresa de auditoria independente devem ser analisados pelo comitê de auditoria antes de sua realização, como forma de garantir que não haja conflito de interesse.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições contidas na Instrução CVM nº 480/2009, a diretoria declara que discutiu e reviu as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, com as quais concorda integralmente, assim como aprova as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos conselheiros e acionistas da
M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos
Eusébio - Ceará

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas

Veja a Nota 27 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - <i>Revenue from Contracts with Customers</i>), a Companhia deve reconhecer a receita quando satisfizer a obrigação de performance ao transferir o bem prometido ao cliente. O reconhecimento de receita da Companhia envolve um processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues no período. Referido processo inclui a análise das receitas faturadas ao final do exercício apuradas com base nas datas efetivas de entrega para cada destino com o objetivo de assegurar que as receitas de vendas sejam reconhecidas no período de competência correto. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, considerando a importância da receita como indicador chave para a avaliação do desempenho da Companhia e a relevância dos montantes de receitas reconhecidas ao final do período.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Para as vendas reconhecidas no mês de dezembro, obtivemos o relatório com as datas efetivas de entrega elaborado pela Companhia, para uma amostra dessas vendas validamos a data efetiva de entrega. (ii) Recalculamos o corte da receita com base na data efetiva de entrega apresentada no relatório supracitado, comparamos com o ajuste de corte das vendas reconhecido pela Companhia; (iii) Analisamos as devoluções e cancelamentos ocorridas em janeiro do ano subsequente; (iv) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento de receitas da Companhia no período de competência é aceitável bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente

elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência

de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 26 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5

Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Balanço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)



Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.882.170	2.142.136	1.888.270	2.152.587
Aplicações financeiras	17.1.3	16.420	17.147	16.420	17.147
Depósitos vinculados	17.2.3	14.262	6.405	14.262	6.405
Contas a receber de clientes	6	1.823.876	1.651.775	1.843.604	1.667.866
Estoques	7	1.642.790	1.663.322	1.675.464	1.687.637
Tributos a recuperar	8	208.332	209.243	230.571	228.227
Imposto de renda e contribuição social	8	83.074	59.275	83.788	61.309
Instrumentos financeiros derivativos	17.1.2	17.438	118.398	17.438	118.568
Despesas antecipadas		21.881	21.743	23.302	23.579
Outros ativos circulantes		35.605	29.982	37.875	35.800
Total do ativo circulante		5.745.848	5.919.426	5.830.994	5.999.125
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	17.1.3	4.642	1.206	4.642	1.206
Depósitos judiciais	22	256.081	251.116	256.561	251.385
Contas a receber de clientes	6	-	2.179	-	2.179
Tributos a recuperar	8	160.307	145.703	160.809	146.205
Imposto de renda e contribuição social	8	53.569	49.227	53.569	49.227
Instrumentos financeiros derivativos	17.1.2	63.141	91.297	63.141	91.297
Ativos de indenização		94.562	101.151	94.562	101.151
Outros ativos não circulantes		22.332	21.539	22.344	34.990
		654.634	663.418	655.628	677.640
Investimentos	9	733.699	720.913	29.757	31.059
Propriedades para investimento	10	55.384	55.888	55.384	55.888
Imobilizado	11	3.399.334	3.448.380	3.570.990	3.590.675
Intangível	12	1.859.026	1.855.568	2.416.590	2.414.480
Total do ativo não circulante		6.702.077	6.744.167	6.728.349	6.769.742
Total do ativo		12.447.925	12.663.593	12.559.343	12.768.867

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	1.391.331	1.077.516	1.418.631	1.095.064
Financiamentos junto a instituições financeiras	16.1	6.694	1.055.313	21.341	1.063.160
Financiamentos de impostos	16.2	20.316	10.546	20.316	10.546
Financiamentos diretos	16.3	9.416	9.751	15.367	18.110
Debêntures	16.4	12.621	11.724	12.621	11.724
Arrendamentos	13	120.891	98.550	120.891	98.768
Obrigações sociais e trabalhistas	19	276.239	156.993	281.902	161.099
Obrigações fiscais	20	116.669	91.934	130.499	101.815
Imposto de renda e contribuição social	20	32.764	9.220	32.809	9.457
Subvenções governamentais	21	8.706	11.136	8.706	11.136
Instrumentos financeiros derivativos	17.1.2	29.900	22.191	30.046	22.191
Outros passivos circulantes	24	139.687	116.857	141.974	129.667
Total do passivo circulante		2.165.234	2.671.731	2.235.103	2.732.737
Não circulante					
Financiamentos junto a instituições financeiras	16.1	129.688	68.036	129.688	68.036
Financiamentos de impostos	16.2	52.575	47.977	52.575	47.977
Financiamentos diretos	16.3	229.361	211.744	229.361	222.442
Debêntures	16.4	938.696	947.694	938.696	947.694
Arrendamentos	13	201.114	256.681	201.114	256.697
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	262.673	258.624	301.313	289.228
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	22	200.405	191.450	200.718	191.747
Outros passivos não circulantes	24	30.017	11.713	32.613	14.366
Total do passivo não circulante		2.044.529	1.993.919	2.086.078	2.038.187
Patrimônio líquido					
Capital social		2.597.656	2.597.656	2.597.656	2.597.656
Reservas de capital		55.530	46.417	55.530	46.417
Ajustes acumulados de conversão		4.023	4.438	4.023	4.438
Ajustes de avaliação patrimonial		(6.120)	(12.282)	(6.120)	(12.282)
Reservas de lucros		5.695.230	5.380.604	5.695.230	5.380.604
(-) Ações em tesouraria		(108.157)	(112.838)	(108.157)	(112.838)
Dividendos adicionais propostos		-	93.948	-	93.948
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	25	8.238.162	7.997.943	8.238.162	7.997.943
Total do passivo e patrimônio líquido		12.447.925	12.663.593	12.559.343	12.768.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	27	10.363.959	9.584.701	10.437.548	9.662.833
Custos dos produtos vendidos	28	(7.526.304)	(6.768.921)	(7.543.952)	(6.769.533)
Subvenções para investimentos estaduais	21	463.419	432.747	463.419	432.747
Lucro bruto		3.301.074	3.248.527	3.357.015	3.326.047
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	28	(2.042.101)	(1.899.568)	(2.067.390)	(1.936.590)
Despesas administrativas	28	(435.214)	(391.780)	(452.078)	(417.007)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	29	(137.995)	(136.500)	(145.013)	(138.110)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		685.764	820.679	692.534	834.340
Receitas financeiras	18	593.302	421.107	596.102	421.703
Despesas financeiras	18	(572.957)	(427.629)	(579.064)	(427.867)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	18	20.345	(6.522)	17.038	(6.164)
Resultado da equivalência patrimonial	9	(5.931)	2.637	(1.302)	(4.991)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		700.178	816.794	708.270	823.185
Imposto de renda e contribuição social	23	(40.361)	(170.846)	(48.453)	(177.237)
Lucro líquido do exercício		659.817	645.948	659.817	645.948
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		659.817	645.948	659.817	645.948
Lucro por ação ordinária - básico - R\$	30	1,94636	1,90545	1,94636	1,90545
Lucro por ação ordinária - diluído - R\$	30	1,95753	1,91341	1,95753	1,91341
Quantidade média de ações (ex-ações em tesouraria)		339.000.000	339.000.000	339.000.000	339.000.000
Quantidade média de ações (ordinárias e restritas)		337.065.959	337.590.086	337.065.959	337.590.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		659.817	645.948	659.817	645.948
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:					
Ganhos (Perdas) em operações de hedge de fluxo de caixa	17.3	9.336	4.519	9.336	4.519
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	17.3	(3.174)	(1.533)	(3.174)	(1.533)
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	9	(415)	4.652	(415)	4.652
		5.747	7.638	5.747	7.638
Total dos resultados abrangentes		665.564	653.586	665.564	653.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)



	Nota	Reserva de capital			Reservas de Lucros							Dividendos adicionais propostos	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Opções outorgadas	Reserva especial	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para plano de investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	(-) Ações em tesouraria	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.597.656	30.863	16.529	3.496.931	321.847	1.091.924	(15.268)	(214)	(76.953)	-	141.379	7.604.694
Lucro líquido do exercício	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	645.948	-	645.948
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:													
Ganhos (Perdas) com operações de hedge de fluxo de caixa líquido dos efeitos tributários		-	-	-	-	-	-	2.986	-	-	-	-	2.986
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	9	-	-	-	-	-	-	-	4.652	-	-	-	4.652
Total dos resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	2.986	4.652	-	645.948	-	653.586
Transações com acionistas, registradas diretamente no patrimônio líquido													
Distribuições para os acionistas:													
Aquisição de ações em tesouraria	25	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.533)	-	-	(50.533)
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(141.379)	(141.379)
Dividendos mínimos obrigatórios	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.076)	-	(50.076)
Dividendos adicionais propostos	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(124.374)	93.948	(30.426)
Ações outorgadas reconhecidas	26	-	17.028	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.028
Exercício de plano de outorga de ações restritas com ações em tesouraria	26	-	(18.003)	-	-	-	(1.596)	-	-	14.648	-	-	(4.951)
Outras distribuições do lucro:													
Reserva legal	25	-	-	-	-	10.542	-	-	-	-	(10.542)	-	-
Reserva de incentivos fiscais - IRPJ	25	-	-	-	31.856	-	-	-	-	-	(31.856)	-	-
Reserva de incentivos fiscais - ICMS	25	-	-	-	403.245	-	-	-	-	-	(403.245)	-	-
Reserva estatutária	25	-	-	-	-	-	25.855	-	-	-	(25.855)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.597.656	29.888	16.529	3.932.032	332.389	1.116.183	(12.282)	4.438	(112.838)	-	93.948	7.997.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)



	Nota	Reserva de capital			Reservas de Lucros							Dividendos adicionais propostos	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Opções outorgadas	Reserva especial	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para plano de investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	(-) Ações em tesouraria	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.597.656	29.888	16.529	3.932.032	332.389	1.116.183	(12.282)	4.438	(112.838)	-	93.948	7.997.943
Lucro líquido do exercício	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	659.817	-	659.817
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:													
Ganhos (Perdas) com operações de hedge de fluxo de caixa líquido dos efeitos tributários		-	-	-	-	-	-	6.162	-	-	-	-	6.162
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	9	-	-	-	-	-	-	-	(415)	-	-	-	(415)
Total dos resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	6.162	(415)	-	659.817	-	665.564
Distribuições para os acionistas:													
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(93.948)	(93.948)
Dividendos mínimos obrigatórios	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.271)	-	(24.271)
Dividendos adicionais	25	-	-	-	-	-	(247.113)	-	-	-	(72.811)	-	(319.924)
Ações outorgadas reconhecidas	26	-	14.196	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.196
Exercício de plano de outorga de ações restritas com ações em tesouraria	26	-	(5.083)	-	-	-	(996)	-	-	4.681	-	-	(1.398)
Outras distribuições do lucro:													
Reserva legal	25	-	-	-	-	5.110	-	-	-	-	(5.110)	-	-
Reserva de incentivos fiscais - IRPJ	25	-	-	-	92.876	-	-	-	-	-	(92.876)	-	-
Reserva de incentivos fiscais - ICMS	25	-	-	-	464.749	-	-	-	-	-	(464.749)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		2.597.656	39.001	16.529	4.489.657	337.499	868.074	(6.120)	4.023	(108.157)	-	-	8.238.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Demonstração do fluxo de caixa – Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)



		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	23	700.178	816.794	708.270	823.185
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		402.731	353.023	412.058	368.969
Custo na venda de imobilizado e intangível		961	1.110	1.315	1.290
Equivalência patrimonial	9	5.931	(2.637)	1.302	4.991
Atualização dos financiamentos, debêntures e variações cambiais		(23.659)	385.356	(22.044)	385.683
Atualizações de aplicações financeiras de longo prazo		(167)	(125)	(167)	(125)
Créditos tributários e atualizações		(68.901)	(78.648)	(69.488)	(80.410)
Atualização de depósitos judiciais		(13.074)	(8.806)	(13.074)	(8.806)
Provisões e atualizações para riscos cíveis, trabalhistas e tributárias/outros	22	84.542	66.667	84.557	66.045
(Reversão) de despesas/ativo de indenização		2.631	(8.589)	2.631	(8.589)
Juros apropriados sobre arrendamentos	13	41.838	38.894	41.844	38.961
Ações outorgadas reconhecidas		14.196	17.028	14.196	17.028
Provisão para perdas estimadas de clientes	6	21.310	23.936	21.137	23.849
Provisão de IR sobre financiamentos		1.606	2.635	1.606	2.635
(Reversão) perdas estimadas por redução valor recuperável de tributos		5.698	(4.756)	5.698	(4.756)
Provisão do valor recuperável dos estoques	7	10.317	10.622	16.247	11.439
(Ganho) Perda dos contratos de operações com derivativos		300.822	(136.549)	301.535	(137.323)
Reversão de ganho em aquisição de participação societária		-	16.774	-	16.774
Variações nos ativos e passivos					
Redução em depósitos vinculados		(7.858)	(3.582)	(7.858)	(3.582)
(Aumento) Redução em contas a receber de clientes		(191.232)	148.447	(194.695)	152.588
(Aumento) Redução nos estoques		20.565	(404.774)	7.548	(404.387)
(Aumento) Redução nas aplicações financeiras		728	(1.943)	728	(1.943)
(Aumento) Redução nos impostos a recuperar		24.306	(48.174)	19.162	(58.027)
(Aumento) em depósitos judiciais, líquidos das provisões para riscos		(67.477)	(54.260)	(67.688)	(54.144)
(Aumento) Redução nas despesas antecipadas		(138)	(726)	276	(1.489)
Redução em ativos de indenizações		6.613	5.202	6.613	5.202
(Aumento) Redução em outros ativos		(6.415)	(2.772)	10.569	(11.473)
Aumento (Redução) em fornecedores		275.376	(189.852)	284.714	(181.173)
Aumento (Redução) nos impostos e contribuições		28.226	(13.938)	35.731	(11.380)
Aumento (Redução) nas obrigações sociais e trabalhistas		119.246	(85.819)	120.803	(87.254)
Aumento (Redução) nas subvenções governamentais		(2.431)	5.308	(2.431)	5.308
Aumento (Redução) em outros passivos		37.079	(49.297)	26.477	(46.914)
Juros pagos		(120.193)	(126.491)	(120.311)	(126.832)
Variações cambiais pagas		(48.812)	(36.175)	(48.812)	(36.175)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(20.813)	-	(20.822)	(56)
Pagamentos de recursos por liquidação de operações com derivativos		(149.301)	(68.045)	(149.698)	(67.440)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais		1.384.429	565.838	1.407.929	591.669
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado e intangível		(237.506)	(242.849)	(276.172)	(278.178)
Amortização de dívida da aquisição de empresas	16.3	(3.454)	(46.732)	(18.061)	(49.169)
Aplicação financeira a longo prazo		(5.806)	(100)	(5.806)	(100)
Resgate de aplicação financeira a longo prazo		2.508	1.070	2.508	1.070
Adiantamento para subscrição de capital	9	(19.132)	(12.021)	-	-
Disponibilidades líquidas (aplicadas) nas atividades de investimentos		(263.390)	(300.632)	(297.531)	(326.377)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	25	(439.034)	(221.821)	(439.034)	(221.821)
Financiamentos tomados	16.1	69.227	1.165.706	79.082	1.172.112
Aquisição de ações de emissão da própria companhia		-	(50.533)	-	(50.533)
Pagamentos de financiamentos	31	(898.577)	(1.182.057)	(901.632)	(1.185.755)
Pagamentos de arrendamento	13	(112.621)	(98.646)	(112.739)	(99.152)
Disponibilidades líquidas (aplicadas) nas atividades de financiamentos		(1.381.005)	(387.351)	(1.374.323)	(385.149)
Efeitos das oscilações de câmbio sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-	(392)	4.607
Demonstrações do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(259.966)	(122.145)	(264.317)	(115.250)
No início do exercício		2.142.136	2.264.281	2.152.587	2.267.837
No fim do exercício		1.882.170	2.142.136	1.888.270	2.152.587
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(259.966)	(122.145)	(264.317)	(115.250)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)



		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		11.864.286	10.975.172	11.939.193	11.054.837
Outras receitas		135.945	114.083	136.877	115.644
Receitas relativas à construção de ativos próprios		64.651	42.633	64.651	42.633
(Provisão) para perdas estimadas de clientes	6	(21.310)	(23.936)	(21.137)	(23.849)
		12.043.572	11.107.952	12.119.584	11.189.265
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos e das mercadorias vendidos e dos serviços prestados		(5.392.165)	(4.838.348)	(5.348.040)	(4.794.681)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(3.092.327)	(2.933.687)	(3.149.598)	(2.982.924)
Materiais relativos à construção de ativos próprios		(21.583)	(15.334)	(21.583)	(15.334)
		(8.506.075)	(7.787.369)	(8.519.221)	(7.792.939)
Valor adicionado bruto		3.537.497	3.320.583	3.600.363	3.396.326
Retenções					
Depreciação e amortização		(402.731)	(353.023)	(412.058)	(368.969)
Valor adicionado líquido produzido		3.134.766	2.967.560	3.188.305	3.027.357
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	9	(5.931)	2.637	(1.302)	(4.991)
Receitas financeiras	18	593.302	421.107	596.102	421.703
Valor adicionado total a distribuir		3.722.137	3.391.304	3.783.105	3.444.069
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos		1.531.199	1.335.145	1.571.405	1.373.994
Remuneração direta		968.869	934.662	995.507	962.489
Benefícios		480.904	317.415	491.001	324.708
FGTS		81.426	83.068	84.897	86.797
Impostos, taxas e contribuições		926.855	952.267	940.722	964.943
Federais		554.224	607.830	567.811	620.397
Estaduais		356.112	328.257	356.317	328.174
Municipais		16.519	16.180	16.594	16.372
Remuneração de capitais de terceiros		604.266	457.944	611.161	459.184
Juros		572.957	427.629	579.064	427.867
Aluguéis		31.309	30.315	32.097	31.317
Remuneração de capitais próprios		659.817	645.948	659.817	645.948
Dividendos/Juros sobre capital próprio		97.082	80.501	97.082	80.501
Lucros retidos		562.735	565.447	562.735	565.447
Valor adicionado distribuído		3.722.137	3.391.304	3.783.105	3.444.069

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A M. Dias Branco S. A. Indústria e Comércio de Alimentos ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, com ações listadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento Novo Mercado (MDIA3), integrando as carteiras dos Índices de Sustentabilidade Empresarial - ISE; Carbono Eficiente - ICO2; dentre outros. Iniciou suas atividades em 1951, sua sede está situada na Rodovia BR 116, KM 18, s/n, no Eusébio, Estado do Ceará, e tem por objeto social a industrialização, o comércio e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, massas alimentícias e farinha/farelo de trigo, atuando, também, na fabricação, comercialização e distribuição de margarinas e gorduras vegetais, bolos, mistura para bolos, torradas e *snacks*. Seu processo de produção é integrado e verticalizado, produzindo a maior parte de duas das principais matérias-primas para a produção de biscoitos e massas, no caso a farinha de trigo e a gordura vegetal. Cinco de seus moinhos de trigo estão fisicamente integrados a fábricas de biscoitos e massas, eliminando custos de transporte da farinha de trigo utilizada na produção desses dois itens principais.

A Companhia possui um parque industrial, sendo doze indústrias situadas na região Nordeste (Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), cinco localizadas na região Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) e três instaladas na região Sul (Rio Grande do Sul e Paraná). Nessas unidades operam onze fábricas de biscoitos, massas, *snacks*, bolos, mistura para bolos e torradas, sete moinhos de trigo e 2 fábricas de cremes e gorduras vegetais. Em operação integrada a essa estrutura de produção, a Companhia possui vinte e sete centros de distribuição destinados à armazenagem, comercialização e/ou distribuição de seus produtos, localizados nos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe e Belém.

A atuação nacional da Companhia é também promovida mediante operações integradas com as estruturas de produção, comercialização e distribuição de sua controlada Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda ("Jasmine") que possui uma fábrica de biscoitos, pães, cereais, granolas, *snacks* e temperos, integrada a um centro de distribuição, localizado no Estado do Paraná, o que reforça sua atuação, nos segmentos de alimentos saudáveis com produtos orgânicos, zero açúcar, integrais, cereais, *snacks*, granolas, pães sem glúten, temperos, molhos e condimentos.

Além disso, a Companhia possui atuação internacional através das subsidiárias integrais Darcel S.A. e Cacama S.A., localizadas em Montevidéu, no Uruguai, e que possuem uma fábrica de massas integrada a uma estrutura de armazenagem e distribuição.

A Companhia detém as seguintes marcas no mercado nacional: Adria, Aldente, Basilar, Bonsabor, Estrela, Fortaleza, Finna, Fit Food, Frontera, Isabela, Jasmine, Pelágio, Pilar, Piraquê, Predilieto, Richester, Salsito, Smart, Taste&Co, Treloso, Vitarella e Zabet; e no mercado internacional: Las Acacias.

2. Reforma tributária sobre consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, introduzindo um novo modelo de tributação baseado em um sistema de Imposto sobre Valor Agregado repartido (IVA dual). O novo sistema é composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, que substituirá o PIS e a Cofins, e

pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, que substituirá o ICMS e o ISS.

Também foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A Reforma Tributária será implementada de forma gradual, por meio de um período de transição entre 2026 e 2032, durante o qual os regimes tributários atual e novo coexistirão.

A partir de 2027, ocorrerá a extinção do PIS e da Cofins, substituídos pela CBS, com possibilidade de creditamento na maior parte das operações. As principais mudanças relativas ao ICMS estão previstas para ocorrer a partir de 2029, com o início da implementação do IBS, que substituirá gradualmente o ICMS e o ISS, promovendo a unificação da base tributária e a adoção do princípio do destino. Haverá impactos sobre os incentivos fiscais estaduais, e parte deles poderá ser compensada por meio do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, destinado a mitigar perdas durante o período de transição.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que regulamentou parcialmente a Reforma Tributária, instituindo os novos tributos e prevendo, também, a criação do Comitê Gestor do IBS. Posteriormente, a Lei Complementar nº 227/26 disciplinou a implementação prática do IBS, detalhando criação, composição, atribuições do Comitê Gestor e critérios de repartição da arrecadação entre os entes federados.

A Reforma Tributária gera impactos relevantes nos processos tributários e operacionais, exigindo investimentos em tecnologia, processos e maior integração das áreas internas para adaptação ao novo modelo tributário. Nesse sentido, a Companhia vem desenvolvendo um projeto estruturado e estratégico para avaliação dos potenciais impactos da Reforma em suas operações, abrangendo a revisão de sistemas, processos, políticas e controles fiscais, com acompanhamento da alta administração.

Ao longo de 2025, as iniciativas relacionadas à Reforma concentraram-se na preparação para o ano de "teste", que consistiu na alteração do layout dos documentos fiscais e na aplicação de alíquotas de 1% de IBS/CBS, sem impacto financeiro. Embora o Governo tenha postergado a entrada em vigor dessa etapa, inicialmente prevista para 1º de janeiro de 2026, a Companhia seguiu com seu planejamento e concluiu com sucesso a atualização dos sistemas na data originalmente definida.

A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos impactos financeiros, sobretudo daqueles esperados a partir de 2027, em decorrência da efetiva implantação da CBS e, considerando o estágio atual de regulamentação da Reforma Tributária e o cronograma legal de transição estabelecido, a Administração conclui que não há impactos a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

3. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS Accounting Standards*

- IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração da Companhia no processo de gestão.

A autorização para a emissão dessas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2026.

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia. Em todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs e as IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são continuamente revistas e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem:

- Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 6): critérios para a mensuração das perdas de crédito esperadas e premissas utilizadas para a determinação da taxa média ponderada de perda;
- Estoques (Nota Explicativa nº 7): critérios para a mensuração das perdas estimadas para redução do valor recuperável de estoque;
- Imobilizado (Nota Explicativa nº 11): principais premissas em relação aos critérios e montantes do valor residual, a vida útil e ao teste de *impairment* do ativo imobilizado;
- Intangíveis com vida útil indefinida (Nota Explicativa nº 12): critérios e principais premissas aplicadas em relação a vida útil e aos valores recuperáveis destes ativos;
- Arrendamentos (Nota Explicativa nº 13): reconhecimento e mensuração de arrendamentos, bem como da taxa incremental utilizada;
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos (Nota Explicativa nº 17): determinação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos;
- Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (Nota Explicativa nº 22): premissas sobre a possibilidade e a magnitude de saída de recursos relativos à provisão para litígios e demandas judiciais ocasionadas por causas cíveis, trabalhistas e tributárias;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota Explicativa nº 23): critérios adotados na recuperabilidade do ativo caso seja provável que esse ativo não seja realizado;

- Plano de remuneração baseado em ações (Nota Explicativa nº 26): principais premissas em relação à outorga de ações.

4. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, são descritas a seguir.

a) Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

i. Controladas

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Participação societária nas controladas

Descrição	Proporção de participação (%)			
	2025		2024	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. ⁽¹⁾	100,00	-	100,00	-
Darcel S.A. e Cacama S.A. ⁽²⁾	-	100,00	-	100,00
M.Dias Branco International Trading LLC ⁽²⁾	100,00	-	100,00	-
M.Dias Branco International Trading Uruguay S.A. ⁽²⁾	-	100,00	-	100,00
M.Dias Branco Argentina S.A. ⁽²⁾	100,00	-	100,00	-

⁽¹⁾ Participação direta das empresas Darcel S.A. e Cacama S.A. ⁽²⁾ Investimentos no exterior.

Características das principais controladas

Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

A controlada indireta, instituída em 1990, está localizada na cidade de Campina Grande do Sul no estado do Paraná e tem como principal atividade a produção, comercialização e distribuição de alimentos saudáveis com produtos orgânicos, zero açúcar, integrais, cereais, snacks, granolas e pães sem glúten.

Darcel S.A. e Cacama S.A.

As controladas indiretas, instituídas em 1952, estão localizadas em Montevidéu no Uruguai e têm como principal atividade a produção, comercialização e distribuição de massas, tendo também em seus portfólios itens das categorias de farinha de trigo, mistura para bolos, molhos, entre outras.

Outros Investimentos no exterior

As controladas no exterior M. Dias Branco International Trading LLC, M. Dias Branco International

Trading Uruguay S.A. e M. Dias Branco Argentina S.A. sediadas nos Estados Unidos da América, no Uruguai e na Argentina, respectivamente, foram criadas com o propósito de intermediar compras de matérias-primas, principalmente óleo vegetal, trigo para moagem e seus derivados que a Companhia utiliza em seu processo produtivo. Atualmente, encontram-se inoperantes e, dessa forma, a Companhia iniciou os procedimentos de encerramento das subsidiárias.

ii. Controladas em conjunto

As operações controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requerem consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais das partes que compartilham o controle.

Operação em conjunto

Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda (“Tergran”)

A Companhia possui o controle compartilhado com as Companhias Grande Moinho Cearense S.A. e J. Macêdo S.A., as quais possuem participação equivalente de 33,33% do seu capital e que nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. A Companhia considera o investimento como *joint operation*, ou operação em conjunto, e seus ativos, seus passivos, suas receitas e despesas são reconhecidos, em relação à sua participação, somente nas demonstrações consolidadas, haja vista que a Tergran possui personalidade jurídica própria, e, dessa forma, o investimento é reconhecido nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial.

A Tergran é uma empresa que possui como objeto social a exploração da atividade de operadora portuária, realizando prestação de serviços de descarga e de armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, com o objetivo prioritário de aumentar a produtividade e reduzir custos no descarregamento dos navios cargueiros de trigo para seus três sócios.

Empreendimento controlado em conjunto

Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A.

A Companhia possui participação societária no empreendimento controlado em conjunto com a Companhia Bunge Alimentos S.A. (Bunge), as quais possuem participação equivalente de 50% do seu capital. O Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A. figura como arrendatária no contrato celebrado em 21 de setembro de 2017 com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que versa sobre arrendamento da área e infraestrutura pública para a movimentação e armazenagem de graneis sólidos de origem vegetal, especialmente trigo, localizada dentro do porto organizado do Rio de Janeiro/RJ, iniciando suas operações em 08 de janeiro de 2020.

A Companhia reconhece seu investimento em relação à sua participação na operação pelo método de equivalência patrimonial, tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas consolidadas.

b) Conversão de saldos em moeda estrangeira

i. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas das respectivas transações. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as variações de moeda são registradas na demonstração do resultado, exceto aquelas decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio que são registradas no patrimônio líquido.

ii. Operações no exterior

Os valores de ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada, é reconhecido na demonstração do resultado.

c) Segmento de negócios

A Companhia e suas controladas Jasmine e Las Acacias atuam no segmento alimentício com as seguintes linhas de produtos: biscoitos, massas, farinha e farelo de trigo, margarinas e gorduras vegetais, bolos, mistura para bolos, torradas, *snacks*, alimentos saudáveis com produtos orgânicos, zero açúcar, integrais, cereais, granolas, pães sem glúten e no segmento de temperos, molhos e condimentos. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte da Companhia e suas controladas não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para subsidiar decisões de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado.

Dessa forma, levando em conta que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são tomadas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

d) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 01 de janeiro de 2025

CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O pronunciamento contábil CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis, que substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduz novos requisitos de classificação de categorias na demonstração de lucros, avaliação de medidas de desempenho (MPMs) e sua divulgação, orientações sobre agrupamento de informações nas demonstrações financeiras, entre outras informações. A nova norma possui o objetivo de alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecer informações mais relevantes e transparência aos usuários.

Embora o CPC51/IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas

demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras.

Considerando que a norma contábil tem vigência obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2027, a administração está em processo de avaliação dos impactos do novo padrão sobre as operações da Companhia, contudo a partir de uma avaliação preliminar, espera-se que ocorram mudanças na demonstração de lucros, após os agrupamentos de itens de receitas e despesas nas categorias, como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Outros potenciais impactos esperados são alterações nas linhas das demonstrações financeiras primárias, após a aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação, medidas de desempenho definidas por parte da administração, dentre outros aspectos que podem repercutir na divulgação das notas explicativas.

Não se espera que outras normas contábeis que ainda não entraram em vigor venham a ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	14.959	14.178	17.836	21.871
Aplicações financeiras em renda fixa ⁽¹⁾	1.867.211	2.127.958	1.870.434	2.130.716
Total	1.882.170	2.142.136	1.888.270	2.152.587

⁽¹⁾ Vide Nota Explicativa nº 17.4 Gestão de capital, que apresenta o detalhamento da utilização do recurso em caixa.

O saldo das aplicações financeiras em renda fixa, em 31 de dezembro de 2025, refere-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pós-fixados e operações compromissadas e Letras Financeiras (LF), remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) à rentabilidade média de 101,99% (102,15% em 31 de dezembro de 2024). Essas aplicações são realizadas em instituições financeiras com risco de crédito classificado por agências de *rating* como AAA, mantidas para negociação imediata e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia.

6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, são avaliadas pelo montante original da venda deduzido dos descontos concedidos, créditos de clientes e perdas de crédito esperadas, e estão apresentados da seguinte forma:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Composição dos saldos	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
No país	1.761.737	1.611.493	1.763.345	1.614.704
No exterior	121.056	95.726	140.310	111.763
(-) Perdas de crédito esperadas	(58.917)	(53.265)	(60.051)	(56.422)
Total	1.823.876	1.653.954	1.843.604	1.670.045
Circulante	1.823.876	1.651.775	1.843.604	1.667.866
Não circulante	-	2.179	-	2.179

Aging – Controladora

Descrição	2025		2024	
	Contas a receber	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber	Perdas de crédito esperadas
A vencer	1.758.819	10.999	1.591.569	6.613
Vencidas	123.974	47.918	115.650	46.652
1 a 30 dias	30.795	5.511	24.301	523
31 a 60 dias	9.130	51	11.171	531
61 a 90 dias	5.864	203	5.009	840
91 a 180 dias	9.778	1.565	10.032	2.699
181 a 360 dias	18.103	9.182	23.960	15.962
Mais de 360 dias	50.304	31.406	41.177	26.097
Subtotal	1.882.793	58.917	1.707.219	53.265

Aging – Consolidado

Descrição	2025		2024	
	Contas a receber	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber	Perdas de crédito esperadas
A vencer	1.777.357	10.999	1.607.384	6.613
Vencidas	126.298	49.052	119.083	49.809
1 a 30 dias	31.677	5.511	24.301	523
31 a 60 dias	9.268	51	11.329	531
61 a 90 dias	5.899	203	5.016	840
91 a 180 dias	9.778	1.565	10.099	2.708
181 a 360 dias	18.103	9.182	23.993	15.994
Mais de 360 dias	51.573	32.540	44.345	29.213
Subtotal	1.903.655	60.051	1.726.467	56.422

A Companhia adota um modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, com abordagem simplificada, registrando perdas esperadas durante todo o ciclo das contas a receber de clientes. O modelo parte da avaliação das vendas realizadas em um período de 12 meses e do montante considerado incobrável relacionado a esse período. Do resultado apurado, levantam-se as taxas históricas de inadimplência por “faixa” de recebimento, que são aplicadas sobre o saldo das contas a receber de clientes, desconsiderando a parcela que porventura apresente garantia real de recebimento.

A movimentação das perdas de crédito esperadas é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	41.715	44.959
Perdas de crédito esperadas	23.936	23.849
Baixas	(12.386)	(12.386)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	53.265	56.422
Perdas de crédito esperadas	21.310	21.137
Baixas	(15.658)	(17.508)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	58.917	60.051

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há perspectivas realistas de recuperação. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas no resultado operacional da Companhia.

7. Estoques

Os estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios, em processo de produção para venda ou na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.

O custo dos estoques baseia-se no custo médio ponderado, e os estoques incluem todos os gastos relativos a transporte, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos no seu traslado até as suas localizações e condições existentes. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, além dos custos dos materiais diretos e mão de obra, os estoques incluem os gastos gerais de fabricação, com base na capacidade normal de produção.

Os saldos dos estoques estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	379.337	349.338	385.234	346.846
Produtos em elaboração	95.195	51.964	94.517	52.604
Matérias-primas	648.258	819.722	665.060	833.115
Materiais de embalagens e almoxarifado	427.456	418.919	434.774	429.089
Outros	92.544	23.379	95.879	25.983
Total	1.642.790	1.663.322	1.675.464	1.687.637

Os estoques de produtos acabados são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas mantinham perdas estimadas para redução do valor recuperável de estoque no montante de R\$ 31.481 (R\$ 23.736 em 31 de dezembro de 2024).

A movimentação das perdas estimadas para redução do valor recuperável de estoque é apresentada a seguir:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Detalhamento da movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.805	18.737
Perdas estimadas em estoques	10.622	11.439
Baixas	(4.316)	(6.440)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23.111	23.736
Perdas estimadas em estoques	10.317	16.247
Baixas	(6.539)	(8.502)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	26.889	31.481

8. Tributos a recuperar

A Companhia reconhece o crédito tributário no momento em que julga dispor de elementos jurídicos e técnicos que permitam o reconhecimento do direito e a mensuração confiável do valor a ser compensado ou restituído.

Os saldos dos tributos a recuperar estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS (i)	213.100	195.789	221.495	200.240
Imposto de renda e contribuição social (ii)	136.643	108.502	137.357	110.536
PIS e Cofins	5.649	3.136	8.059	6.018
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicação financeira	47.452	69.073	47.484	69.104
Crédito fiscal sobre subvenções (iii)	75.982	60.175	75.982	60.175
IRPJ - Crédito do PAT	9.216	6.723	9.216	6.723
Outros	17.240	20.050	29.144	32.172
Total	505.282	463.448	528.737	484.968
Circulante	291.406	268.518	314.359	289.536
Não circulante	213.876	194.930	214.378	195.432

Destacam-se as principais origens dos tributos a recuperar:

- (i) ICMS: trata-se substancialmente de créditos de aquisição de ativo imobilizado e ressarcimento de ICMS pago na forma de substituição tributária das operações com o trigo, farinha de trigo e derivados de farinha de trigo líquidos de perdas estimadas por redução ao valor recuperável, este último no montante de R\$ 38.360 (R\$ 38.852 em 31 de dezembro de 2024);
- (ii) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrentes do saldo negativo de IRPJ 2025 e de ação judicial referente ao posicionamento do STF RE 1063187 – Inconstitucionalidade sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário, este último no montante de R\$ 53.569 (R\$ 49.227 em 31 de dezembro de 2024);
- (iii) Crédito fiscal de 25% sobre as receitas de subvenção para investimentos, conforme destacado na Nota Explicativa nº 21.1.

O montante de imposto a recuperar, registrado no ativo não circulante, apresenta a seguinte expectativa de realização:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
2027	26.740	18.341	27.140	18.741
2028	69.582	64.145	69.684	64.247
2029	10.011	10.437	10.011	10.437
2030	9.221	9.382	9.221	9.382
2031	1.374	1.158	1.374	1.158
2032 em diante	96.948	91.467	96.948	91.467
Total	213.876	194.930	214.378	195.432

9. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e controladas em conjunto são avaliados por equivalência patrimonial.

Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição deduzido de perdas de redução do valor recuperável, quando aplicável.

a) Composição dos saldos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Participações em companhias controladas e controladas em conjunto	495.413	494.582	28.869	30.171
Adiantamento para subscrição de capital	41.582	34.471	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	96.516	96.516	-	-
Valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos	102.227	102.874	-	-
Lucros não realizados em operações com controladas	(2.927)	(8.418)	-	-
Outros	888	888	888	888
Total	733.699	720.913	29.757	31.059

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



b) Movimentação dos investimentos em controladas

Detalhamento da movimentação	Controladora								Consolidado			
	Tergran	MDB Argentina	MDB International Trading	TTRJ	Delta 7&8 Holding S/A ⁽¹⁾	Jasmine	Outros	Total	TTRJ	Delta 7&8 Holding S/A ⁽¹⁾	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.911	-	158	33.419	27.946	655.673	888	728.995	33.419	27.947	888	62.254
Equivalência patrimonial	85	-	-	(3.248)	(1.742)	7.542	-	2.637	(3.248)	(1.743)	-	(4.991)
(-) Equivalência patrimonial	85	-	-	(3.248)	(1.742)	17.584	-	12.679	(3.248)	(1.743)	-	(4.991)
(-) Depreciação, amortizações e baixas de mais valia de ativos	-	-	-	-	-	(8.067)	-	(8.067)	-	-	-	-
Lucros não realizados em operações com controladas	-	-	-	-	-	(1.975)	-	(1.975)	-	-	-	-
Subtotal	10.996	-	158	30.171	26.204	663.215	888	731.632	30.171	26.204	888	57.263
Variação cambial	-	1	44	-	-	4.607	-	4.652	-	-	-	-
Adiantamento de subscrição de capital	12.021	-	-	-	-	-	-	12.021	-	-	-	-
Redução de capital social	(1.188)	-	-	-	-	-	-	(1.188)	-	-	-	-
Reversão ganho na aquisição de participação societária	-	-	-	-	(16.774)	-	-	(16.774)	-	(16.774)	-	(16.774)
Transferência de Investimento para outros ativos não circulantes	-	-	-	-	(9.430)	-	-	(9.430)	-	(9.430)	-	(9.430)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.829	1	202	30.171	-	667.822	888	720.913	30.171	-	888	31.059
Equivalência patrimonial	8	-	-	(1.302)	-	(4.637)	-	(5.931)	(1.302)	-	-	(1.302)
(-) Equivalência patrimonial	8	-	-	(1.302)	-	(9.481)	-	(10.775)	(1.302)	-	-	(1.302)
(-) Depreciação, amortizações e baixas de mais valia de ativos	-	-	-	-	-	(647)	-	(647)	-	-	-	-
Lucros não realizados em operações com controladas	-	-	-	-	-	5.491	-	5.491	-	-	-	-
Subtotal	21.837	1	202	28.869	-	663.185	888	714.982	28.869	-	888	29.757
Variação cambial	-	(1)	(23)	-	-	(391)	-	(415)	-	-	-	-
Adiantamento de subscrição de capital	4.413	-	-	-	-	14.719	-	19.132	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	26.250	-	179	28.869	-	677.513	888	733.699	28.869	-	888	29.757

A Companhia mantém parceria societária com a Serena Geração S.A. na empresa Delta 7&8 Holding S.A. desde 2022. Tal operação tem por objeto a geração de energia para o consumo pela Companhia em suas unidades produtivas como estratégia de diversificação de sua matriz de energia a partir de fontes renováveis, acesso a insumos que fazem parte de seu processo produtivo e aumento da competitividade ao poder fruir dos benefícios relacionados à autoprodução de energia por equiparação.

Inicialmente, a transação foi reconhecida como investimentos em coligadas. Entretanto, ao longo de 2024, após nova revisão das características da transação e a reavaliação de existência de influência significativa da Companhia no empreendimento, concluiu-se por descaracterização de participação em empresa coligada. Dessa forma, o investimento foi transferido para no Balanço Patrimonial para "outros ativos não circulantes", passando a ser mensurado a valor justo. Esse processo de revisão resultou em um efeito negativo no lucro líquido do ano de 2024 de R\$ 11.794.

c) Informações das controladas e controlada em conjunto

Posição Patrimonial	Tergran		Jasmine		MDB Argentina		MDB International Trading	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativo	30.036	26.311	567.593	555.395	1	1	254	286
Passivos	8.198	16.502	123.066	100.995	-	-	75	84
Patrimônio líquido	21.838	9.809	444.527	454.400	1	1	179	202
Lucro (Prejuízo) líquido do período	8	85	(9.481)	17.585	-	-	-	-

10. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mensuradas pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A taxa de depreciação ponderada que expressa o tempo de vida útil dos bens classificados como propriedades para investimento é de 4,71% em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

a) Movimentação de propriedades para investimento

Detalhamento da movimentação	Controladora e Consolidado		
	Edificações	Terrenos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.963	40.428	56.391
Depreciação	(503)	-	(503)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.460	40.428	55.888
Depreciação	(504)	-	(504)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	14.956	40.428	55.384

As propriedades para investimento contemplam treze imóveis localizados na Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Minas Gerais e São Paulo. Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo de tais imóveis está representado pelo montante de R\$ 143.736 (R\$ 142.854 em 31 de dezembro de 2024).

11. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no final de cada exercício e ajustados de forma prospectiva.

As taxas de depreciação e amortização ponderadas que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e do direito de uso, respectivamente, estão assim distribuídas.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Edificações	1,76	1,76	1,76	1,76
Máquinas e equipamentos	6,19	6,16	6,22	6,17
Móveis e utensílios	9,79	9,76	9,72	9,75
Veículos	6,44	6,46	6,46	6,47
Instalações	5,35	5,37	5,30	5,33
Direito de uso ⁽¹⁾	14,73	13,72	14,73	13,72
Outros	4,70	4,96	5,46	4,99

⁽¹⁾ Ver Nota Explicativa nº 13.

a) Movimentação do imobilizado

Controladora

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.625.201	3.350.144	130.664	226.599	508.224	300.229	327.052	6.468.113
Adições	7.183	15.646	5.690	-	612	178.052	578	207.761
Apropriação de créditos tributários	(129)	(110)	(12)	-	(739)	-	(4)	(994)
Direito de uso ⁽¹⁾	9.866	37.545	-	58.287	-	-	23.446	129.144
Baixas	(104)	(1.008)	(663)	(1.517)	(14)	(591)	(889)	(4.786)
Baixas de arrendamentos	(18.418)	(16.298)	-	(43.617)	-	-	-	(78.333)
Transferências	8.129	75.549	1.094	-	13.917	(102.817)	4.128	-
Reclassificação	(7.153)	(5.470)	(129)	-	2.891	115	9.923	177
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.624.575	3.455.998	136.644	239.752	524.891	374.988	364.234	6.721.082
Adições	284	17.459	6.159	27	1.127	200.663	746	226.465
Apropriação de créditos tributários	(315)	(3)	-	-	(1.216)	-	-	(1.534)
Direito de uso ⁽¹⁾	9.127	40.912	-	46.340	-	-	9.090	105.469
Baixas	(22)	(31.197)	(7.096)	(2.996)	(81)	-	(9.164)	(50.556)
Baixas de arrendamentos	(2.711)	(29.590)	-	(30.317)	-	-	-	(62.618)
Transferências	19.051	118.528	6.607	-	25.672	(207.215)	37.357	-
Reclassificação	21.382	(3.588)	138	-	3.311	(181)	(21.094)	(32)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.671.371	3.568.519	142.452	252.806	553.704	368.255	381.169	6.938.276

⁽¹⁾ Ver Nota Explicativa nº 13.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(427.558)	(2.034.276)	(87.272)	(78.285)	(249.503)	-	(133.129)	(3.010.023)
Depreciação	(25.266)	(154.762)	(7.646)	(1.462)	(25.018)	-	(9.782)	(223.936)
Apropriação de créditos tributários	-	1	-	-	3	-	-	4
Amortização direito de uso ⁽¹⁾	(33.480)	(13.454)	-	(35.052)	-	-	(6.368)	(88.354)
Baixas	29	622	622	1.399	14	-	889	3.575
Baixas de arrendamentos	14.656	8.853	-	22.521	-	-	-	46.030
Reclassificação	-	941	(10)	316	(707)	-	(538)	2
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(471.619)	(2.192.075)	(94.306)	(90.563)	(275.211)	-	(148.928)	(3.272.702)
Depreciação	(25.559)	(159.414)	(7.967)	(1.355)	(26.172)	-	(10.080)	(230.547)
Amortização direito de uso ⁽¹⁾	(32.854)	(20.509)	-	(60.417)	-	-	(8.607)	(122.387)
Baixas	22	31.085	6.987	2.453	81	-	9.164	49.792
Baixas de arrendamentos	2.033	8.690	-	26.171	-	-	-	36.894
Reclassificação	-	98	10	-	(132)	-	32	8
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(527.977)	(2.332.125)	(95.276)	(123.711)	(301.434)	-	(158.419)	(3.538.942)
Saldo líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.152.956	1.263.923	42.338	149.189	249.680	374.988	215.306	3.448.380
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.143.394	1.236.394	47.176	129.095	252.270	368.255	222.750	3.399.334

⁽¹⁾ Ver Nota Explicativa nº 13.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de R\$ 222.750 apresentado em “outros” refere-se, principalmente, a terrenos de R\$ 152.356 (R\$ 152.356 em 31 de dezembro de 2024), benfeitorias de R\$ 35.809 (R\$ 25.011 em 31 de dezembro de 2024), computadores e periféricos de R\$ 28.326 (R\$ 30.998 em 31 de dezembro de 2024) e outras imobilizações de R\$ 6.259 (R\$ 6.941 em 31 de dezembro de 2024).

Consolidado

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.690.301	3.438.467	132.987	231.092	519.930	312.621	337.458	6.662.856
Adições	10.923	26.743	5.801	478	1.351	200.792	584	246.672
Apropriação de créditos tributários	(129)	(110)	(12)	-	(739)	(1.675)	(4)	(2.669)
Direito de uso ⁽¹⁾	9.866	37.545	-	58.287	-	-	23.446	129.144
Baixas	(104)	(3.313)	(667)	(1.517)	(14)	(591)	(934)	(7.140)
Baixas de arrendamentos	(18.418)	(16.298)	-	(43.617)	-	-	-	(78.333)
Transferências	8.887	78.183	1.368	-	16.145	(108.841)	4.258	-
Reclassificação	(7.154)	(5.470)	(129)	-	2.891	112	9.923	173
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.694.172	3.555.747	139.348	244.723	539.564	402.418	374.731	6.950.703
Adições	284	20.121	6.173	27	1.852	238.077	866	267.400
Apropriação de créditos tributários	(316)	(3)	-	-	(1.216)	(690)	-	(2.225)
Direito de uso ⁽¹⁾	9.127	40.912	-	46.340	-	-	9.090	105.469
Baixas	(230)	(32.390)	(7.119)	(3.044)	(81)	6	(9.164)	(52.022)
Baixas de arrendamentos	(2.711)	(29.590)	-	(31.098)	-	-	-	(63.399)
Transferências	19.068	137.057	6.810	-	29.067	(229.395)	37.393	-
Reclassificação	21.382	(9.470)	130	-	3.306	4.813	(20.392)	(231)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.740.776	3.682.384	145.342	256.948	572.492	415.229	392.524	7.205.695

⁽¹⁾ Ver Nota Explicativa nº 13.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(443.748)	(2.078.619)	(88.854)	(81.510)	(253.086)	(890)	(137.373)	(3.084.080)
Depreciação	(28.162)	(161.358)	(7.886)	(1.914)	(25.833)	(690)	(10.034)	(235.877)
Apropriação de créditos tributários	-	1	-	-	3	-	-	4
Depreciação da mais-valia	(143)	(954)	(8)	-	(22)	-	(16)	(1.143)
Amortização direito de uso ⁽¹⁾	(33.480)	(13.455)	-	(35.462)	-	-	(6.368)	(88.765)
Baixas	29	775	626	1.399	14	-	896	3.739
Baixas de arrendamentos	14.656	8.853	-	22.521	-	-	-	46.030
Reclassificação	-	944	21	316	(707)	-	(510)	64
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(490.848)	(2.243.813)	(96.101)	(94.650)	(279.631)	(1.580)	(153.405)	(3.360.028)
Depreciação	(27.022)	(163.767)	(8.125)	(1.467)	(27.068)	(640)	(10.241)	(238.330)
Depreciação da mais-valia	(143)	(928)	(7)	-	(22)	-	9	(1.091)
Amortização direito de uso ⁽¹⁾	(32.854)	(20.509)	-	(60.046)	-	-	(8.607)	(122.016)
Baixas	22	31.692	6.996	2.249	81	-	9.164	50.204
Baixas de arrendamentos	2.033	8.690	-	26.171	-	-	-	36.894
Reclassificação	-	98	10	-	(133)	-	(313)	(338)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(548.812)	(2.388.537)	(97.227)	(127.743)	(306.773)	(2.220)	(163.393)	(3.634.705)
Saldo líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.203.324	1.311.934	43.247	150.073	259.933	400.838	221.326	3.590.675
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.191.964	1.293.847	48.115	129.205	265.719	413.009	229.131	3.570.990

⁽¹⁾ Ver Nota Explicativa nº 13.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de R\$ 229.131 apresentado em "outros" refere-se, principalmente, a terrenos de R\$ 157.846 (R\$ 157.846 em 31 de dezembro de 2024), benfeitorias de R\$ 35.809 (R\$ 25.011 em 31 de dezembro de 2024), computadores e periféricos de R\$ 29.204 (R\$ 31.500 em 31 de dezembro de 2024) e outras imobilizações de R\$ 6.272 (R\$ 6.969 em 31 de dezembro de 2024).

A depreciação do imobilizado reconhecida no resultado consolidado em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$ 363.456 (R\$ 317.510 em 31 de dezembro de 2024).

b) Benfeitorias em imóveis de terceiros

A Companhia possui contratos de arrendamento de áreas portuárias onde estão instaladas três unidades fabris localizadas nas cidades de Cabedelo (PB), Fortaleza (CE) e Natal (RN), onde se concentram o maior volume desses investimentos. Nesses imóveis são realizadas benfeitorias que são amortizadas no menor período entre o prazo dos contratos de arrendamento e a vida útil dos bens. O saldo em 31 de dezembro de 2025 totalizava R\$ 35.809 (R\$ 25.011 em 31 de dezembro de 2024).

Segue detalhamento dos bens classificados como benfeitoria em imóveis de terceiros:

Descrição	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Benfeitoria em edificações	93.176	78.735
Depreciação acumulada	(57.367)	(53.724)
Total	35.809	25.011

c) Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, o valor dos bens concedidos em garantia em operações diversas totalizava R\$ 150.717 (R\$ 145.325 em 31 de dezembro de 2024), sem considerar depreciações acumuladas.

d) Teste do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa a cada data de balanço os valores contábeis líquidos dos ativos e demais ativos não financeiros, sujeitos à depreciação e amortização, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O ativo imobilizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, foi submetido à análise de indicação de perda de seu valor recuperável para assegurar que o valor contábil não supera o valor recuperável. Após a análise de fontes de informações externas e internas, os ativos não apresentaram qualquer indício de perda, desvalorização ou dano físico que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia.

12. Intangível

Os intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Caso os ativos intangíveis sejam adquiridos em uma combinação de negócios, são mensurados ao valor justo na data da aquisição.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os testes de *impairment* do ágio e das marcas são realizados, no mínimo, anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos com vida útil definida				
Softwares em operações	358.938	341.025	360.494	342.989
(-) Amortização acumulada	(175.594)	(141.455)	(176.935)	(143.050)
	183.344	199.570	183.559	199.939
Softwares em andamento	83.587	52.060	83.587	52.370
	266.931	251.630	267.146	252.309
Outros Intangíveis				
Relacionamento não contratual com clientes e fornecedores	185.921	185.921	218.453	218.453
Acordos de não competição	1.035	1.035	1.800	1.800
(-) Amortização acumulada	(91.977)	(80.104)	(105.134)	(92.379)
	94.979	106.852	115.119	127.874

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos com vida útil indefinida				
Marcas				
Vitarella	107.011	107.011	107.011	107.011
Pilar	33.815	33.815	33.815	33.815
Estrela, Pelágio e Salsito	75.559	75.559	75.559	75.559
Predilieto e Bonsabor	11.530	11.530	11.530	11.530
Piraquê e Aldente	318.510	318.510	318.510	318.510
Fit Food, Frontera, Smart e Taste&Co	-	-	98.826	98.826
Jasmine	-	-	110.437	110.437
Las Acacias	-	-	28.128	28.128
Outras	6.279	6.249	6.594	6.566
	552.704	552.674	790.410	790.382
Ágio pago por rentabilidade futura				
Adria	34.037	34.037	34.037	34.037
Vitarella	400.710	400.710	400.710	400.710
Pilar	27.941	27.941	27.941	27.941
Pelágio e J. Brandão	67.661	67.661	67.661	67.661
Moinho Santa Lúcia	42.363	42.363	42.363	42.363
Piraquê	362.316	362.316	362.316	362.316
Latinex	-	-	96.516	96.516
Jasmine	-	-	156.126	156.126
Las Acacias	-	-	46.861	46.861
Outros ⁽¹⁾	9.384	9.384	9.384	9.384
	944.412	944.412	1.243.915	1.243.915
	1.859.026	1.855.568	2.416.590	2.414.480

⁽¹⁾ Ágio decorrente de acervo líquido da empresa Craiova Participações Ltda., incorporada à Adria Alimentos do Brasil Ltda. em 27 de agosto de 2002.

Os softwares são amortizados durante cinco anos, exceto o sistema ERP, que é amortizado por quinze anos, prazo definido com base no tempo de vida útil estimado e que reflete o benefício econômico do ativo intangível. O relacionamento não contratual com cliente, ativo identificado no processo de alocação do preço de aquisição, tem vida útil definida para as empresas adquiridas Piraquê, Jasmine e Las Acacias de 15,6 anos, 29,3 anos e 14,2 anos, respectivamente.

Os ágios pagos por rentabilidade futura não são amortizados, e seu valor recuperável é testado anualmente.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



a) Movimentação do intangível

Controladora

Detalhamento da movimentação	Software	Marcas	Relacionamento não contratual com clientes	Ágio na aquisição de investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	209.844	552.563	118.724	944.412	1.825.543
Aquisições ⁽¹⁾	72.984	111	-	-	73.095
Reclassificação	(51)	-	-	-	(51)
Amortizações	(31.147)	-	(11.872)	-	(43.019)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	251.630	552.674	106.852	944.412	1.855.568
Aquisições ⁽¹⁾	50.999	-	-	-	50.999
Reclassificação	37	30	-	-	67
Baixa	(196)	-	-	-	(196)
Amortizações	(35.539)	-	(11.873)	-	(47.412)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	266.931	552.704	94.979	944.412	1.859.026

⁽¹⁾ Em 2024, referem-se, principalmente, à modernização do ERP. Em 2025, referem-se, principalmente, à implantação planejamento logístico (R\$ 16.581), up-grade software sistema Bulher (R\$ 4.952), solução zscaler (R\$ 3.878), desenvolvimento de sistema science (R\$ 3.618), adequação dos sistemas ERP SAP e solução fiscal (R\$ 2.681).

Consolidado

Detalhamento da movimentação	Software	Marcas	Relacionamento não contratual com clientes	Acordo de não competição	Ágio na aquisição de investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	210.585	790.152	147.299	728	1.243.915	2.392.679
Aquisições ⁽¹⁾	73.081	230	-	-	-	73.311
Reclassificação	(51)	-	-	-	-	(51)
Amortizações	(31.306)	-	(20.007)	(146)	-	(51.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	252.309	790.382	127.292	582	1.243.915	2.414.480
Aquisições ⁽¹⁾	50.999	-	-	-	-	50.999
Reclassificação	(338)	28	-	-	-	(310)
Baixa	(196)	-	-	-	-	(196)
Amortizações	(35.628)	-	(12.610)	(145)	-	(48.383)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	267.146	790.410	114.682	437	1.243.915	2.416.590

⁽¹⁾ Em 2024, referem-se, principalmente, à modernização do ERP. Em 2025, referem-se, principalmente, à implantação planejamento logístico (R\$ 16.581), up-grade software sistema Bulher (R\$ 4.952), solução zscaler (R\$ 3.878), desenvolvimento de sistema science (R\$ 3.618), adequação dos sistemas ERP SAP e solução fiscal (R\$ 2.681).

A Companhia registrou como despesa os gastos com pesquisa e desenvolvimento no valor de R\$ 20.901 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 16.549 em 31 de dezembro de 2024).

b) Teste do valor recuperável dos ágios e marcas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia aplicou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio e marca), baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado.

Importa ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, antes do imposto de renda e da contribuição social, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento do orçamento anual da Companhia, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da

Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

De acordo com as técnicas de avaliação de empresa, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos mais perpetuidade, e o modelo baseou-se nas seguintes premissas fundamentais:

- as receitas líquidas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual em torno de 6,5% (volume 2,5% e preço 4,0%) em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro;
- os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico da Companhia e em sua expectativa quanto à evolução dos custos dos insumos no contexto do crescimento das vendas projetadas;
- os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar os volumes de vendas projetados;
- os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto de 13,04% (11,64% em 2024). A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 3,9% (3,9% em 31 de dezembro de 2024).

Nesse processo de avaliação, o valor da Companhia obtido nos testes de recuperação dos ativos intangíveis não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, uma vez que o valor contábil dos ativos não excedeu o seu valor estimado de uso na data da avaliação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia entende que não há indicativos de perda no valor recuperável desses ativos.

13. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas reconhecem o direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros dos contratos de arrendamento, bem como de operações com contratos que possuem características de arrendamento, ou seja, aquelas que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os ativos e passivos reconhecidos são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos fixos de arrendamentos, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos, agrupados de forma geral por natureza de ativo e prazo contratual. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo de acordo com o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e amortizados ao longo do prazo do arrendamento, pelo método linear.

A Companhia e suas controladas mantêm ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento de áreas portuárias onde estão instaladas três unidades fabris, conforme especificado na Nota Explicativa nº 11, letra b, contratos de aluguéis de imóveis, computadores, impressoras, locação de veículos e empilhadeiras.

A seguir, são apresentadas as movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



a) Direito de uso:

Controladora

Custo	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Computadores e periféricos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	217.462	105.140	184.100	5.037	511.739
Adições	9.866	37.545	58.287	23.446	129.144
Baixas	(18.418)	(16.298)	(43.617)	-	(78.333)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	208.910	126.387	198.770	28.483	562.550
Adições	9.127	40.912	46.340	9.090	105.469
Reclassificação	-	-	-	(20)	(20)
Baixas	(2.711)	(29.590)	(30.317)	-	(62.618)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	215.326	137.709	214.793	37.553	605.381

Amortizações	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Computadores e periféricos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(89.944)	(33.435)	(44.633)	(3.992)	(172.004)
Amortizações	(33.480)	(13.454)	(35.052)	(6.368)	(88.354)
Reclassificação	-	(315)	315	-	-
Baixas	14.656	8.853	22.521	-	46.030
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(108.768)	(38.351)	(56.849)	(10.360)	(214.328)
Amortizações	(32.854)	(20.509)	(60.417)	(8.607)	(122.387)
Baixas	2.033	8.690	26.171	-	36.894
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(139.589)	(50.170)	(91.095)	(18.967)	(299.821)
Saldo líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	100.142	88.036	141.921	18.123	348.222
Saldo em 31 de dezembro de 2025	75.737	87.539	123.698	18.586	305.560

Consolidado

Custo	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Computadores e periféricos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	217.461	105.140	185.276	5.038	512.915
Adições	9.866	37.545	58.287	23.446	129.144
Baixas	(18.418)	(16.298)	(43.617)	-	(78.333)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	208.909	126.387	199.946	28.484	563.726
Adições	9.127	40.912	46.340	9.090	105.469
Reclassificação	-	-	-	(20)	(20)
Baixas	(2.711)	(29.590)	(31.098)	-	(63.399)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	215.325	137.709	215.188	37.554	605.776

Amortizações	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Computadores e periféricos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(89.944)	(33.435)	(44.987)	(3.993)	(172.359)
Amortizações	(33.480)	(13.455)	(35.462)	(6.368)	(88.765)
Reclassificação	-	(315)	315	-	-
Baixas	14.656	8.853	22.521	-	46.030
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(108.768)	(38.352)	(57.613)	(10.361)	(215.094)
Amortizações	(32.854)	(20.509)	(60.046)	(8.607)	(122.016)
Baixas	2.033	8.690	26.171	-	36.894
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(139.589)	(50.171)	(91.488)	(18.968)	(300.216)
Saldo líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	100.141	88.035	142.333	18.123	348.632
Saldo em 31 de dezembro de 2025	75.736	87.538	123.700	18.586	305.560

As taxas médias de desconto utilizadas na mensuração inicial, baseadas em cotações junto a instituições financeiras, os vencimentos dos contratos e as respectivas taxas de amortização ponderadas que expressam o tempo de realização dos direitos de uso, estão assim distribuídos:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Natureza do contrato	Vencimento ⁽¹⁾	Controladora e Consolidado			
		Taxa média de desconto		Taxa de amortização	
		2025	2024	2025	2024
Imóveis portuários	jul/49	15,00%	15,26%	7,36%	7,71%
Imóveis	jul/30	10,71%	9,65%	14,27%	14,38%
Máquinas e equipamentos	ago/32	12,41%	12,41%	11,86%	11,27%
Veículos	ago/31	11,76%	12,41%	21,94%	17,39%
Computadores e periféricos	ago/29	11,80%	11,31%	29,31%	24,00%

⁽¹⁾ Considerado o último vencimento do grupo de contratos.

b) Passivo de arrendamento

Detalhamento da movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	357.434	358.107
Adições	129.144	129.144
Baixa	(32.303)	(32.303)
Juros apropriados sobre arrendamento	38.894	38.961
Pagamentos de arrendamentos	(98.646)	(99.152)
Juros pagos	(39.292)	(39.292)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	355.231	355.465
Adições	105.469	105.469
Baixa	(26.074)	(26.190)
Juros apropriados sobre arrendamento	41.838	41.844
Pagamentos de arrendamentos	(112.621)	(112.739)
Juros pagos	(41.838)	(41.844)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	322.005	322.005
Circulante	120.891	120.891
Não Circulante	201.114	201.114

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 apresentavam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2027	89.724
2028	41.038
2029	31.314
2030	17.141
2031 a 2049	21.897
Total	201.114

c) Montante reconhecido no resultado

Reconhecimento no resultado	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Amortizações de direito de uso	122.387	88.354	122.016	88.765
Juros sobre passivo de arrendamento	41.838	38.894	41.844	38.961
Pagamentos variáveis não incluídos na mensuração do passivo de arrendamento	2.635	2.428	2.635	2.428

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



13.1 Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019

Em atendimento ao Ofício emitido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	31 de dezembro de 2025 Consolidado										
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035 a 2049 ⁽¹⁾
Passivo											
IFRS 16	322.005	202.493	112.256	71.018	39.504	22.162	8.095	4.449	4.338	4.208	30.542
Ofício CVM	420.524	275.548	158.024	103.142	59.218	34.174	12.994	7.234	7.245	7.213	59.480
	30,6%	36,1%	40,8%	40,8%	49,9%	54,2%	60,5%	62,6%	67,0%	71,4%	94,7%
Direito de uso											
IFRS 16	305.560	199.477	115.482	73.455	42.100	20.960	5.555	2.969	2.746	2.523	14.029
Ofício CVM	383.786	248.238	145.441	93.770	54.140	26.864	7.038	3.731	3.451	3.172	17.681
	25,6%	24,4%	25,9%	27,7%	28,6%	28,2%	26,7%	25,7%	25,7%	25,7%	26,0%
Despesa financeira											
IFRS 16	41.844	30.285	18.454	10.960	6.249	3.619	1.812	824	713	693	5.239
Ofício CVM	53.750	39.657	25.047	15.452	9.148	5.496	2.880	1.326	1.174	1.172	10.108
	28,5%	30,9%	35,7%	41,0%	46,4%	51,9%	58,9%	60,8%	64,6%	69,0%	92,9%
Amortização											
IFRS 16	122.016	111.602	83.995	42.026	31.355	21.141	15.405	2.586	223	223	2.523
Ofício CVM	138.608	135.548	102.797	51.671	39.630	27.276	19.827	3.307	280	280	3.172
	13,6%	21,5%	22,4%	22,9%	26,4%	29,0%	28,7%	27,9%	25,4%	25,4%	25,7%

⁽¹⁾ Refere-se ao contrato de arrendamento portuário na unidade de Natal (RN).

A seguir, é apresentado o demonstrativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	Controladora				Consolidado			
	2025		2024		2025		2024	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	348.942	322.005	457.267	355.231	346.366	322.005	454.814	355.465
PIS/Cofins potencial (9,25%)	32.277	29.785	42.297	32.859	32.039	29.785	42.070	32.880

14. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre a Companhia e suas controladas, profissionais-chave da Administração e transações com outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador, as quais foram realizadas em condições satisfatórias aos interesses da Companhia, levando em conta análises feitas pela Administração para cada operação. O acionista controlador é a Dibra Fundo de Investimentos em Participações.

A seguir, apresenta-se a relação de empresas com as quais a Companhia mantém transações:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Partes relacionadas	Principal natureza das transações
Controladas ⁽¹⁾	
M. Dias Branco International Trading LLC	Sem operação e em processo de encerramento
M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A.	Sem operação e em processo de encerramento
M. Dias Branco Argentina S.A.	Sem operação e em processo de encerramento
Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	Compra e venda de produto industrializado e de mercadoria para revenda
Darcel S.A. e Cacama S.A.	Compra e venda de produto industrializado e de mercadoria para revenda
Controladas em conjunto ⁽¹⁾	
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	Prestação de serviços na descarga de trigo
Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística S.A.	Prestação de serviços na descarga de matéria-prima e outros serviços
Empresas cujo controlador é representado por vice-presidente da Companhia	
Dias Branco Administração e Participação Ltda.	Contrato de comodato de imóvel
Idibra Participações S.A.	Prestação de serviços em construção civil e locação de equipamentos
Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda.	Prestação de serviços de hospedagem de colaboradores e prestadores de serviços
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços
Companhia Industrial de Cimento Apodi	Compra de materiais aplicados em obras civis
Riviera Lazer S.A.	Venda de produto industrializado
Empresas em que o diretor-presidente e/ou o vice-presidente da Companhia figuram como sócios	
LDB Transporte de Cargas Ltda.	Transporte de cargas
LDB Logística e Transporte Ltda.	Transporte de cargas
Buhler & Scherler S.A.	Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos
WEF Engenharia e Automação Ltda.	Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos
Support Administração e Serviços S/S Ltda.	Prestação de serviços de hospedagem de colaboradores e prestadores de serviços

⁽¹⁾ Percentual de participação e sua característica consta na Nota Explicativa nº 4.

a) Condições das transações com as principais partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são realizadas em condições satisfatórias para a Companhia, em linha com as de mercado, cujos preços praticados podem variar conforme o tipo de serviço que é prestado e de produto que é vendido. Em geral, os pagamentos ocorrem contra apresentação de fatura.

b) Os ativos e passivos mantidos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Circulante				
Contas a Receber				
LDB Transporte de Cargas Ltda.	24	89	24	89
Idibra Participações S.A.	9	5	9	5
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	1	-	1	-
Riviera Lazer S.A.	1	-	1	-
Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	76	173	-	-
Darcel S.A. e Cacama S.A.	4.903	4.622	-	-
	5.014	4.889	35	94

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Não circulante				
Outros créditos				
M.Dias Branco Trading LLC	195	195	-	-
	195	195	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	4.412	12.021	-	-
Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	37.170	22.450	-	-
	41.582	34.471	-	-
Passivo				
Circulante				
Fornecedores				
LDB Transporte de Cargas Ltda.	4.833	3.559	4.833	3.559
LDB Logística e Transporte Ltda.	412	256	412	256
AET - Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	-	2	-	2
Idibra Participações S.A.	-	3	-	3
Buhler & Scherler S.A.	359	-	359	-
WEF Engenharia e automação Ltda.	749	243	749	243
Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	18.331	8.005	-	-
	24.684	12.068	6.353	4.063
Adiantamento de clientes				
Dias Branco Administração e Participação Ltda.	17	-	17	-
	17	-	17	-
Outras contas a pagar				
Dias Branco Administração e Participação Ltda.	176	-	176	-
Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A.	1.004	-	1.004	-
	1.180	-	1.180	-
Não circulante				
Contas a Pagar				
M.Dias Branco Trading LLC	3	3	-	-
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	1.238	1.238	1.238	1.238
	1.241	1.241	1.238	1.238

c) As transações feitas com partes relacionadas são demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Venda de produtos				
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	25	22	25	22
Idibra Participações S.A.	11	5	11	5
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	8	11	8	11
Riviera Lazer S.A.	8	2	8	2
Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	711	881	-	-
Darcel S.A. e Cacama S.A.	1.817	1.069	-	-
	2.580	1.990	52	40
Venda de imobilizado/outros				
LDB Transporte de Cargas Ltda.	-	38	-	38
Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	115	264	-	-

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Darcel S.A. e Cacama S.A.	69	4.064	-	-
	184	4.366	-	38
Compra de produtos				
Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	172.126	213.128	-	-
Darcel S.A. e Cacama S.A.	2.200	2.432	-	-
	174.326	215.560	-	-
Compra de imobilizado/outros				
Buhler & Scherler S.A.	449	400	449	400
WEF Engenharia e Automação Ltda.	191	-	191	-
Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	752	517	-	-
Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A.	4.892	5.910	4.892	5.910
	6.284	6.827	5.532	6.310
Contratação de serviços				
LDB Transporte de Cargas Ltda.	19.231	17.346	19.231	17.346
LDB Logística e Transporte Ltda.	1.356	1.639	1.356	1.639
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	8.039	9.596	8.039	9.596
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	12.333	9.911	-	-
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	1.277	293	1.277	293
Idibra Participações S.A.	5	8	5	8
Companhia Industrial de Cimento Apodi	-	66	-	66
Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	-	11	-	-
Buhler & Scherler S.A.	-	90	-	90
WEF Engenharia e Automação Ltda.	1.571	714	1.571	714
Everest Comércio de Produtos Médicos e Odontológicos	-	13	-	13
Support Administração e Serviços S/S Ltda.	1.446	1.186	1.446	1.186
	45.258	40.873	32.925	30.951

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Consideram-se pessoal-chave da Administração os membros da diretoria estatutária e os membros do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas registraram o montante de R\$ 49.443 (R\$ 40.841 em 31 de dezembro de 2024) relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração, abrangendo salário, pró-labore, gratificações, benefícios de curto prazo, em especial participação nos resultados, além de incentivo de longo prazo para executivos no nível de diretor estatutário celetista, conforme destacado na Nota Explicativa nº 26.

O estatuto social não prevê a participação dos administradores nos resultados da Companhia, e, portanto, não há valor de participação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

15. Fornecedores e Operações de "Risco Sacado"

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores nacionais	929.743	832.364	938.061	843.752
Fornecedores estrangeiros ⁽¹⁾	148.589	2.565	167.571	8.725
Subtotal	1.078.332	834.929	1.105.632	852.477
Operações de "risco sacado"	312.999	242.587	312.999	242.587
Total	1.391.331	1.077.516	1.418.631	1.095.064

⁽¹⁾ A variação deve-se, sobretudo, ao aumento das compras de insumos e ampliação do prazo de pagamento.

A Companhia possui operação de risco sacado com seus fornecedores com o objetivo de favorecer os procedimentos administrativos em que seus parceiros, com a participação de uma instituição financeira, têm a opção de antecipar seus recebíveis relacionados às compras de bens e serviços realizadas pela Companhia. Ressalta-se que a decisão de adesão ou não da transação é única e exclusiva do fornecedor.

Nesta operação, a instituição financeira se propõe a pagar, antecipadamente, ao fornecedor da Companhia, em troca de um desconto. Por ocasião da contratação entre o banco e o fornecedor, este último transfere o direito de recebimento dos títulos ao banco. Assim, a Companhia pagará à instituição financeira na data de pagamento original, o valor nominal total da obrigação originária.

Reitera-se que esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo, em especial, prazos, preços ou outras condições inicialmente contratadas, e não afeta a Companhia com eventuais encargos financeiros praticados pela instituição financeira nas operações junto aos fornecedores. Além disso, não há nenhuma garantia concedida pela Companhia. Dessa forma, a Companhia mantém o passivo como "Fornecedores" e os efeitos das transações são apresentados em atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa.

16. Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos da Companhia são reconhecidos como passivos financeiros e mensurados ao custo amortizado, exceto as debêntures e a contraprestação contingente, que são mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Tais instrumentos são atualizados monetariamente, quando aplicável, pelos encargos contratuais correspondentes. Os financiamentos denominados em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio de venda vigente no último dia útil do período de encerramento.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Os financiamentos e empréstimos da Companhia e suas controladas registraram, em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 1.419.965 (R\$ 2.389.689 em 31 de dezembro de 2024), e estão distribuídos em quatro categorias: financiamentos e empréstimos com instituições financeiras, financiamentos de impostos, financiamentos diretos e debêntures.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



16.1 Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras

Descrição	Indexador	Controladora				Consolidado			
		Juros (% a.a.)	Venc. (1)	2025	2024	Juros (% a.a.)	Venc. (1)	2025	2024
Moeda nacional									
FINEP (2)	TR	3,30	15/07/36	136.382	68.626	3,30	15/07/36	136.382	68.626
				136.382	68.626			136.382	68.626
Moeda estrangeira									
Capital de giro (Lei nº 4.131) e exportação	USD	3,24	22/12/25	-	1.002.279	3,24	22/12/25	-	1.002.279
FINIMP	USD	5,56	16/06/25	-	52.444	5,56	16/06/25	-	52.444
Capital de giro	UYU	-	-	-	-	8,33	26/03/26	14.647	7.847
				-	1.054.723			14.647	1.062.570
Total				136.382	1.123.349			151.029	1.131.196
Circulante				6.694	1.055.313			21.341	1.063.160
Não Circulante				129.688	68.036			129.688	68.036

(1) Último vencimento do grupo de contratos; (2) Contratos firmados para compra de imobilizado.

Os contratos de capital de giro têm carência de 6 meses, juros pagos semestralmente e o principal pago ao final do contrato. Em dezembro de 2025, o financiamento à exportação foi liquidado em sua totalidade.

Os contratos firmados com a Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP, têm carências de 24 e 30 meses e os juros são pagos mensalmente durante o período. Após esse intervalo, as parcelas de juros e amortizações passam a ser mensais.

A movimentação de empréstimos e financiamentos é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	952.417	957.569
Liberações	1.165.706	1.172.112
Provisão de juros, comissões e impostos	40.697	41.025
Variação cambial e monetária	226.070	226.070
Variação do valor justo (1)	(4.277)	(4.277)
Amortizações	(1.174.484)	(1.178.182)
Pagamento de juros e variação cambial	(82.428)	(82.769)
(-) Custos de transação das captações	(352)	(352)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.123.349	1.131.196
Liberações	69.227	79.082
Provisão de juros, comissões e impostos	25.109	25.222
Variação cambial e monetária	(108.213)	(108.213)
Amortizações	(888.672)	(891.727)
Pagamento de juros e variação cambial	(83.744)	(83.857)
(-) Custos de transação das captações	(674)	(674)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	136.382	151.029

(1) Refere-se ao financiamento de capital de giro finalizado em fevereiro de 2024.

Os montantes registrados no passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2025, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2027	15.308
2028	15.308
2029	15.308
2030	15.308
2031 a 2036	68.456
Total	129.688

Em 31 de dezembro de 2025, alguns financiamentos e empréstimos consolidados são garantidos por fiança bancária. Estes financiamentos e empréstimos totalizavam o valor de R\$ 137.778 (R\$ 1.124.072 em 31 de dezembro de 2024).

O contrato de financiamento interno, através de linha de crédito da FINEP, contém cláusulas restritivas, habituais para esses tipos de operações, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações.

As principais cláusulas contratuais (covenants) estão listadas a seguir:

- Estrutura societária: vedação à alteração ou modificação do controle societário sem a prévia e expressa anuência da instituição financeira credora;
- Situação jurídica: não possuir ações, demandas ou processos pendentes que, se decididos em desfavor da Companhia, possam afetar sua condição financeira, prejudicar a capacidade de cumprir obrigações contratuais ou que versem sobre matérias de responsabilidade social (trabalho infantil, trabalho escravo, crime contra o meio ambiente, assédio moral ou sexual ou racismo);
- Outras obrigações: correta aplicação dos recursos, conforme a finalidade contratual e o cronograma de desembolso, adimplemento pontual das obrigações financeiras assumidas, cumprimento das leis anticorrupção, antiterrorismo e socioambientais, manutenção das licenças, autorizações regulatórias e ambientais necessárias para operação.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não estava incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

16.2 Financiamentos de impostos – Provin e Fundopem

A Companhia é beneficiária de subvenções para investimento de origem governamental, conforme esclarecido na Nota Explicativa nº 21. Os financiamentos aqui classificados dizem respeito à parcela não incentivada dos tributos, e se baseiam no ICMS devido apurado mensalmente.

Os saldos dos financiamentos de impostos estaduais apresentavam a seguinte composição:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Descrição	Indexador	Controladora e Consolidado		
		Venc. (1)	2025	2024
Moeda nacional				
Provin	TJLP/TLP	28/12/28	47.108	40.717
Fundopem	IPCA/IBGE	30/06/38	25.783	17.806
			72.891	58.523
Circulante			20.316	10.546
Não circulante			52.575	47.977

⁽¹⁾ Último vencimento do grupo de contratos.

Os financiamentos de tributos relacionados aos incentivos do Provin são atualizados mensalmente pela TJLP e podem ter vencimento trienal/bienal. Já o incentivo do Fundopem é atualizado mensalmente pelo IPCA/IBGE e possui vencimento em 60 meses.

A movimentação de financiamentos de impostos é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	47.234
Liberações	16.943
Provisão de juros	2.702
Amortizações	(6.918)
Pagamento de juros	(1.438)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	58.523
Liberações	18.607
Provisão de juros	6.784
Amortizações	(8.977)
Pagamento de juros	(2.046)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	72.891

Os montantes registrados no passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2025, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2027	13.683
2028	13.367
2029 a 2040	25.525
Total	52.575

16.3 Financiamentos diretos - aquisições de empresas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo circulante				
Aquisição de ações da Pelágio	5.451	4.660	5.451	4.660
Aquisição de ações da Pilar	1.385	2.833	1.385	2.833
Aquisição de ações da Latinex	2.580	2.258	2.580	2.258
Aquisição de ações da Las Acacias	-	-	5.951	8.359
	9.416	9.751	15.367	18.110

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo não circulante				
Aquisição de ações da Pelágio	3.364	3.364	3.364	3.364
Aquisição de ações da Piraquê	123.194	115.024	123.194	115.024
Aquisição de ações da Latinex	102.803	93.356	102.803	93.356
Aquisição de ações da Las Acacias	-	-	-	10.698
	229.361	211.744	229.361	222.442
Total	238.777	221.495	244.728	240.552
Circulante	9.416	9.751	15.367	18.110
Não circulante	229.361	211.744	229.361	222.442

Os financiamentos diretos são compostos por parcela retida do preço de aquisição vinculada às garantias das contingências que porventura venham a surgir, atualizados pela taxa equivalente a 100% da variação do CDI, e pela parcela do preço contingente na aquisição.

O valor de R\$ 123.194 relativo à aquisição da Piraquê é composto pela parcela retida do preço, descontado das contingências pagas, montante ainda em discussão de responsabilidade dos vendedores.

O valor de R\$ 105.383, relacionado à aquisição da Latinex — posteriormente incorporada pela Jasmine —, refere-se, substancialmente, a parcelas retidas do preço de compra, associadas a contingências nas quais se discutem responsabilidades dos vendedores.

O valor de R\$ 5.951 relativo à aquisição da Las Acacias é composto pela parcela retida do preço, a ser amortizada em nov/26 e nov/27, descontada das contingências pagas de responsabilidades dos vendedores, além de atualização.

A movimentação de financiamentos diretos é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	240.482	261.976
Provisão de juros e variação cambial	18.500	18.500
Amortizações	(46.732)	(49.169)
Reversão de parcela contingente do preço	1.554	1.554
Repasse de crédito tributário	7.861	7.861
Outras	(170)	(170)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	221.495	240.552
Provisão de juros e variação cambial	19.187	20.688
Amortizações	(3.454)	(18.061)
Reversão de parcela contingente do preço	1.686	1.686
Repasse de crédito tributário	828	828
Outras	(965)	(965)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	238.777	244.728

16.4 Debêntures

Em 22 de janeiro de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração a 3ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas

séries, com prazos de vencimentos em 13 de março de 2028 e 13 de março de 2031, respectivamente.

As debêntures foram emitidas em 15 de março de 2021 e serviram de lastro para emissão de CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio), no valor total de R\$ 811.644. Em procedimento de *bookbuilding* realizado em 03 de março de 2021, foram fixadas as taxas de juros para cada série de emissão. As debêntures da primeira e segunda série fazem jus ao pagamento semestral de juros remuneratórios de 3,7992% a.a. e 4,1369% a.a., respectivamente, base 252 dias úteis, além de correção pelo IPCA (correção somente junto com a amortização).

Os recursos desta captação têm a finalidade de promover e incentivar a agricultura sustentável dos fornecedores da Companhia, garantindo a melhoria contínua da segurança alimentar e nutricional dos produtos ofertados aos consumidores. Esta iniciativa faz parte da estratégia de incentivar o fornecimento de matéria-prima no longo prazo, comprometendo os fornecedores e a Companhia com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), e reforça a posição da Companhia como referência em sustentabilidade no Brasil.

As debêntures possuem cláusulas restritivas, habituais para esses tipos de operações, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações. Destacam-se como cláusulas contratuais (covenants): a limitações à alteração do objeto social que implique mudança da atividade principal; a vedação à alienação ou oneração de ativos relevantes e a manutenção, durante a vigência do contrato, do índice financeiro da Dívida Líquida / EBITDA, além das citadas na nota explicativa nº 16.1. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não estava incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor das debêntures estava representado por um montante de R\$ 951.317 (R\$ 959.418 em 31 de dezembro de 2024), já líquido do saldo a amortizar dos custos de transação no valor de R\$ 21.093 (R\$ 26.144 em 31 de dezembro de 2024).

A movimentação das debêntures é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	904.277
Variação monetária	45.693
Juros remuneratórios	40.058
Variação de valor justo ⁽¹⁾	3.967
Pagamentos de juros	(39.610)
(-) Custos de transação amortizados	5.033
Saldo em 31 de dezembro de 2024	959.418
Variação monetária	48.959
Juros remuneratórios	41.947
Variação de valor justo ⁽¹⁾	(62.680)
Pagamentos de juros	(41.378)
(-) Custos de transação amortizados	5.051
Saldo em 31 de dezembro de 2025	951.317
Circulante	12.621
Não Circulante	938.696

⁽¹⁾ Trata-se de efeito em decorrência de operações de hedge de valor justo. Vide Nota Explicativa nº 17.

Os custos de transação registrados no passivo, em 31 de dezembro de 2025, apresentavam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2027	10.448
2028	3.641
2029	3.113
2030	3.113
2031	778
Total	21.093

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e abrangem os ativos financeiros: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, derivativos e outros recebíveis; e os passivos financeiros: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar e derivativos.

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros segundo a finalidade para a qual foram adquiridos:

Categoria	Mensuração
Custo amortizado	Ativos e passivos mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Receita de juros, variações cambiais e perdas por <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Para perdas de crédito esperadas, a Companhia aplica o modelo híbrido de abordagem simplificada (ver Nota nº 6 – Contas a receber de clientes).
Valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos mensurados ao valor justo desde o reconhecimento inicial, com variações registradas no resultado do período.
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ativos e passivos mensurados ao valor justo desde o reconhecimento inicial, com variações registradas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. No momento do desreconhecimento, a variação acumulada do valor justo é ajustada no item objeto de <i>hedge</i> , impactando o resultado quando de sua realização (ver Nota nº 17.3 – Contabilidade de proteção).

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



17.1 Instrumentos financeiros por categoria

17.1.1 Instrumentos financeiros não derivativos

Descrição	Indexador	Controladora				Consolidado			
		Saldo contábil 2025	Valor justo 2025	Saldo contábil 2024	Valor justo 2024	Saldo contábil 2025	Valor justo 2025	Saldo contábil 2024	Valor justo 2024
Ativos financeiros não derivativos									
Mensurados pelo custo amortizado									
Caixa e equivalentes de caixa		1.882.170	1.882.170	2.142.136	2.142.136	1.888.270	1.888.270	2.152.587	2.152.587
Depósitos vinculados		14.262	14.262	6.405	6.405	14.262	14.262	6.405	6.405
Contas a receber de clientes		1.823.876	1.823.876	1.653.954	1.653.954	1.843.604	1.843.604	1.670.045	1.670.045
Aplicações financeiras		21.062	21.062	18.353	18.353	21.062	21.062	18.353	18.353
Outros ativos		57.937	57.937	51.521	51.521	60.219	60.219	70.790	70.790
Circulante		3.772.333	3.772.333	3.847.445	3.847.445	3.800.431	3.800.431	3.879.805	3.879.805
Não Circulante		26.974	26.974	24.924	24.924	26.986	26.986	38.375	38.375
Passivos financeiros não derivativos									
Mensurados pelo custo amortizado									
Fornecedores		1.391.331	1.391.331	1.077.516	1.077.516	1.418.631	1.418.631	1.095.064	1.095.064
Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras		136.382	136.382	1.123.349	1.103.202	151.029	151.029	1.131.196	1.111.049
FINEP	TR	136.382	136.382	68.626	68.626	136.382	136.382	68.626	68.626
Capital de giro (Lei nº 4.131) e exportação	USD	-	-	1.002.279	982.132	-	-	1.002.279	982.132
FINIMP	USD	-	-	52.444	52.444	-	-	52.444	52.444
Capital de giro	UYU	-	-	-	-	14.647	14.647	7.847	7.847
Financiamentos diretos	CDI / UYU	199.299	199.299	183.703	183.703	205.250	205.250	202.760	202.760
Outros passivos		152.895	152.895	110.170	110.170	157.778	157.778	125.631	125.631
Mensurados a valor justo por meio de resultado									
Contraprestação contingente na aquisição de empresa	CDI	39.478	39.478	37.792	37.792	39.478	39.478	37.792	37.792
Debêntures ⁽¹⁾	IPCA	951.317	951.317	959.418	959.418	951.317	951.317	959.418	959.418
Circulante		1.542.939	1.542.939	2.252.761	2.233.834	1.593.125	1.593.125	2.299.324	2.280.389
Não Circulante		1.327.763	1.327.763	1.239.187	1.237.967	1.330.358	1.330.358	1.252.537	1.251.325

⁽¹⁾ Ver Nota Explicativa 16.4.

17.1.2 Instrumentos financeiros derivativos

Descrição dos derivativos	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil 2025	2024	Saldo contábil 2025	2024
Ativos financeiros derivativos				
Mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Swap	-	95.299	-	95.299
A termo (NDF)	4.663	5.525	4.663	5.525
Opções	11.349	1.669	11.349	1.669
Futuros	982	5.601	982	5.601
Mensurados a valor justo por meio de resultado				
Swap	63.141	91.297	63.141	91.297
Opções / a termo (NDF)	444	10.304	444	10.474
Circulante	17.438	118.398	17.438	118.568
Não Circulante	63.141	91.297	63.141	91.297
Passivos financeiros derivativos				
Mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Opções	8.856	1.873	8.856	1.873
Futuros	10.636	5.746	10.636	5.746
Mensurados a valor justo por meio de resultado				
Opções / a termo (NDF)	10.408	14.572	10.554	14.572
Circulante	29.900	22.191	30.046	22.191

17.1.3 Mensuração do valor justo – critérios, premissas e limitações

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos referidos dados. Como consequência, as estimativas de valor justo acima apresentadas podem não corresponder exatamente aos montantes que seriam obtidos no mercado de troca corrente e, por utilizar diferentes metodologias de mercado, pode ocorrer um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia mantém financiamentos, contratos de swap, compra de moeda a termo (NDF), opções e futuros nos quais o processo de mensuração está classificado no Nível 2 de hierarquia do valor justo. Isso significa que a mensuração utiliza dados de mercado observáveis, como curvas de juros, câmbio e preços de *commodities*, mas não se baseia em preços cotados para instrumentos idênticos negociados em mercados ativos.

a) Instrumentos financeiros não derivativos

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores das aplicações financeiras registrados como equivalentes de caixa se aproximam dos valores de realização, em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

Aplicações financeiras

Embora parte destas aplicações possua liquidez imediata em termos contratuais, algumas encontram-se bloqueadas por determinação judicial ou vinculadas como garantias financeiras.

Outras aplicações possuem cláusulas de carência ou prazo de vencimento que impedem resgates imediatos. Em razão dessas restrições, tais aplicações não são classificadas como equivalentes de caixa. Seus valores contábeis refletem adequadamente o valor justo, uma vez que não há expectativa de perda financeira caso haja liquidação antecipada.

Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras

No caso dos financiamentos atrelados ao dólar, o valor justo foi determinado com base na projeção das taxas futuras de DI e spot nas datas de 31 de dezembro de 2025 e 2024, descontadas ao valor presente pelo cupom limpo na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Financiamentos diretos

Com relação às dívidas decorrentes das aquisições da Pilar, Pelágio, Piraquê e Latinex, que são atualizados pela variação do CDI, o valor justo foi determinado utilizando o mesmo percentual do CDI contratado, de forma a refletir as condições de mercado.

Para a dívida de aquisição da Las Acacias, atualizada pelo Índice de Precios del Consumo (IPC) do Uruguai acrescido da variação da taxa de câmbio de mercado na data-base, o valor justo foi obtido aplicando-se os mesmos índices previstos contratualmente.

Debêntures

O valor justo das debêntures foi determinado com base na projeção do IPCA nas datas de 31 de dezembro de 2025 e 2024, descontado ao valor presente pela taxa DI na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Contas a receber, outros créditos, fornecedores e contas a pagar de curto prazo

Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

b) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Contratos de swap

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de swap em dólar é a diferença entre a ponta ativa e passiva dos contratos e o valor da ponta ativa é determinado descontando-se o valor futuro da curva do cupom cambial, pela projeção do DI. Já para a ponta passiva, descontam-se pelo DI as projeções futuras indexadas à taxa contratada e à taxa DI.

Para os instrumentos financeiros derivativos de swap em IPCA, o valor justo é a diferença entre a ponta ativa e passiva dos contratos e o valor da ponta ativa é determinado descontando-se o valor futuro obtido pela projeção do IPCA, pela projeção do DI e para a ponta passiva, descontam-se pelo DI as projeções futuras indexadas à taxa contratada e à taxa DI.

Contratos a termo (NDF)

O valor justo dos derivativos a termo de câmbio é determinado com base na diferença entre a taxa de câmbio a termo contratada e a taxa futura de mercado, multiplicada pelo notional do contrato, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI na data-base de avaliação.

Já o valor justo dos derivativos a termo de *commodities* é determinado com base na diferença entre o preço a termo da *commodity* contratado e o preço futuro de mercado na data *fixing* da operação, multiplicado pelo notional do contrato, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI e atualizado pela taxa média de mercado na mesma data.

Contratos de opções

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de opções é determinado com base no modelo de precificação *Black-Scholes*, com a coleta das principais variáveis – preço atual do ativo, preço de exercício da opção, prazo até o vencimento, taxa de juros e volatilidade – para obtenção do valor do prêmio da opção na data-base de avaliação, sendo o valor resultante atualizado pela taxa média de mercado na mesma data.

Contratos futuros

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de futuros é determinado com base na diferença entre o preço de contratação (*strike*) das *commodities* e o preço de ajuste de mercado na data-base de avaliação, multiplicado pela quantidade, sendo o valor resultante atualizado pela taxa média de mercado na mesma data.

Todas as informações de valor justo dos derivativos também são confrontadas com aquelas prestadas pelas instituições envolvidas.

17.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia analisa seus principais riscos financeiros, define ações para sua mitigação e monitora o impacto econômico sobre o desempenho. A abordagem da Companhia frente a esses riscos é discutida e definida nas reuniões periódicas do Conselho de Administração.

No curso das atividades, a Companhia está exposta aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de preço das *commodities*, moeda, inflação e taxa de juros).

Nesse contexto, visando proteger e otimizar o resultado em função de riscos de variação dos preços de moeda e *commodities*, a Companhia possui uma política de *hedge* aprovada pelo Conselho de Administração com a missão de assegurar o atendimento dos objetivos estratégicos do negócio. Nela são destacadas as diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de precificação e acompanhamento de *commodities* e moedas estrangeiras, assim como na gestão de efeitos cambiais relacionados às operações da Companhia.

17.2.1 Risco de crédito

Esse risco provém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos junto a instituições, tais como depósitos e aplicações financeiras.

Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia são subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco).

Além disso, a Companhia possui seguro de crédito para proteção contra a inadimplência de clientes específicos, o que possibilita uma indenização de 90% sobre a perda líquida dos recebíveis desses clientes. O limite máximo de indenização é de R\$ 70.000, com vigência no período de 01 de outubro de 2025 a 30 de setembro de 2027. Atualmente, a cobertura do seguro de crédito abrange 142 clientes, no total de R\$ 323.241 (R\$ 308.961 em 31 de dezembro de 2024). Além disso, existem R\$ 65.398 (R\$ 62.814 em 31 de dezembro de 2024) de garantias constituídas mediante hipoteca.

Adicionalmente, a Companhia possui um saldo de perdas de crédito esperadas no montante consolidado de R\$ 60.051 (R\$ 56.422 em 31 de dezembro de 2024) representativas de 3,15% (3,27% em 31 de dezembro de 2024) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6.

Com relação às aplicações financeiras, conforme já mencionado, a Companhia somente realiza aplicações em instituições financeiras com risco de crédito classificado por agências de *rating* como AAA. Além disso, cada instituição possui um limite máximo para saldo de aplicação.

17.2.2 Risco de liquidez

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem da comercialização dos seus produtos, com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência, além dos valores recebidos a título de subvenções para investimento relacionados à implantação ou expansão de unidades industriais. Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia, por sua vez, advêm de investimentos em expansão e modernização de sua estrutura de produção e logística, aquisição de outras empresas, amortização de dívidas, pagamento de tributos, distribuição de dividendos e outros desembolsos operacionais.

De modo geral, a Companhia não tem necessidade de capital de giro adicional. No entanto, diante de eventuais incertezas no mercado ou oportunidades de fusões e aquisições (M&A), poderá optar por captar recursos para reforçar sua posição de caixa.

Assim, a Administração entende que a Companhia apresenta sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos. Vale ressaltar que a Companhia tem limites aprovados em bancos de primeira linha, embora não sejam destinados a cobrir deficiência de liquidez.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Esses valores são brutos e não descontados, contemplando taxas futuras, e incluem pagamentos de juros contratuais, até a data de seu encerramento:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Consolidado (em Reais)	Financiamentos, empréstimos e debêntures		Passivo de arrendamento		Fornecedores e outras contas a pagar		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Valor contábil	1.419.965	2.389.689	322.005	355.465	1.593.197	1.239.078	3.335.167	3.984.232
Valor no vencimento	(1.658.782)	(2.710.169)	(400.825)	(450.684)	(1.593.197)	(1.239.078)	(3.652.804)	(4.399.931)
Menos de um ano	(77.833)	(1.103.228)	(151.160)	(133.824)	(1.593.197)	(1.239.078)	(1.822.190)	(2.476.130)
Entre um e três anos	(571.747)	(143.859)	(160.163)	(204.980)	-	-	(731.910)	(348.839)
Entre três e cinco anos	(642.454)	(827.336)	(58.324)	(76.987)	-	-	(700.778)	(904.323)
Superior a cinco anos	(366.748)	(635.746)	(31.178)	(34.893)	-	-	(397.926)	(670.639)

17.2.3 Risco de mercado – preço das commodities

Os preços das matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo são voláteis e podem sofrer flutuações relevantes decorrentes de períodos de safra, eventos climáticos, dinâmica de oferta e demanda global, e decisões de política econômica. Nessas situações, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, o que poderá vir a impactar a margem de lucro.

A Companhia tem por prática a manutenção de estoques de trigo, principal matéria-prima, que pode variar de dois a quatro meses de consumo, dependendo da época do ano e da sazonalidade de cultivo. Esse procedimento pode ocasionar variações entre o preço médio dos estoques e o valor de mercado em uma data específica.

Nesse contexto, a Companhia acompanha o mercado mundial de *commodities*, monitorando os fatores que impactam a formação dos preços, com o apoio de consultorias especializadas e sistemas de informações on-line com as principais bolsas de mercadorias do mundo. Assim, avalia-se o momento mais oportuno para a aquisição de *commodities*, podendo firmar contratos de compra para entrega futura de matéria-prima, com preço fixado ou a fixar. Dessa forma, fica exposta ao risco de variação nos preços das *commodities*, ao risco de variação cambial ou a ambos.

Como mecanismo para reduzir os níveis de incerteza e assegurar maior previsibilidade em suas operações, a Companhia utiliza instrumentos derivativos, em conformidade com sua política de *hedge*.

Contratos de compra e entrega futura

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura no total de 151.108 toneladas, em que 23.100 toneladas de óleo estavam com preços a fixar (em 31 de dezembro de 2024, 213.500 toneladas, sem preços a fixar). Assim, considerando o valor de mercado para esses casos e o preço firmado para os contratos fixados, eles representavam um montante equivalente a US\$ 24.711 de trigo e US\$ 33.223 de óleo (US\$ 42.225 de trigo e US\$ 33.474 de óleo em 31 de dezembro de 2024).

Diante do risco de variação no preço das *commodities*, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade para o montante de óleo cujo preço não estava fixado (23.100 toneladas). A análise levou em consideração a possibilidade de três cenários de variação no preço da *commodity*, com respectivos resultados futuros que seriam gerados.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Descrição	Posição em risco (toneladas)	Risco	Cenário provável (R\$)	Cenário possível (R\$)	Cenário remoto (R\$)
Contratos de aquisição de óleo (preço a fixar)	23.100	Alta do preço da commodity	2.559	(33.112)	(66.224)

O cenário provável considerou os preços do óleo em US\$ 1.052,05, com projeção da taxa futura do câmbio de R\$ 5,4500, ambos para 90 dias, conforme cotações obtidas na bolsa de Rotterdam e no Banco Central do Brasil (BCB) em 31 de dezembro de 2025. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um aumento no preço das commodities em 25% e 50%, respectivamente.

Instrumentos derivativos

Seguindo a política de *hedge*, a Companhia possui instrumentos derivativos firmados para a proteção do preço de óleo de palma, óleo de soja, trigo, açúcar e gás natural. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentaram valores justos a receber e a pagar conforme segue:

Descrição	Indexador	Venc. ⁽¹⁾	UM	2025		2024	
				Quant.	Valor justo	Quant.	Valor justo
Compra futuros + opções	Óleo de palma - Bolsa de Bursa	out/26	Ton	42.750	(8.453)	7.000	(790)
Compra a termo + opções	Óleo de soja - CBOT	nov/26	Pound	38.400.000	3.655	68.958.972	(1.478)
Compra a termo + opções	Trigo - CBOT	jun/26	Bushel	5.699.950	(3.078)	6.645.000	(946)
Compra a termo + opções	Açúcar - NYBOT	jun/27	Pound	173.376.000	(6.728)	132.496.000	(3.900)
Compra a termo + opções	Óleo cru brent - NYBOT	out/26	Barril	114.000	(2.521)	395.000	2.497
Valor justo a receber (a pagar)					(17.125)		(4.617)

⁽¹⁾ Último vencimento do grupo de contratos.

Nas operações de derivativos de *commodities* negociadas em bolsa de mercadorias, os contratos exigem depósitos de margem. Esses depósitos funcionam como garantias destinadas a cobrir eventuais perdas decorrentes dos ajustes diários a valor de mercado (MTM) exigidos pela bolsa. Em 31 de dezembro de 2025, registrou-se o montante de R\$ 14.262 de depósitos vinculados (R\$ 6.405 em 31 de dezembro de 2024).

A maior parte desses instrumentos financeiros está designada como *hedge* de fluxo de caixa, cujos efeitos estão demonstrados no tópico 17.3 desta nota explicativa.

17.2.4 Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio, em especial, sobre os passivos atrelados à moeda estrangeira dólar, decorrentes de importações das principais matérias-primas, trigo em grão e óleo vegetal de soja e de palma, além de capital de giro e contas a receber no exterior.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia tem procurado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de proteção cambial, mais usualmente operações de swap. Ademais, contrata operações a termo ("Non Deliverable Forward - NDF"), baseadas nas projeções de fluxo de caixa futuros a partir das previsões orçamentárias e de *forecasts* intermediários.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não mantinha contratos de swap, uma vez que todos foram liquidados ao longo do exercício (em 31 de dezembro de 2024, possuía dois contratos de swap, com nocional de R\$ 836.700 e valor justo a receber de R\$ 119.143). No caso de *Non Deliverable Forward*, foram firmados contratos com vencimentos até abril de 2026, com valor de referência (nocional) e valor justo conforme segue:

Descrição	Objeto de proteção	Moeda referência	2025		2024	
			Valor de referência	Valor justo a receber (a pagar)	Valor de referência	Valor justo a receber (a pagar)
A termo (NDF)	Moeda	Dólar	35.900	4.663	19.400	5.525
				4.663		5.525

Os contratos de swap e os contratos a termo de NDF foram designados como *hedge* de fluxo de caixa, cujos efeitos estão demonstrados no tópico 17.3 desta nota explicativa.

Assim, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentou descasamentos relevantes na posição de ativos e passivos sensíveis à variação cambial, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	-	1.054.723	14.647	1.062.570
Contratos de swap (b)	-	(1.002.279)	-	(1.002.279)
Fornecedores em moeda estrangeira (c)	148.589	2.565	167.571	8.725
Ativos em moeda estrangeira (d) ⁽¹⁾	(145.415)	(111.883)	(167.296)	(135.342)
(Superávit) déficit apurado (a+b+c+d)	3.174	(56.874)	14.922	(66.326)

⁽¹⁾ Referem-se a disponibilidades, depósitos vinculados de operações com derivativos e recebíveis em moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade à variação do dólar dos contratos de compra de trigo e óleo para entrega futura

Como já mencionado no item "Risco de mercado: preço das *commodities*", item 16.3.3, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura com total estimado de trigo em US\$ 24.711 e de óleo em US\$ 33.223 sujeitos a risco de variação cambial (US\$ 42.225 de trigo e US\$ 33.474 de óleo em 31 de dezembro de 2024).

A análise de sensibilidade levou em conta a possibilidade de três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros de trigo e óleo que seriam gerados. O cenário provável considerou a cotação do dólar de R\$ 5,4500, projeção da taxa futura do câmbio para 90 dias, conforme cotação obtida no BCB em 31 de dezembro de 2025. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um aumento na cotação do dólar em 25% (R\$ 6,8125) e 50% (R\$ 8,1750), respectivamente.

Descrição do contrato	Posição em risco (USD)	Risco	Cenários		
			Provável	Possível	Remoto
Aquisição de trigo	24.711	Alta do dólar	1.295	(33.669)	(67.337)
Aquisição de óleo	33.223	Alta do dólar	1.741	(45.266)	(90.532)

17.2.5 Risco de inflação

Em razão de emissão de debêntures em março de 2021 com encargos remuneratórios baseados no Índice de Preços para o Consumidor Amplo (IPCA) e com vencimento em longo prazo (7 anos e 10 anos), os resultados da Companhia estão mais suscetíveis a variações significativas da inflação.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos de variações desse índice, a Companhia contratou operações de swap, trocando o risco de variação do IPCA mais taxa de juros pelo CDI mais taxa de juros, por entender que o risco de variação do CDI é baixo, além do fato de ser o indexador de suas aplicações financeiras.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 42 contratos negociados de operações de swap para proteção das emissões das debêntures, com vencimentos até 17 de março de 2031, em que, na ponta ativa recebe, em média, IPCA mais taxa de juros de 4,02% a.a. e na ponta passiva paga, em média, CDI mais taxa de juros de 0,28% a.a. Os valores de referência (nocional) totalizaram R\$ 811.644 para contratos já vigentes e o valor justo bruto a receber desses instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2025 totalizava R\$ 95.014.

Contratos de swap	Valor de referência		Valor da curva		Valor justo	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Posição ativa						
IPCA	811.644	811.644	1.059.092	1.010.663	948.350	962.602
Posição passiva						
CDI	811.644	811.644	846.602	837.326	853.336	845.304
Resultado do swap	-	-	212.490	173.337	95.014	117.298

Esses contratos de swap foram designados como *hedge* de valor justo, cujos efeitos são registrados na demonstração do resultado financeiro (ver Nota Explicativa nº 18).

17.2.6 Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. A seguir, apresenta-se a exposição líquida:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	1.888.273	2.146.311	1.891.496	2.149.069
Passivos financeiros				
Operações em moeda estrangeira com derivativos atrelados ao CDI ⁽¹⁾	-	(856.016)	-	(856.016)
Operações de debêntures com derivativos e capital de giro atrelados ao CDI ⁽¹⁾	(846.602)	(837.326)	(846.602)	(837.326)
Financiamentos indexados ao CDI	(238.777)	(221.495)	(238.777)	(240.552)
Ativos (Passivos)	802.894	231.474	806.117	215.175

⁽¹⁾ Vide itens 17.2.4, risco de taxa de câmbio e 17.2.5, risco de inflação.

Análise de sensibilidade à variação do CDI

O quadro abaixo mostra a projeção de perda que seria reconhecida nos próximos 12 meses, caso fosse mantida a posição dos ativos indexados ao CDI líquidos dos passivos atrelados ao CDI em R\$ 806.117.

Descrição	Posição em risco	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Ativos líquidos	806.117	Queda do CDI	(8.787)	(27.831)	(55.662)

O cenário provável considerou a cotação futura do DI para 360 dias, conforme informação obtida na B3 em 31 de dezembro de 2025, no patamar de 13,81% a.a. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram uma redução nesta cotação em 25% (10,36% a.a.) e 50% (6,91% a.a.), respectivamente.

Mesmo diante da projeção de queda do CDI para o ano de 2026, a Administração da Companhia, devido à sua atual situação econômico-financeira, não vê risco para esse indicador.

17.3 Contabilidade de proteção (*Hedge Accounting*)

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* para as transações com instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de reduzir a volatilidade no resultado, em decorrência do risco de variação dos preços de *commodities*, câmbio e inflação em suas operações, e que são refletidos na avaliação de valor justo desses instrumentos.

Para tanto, no início de uma relação de *hedge*, a Companhia formalmente designa a relação de *hedge* preparando a devida documentação que inclui: a identificação do instrumento de *hedge*, a identificação do item protegido, natureza do risco a ser coberta, a relação de proteção e análise da eficácia do *hedge* demonstrando que há relação econômica entre item protegido e instrumento de *hedge*, índice de *hedge* e como a efetividade será avaliada.

Quanto à relação de proteção, a Companhia utiliza-se de *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de valor justo, conforme segue:

- **Hedge de fluxo de caixa:** consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuível a um risco particular associado com um ativo ou passivo reconhecido ou mesmo uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes, na rubrica "Ganho (perda) em operações de *hedge* de fluxo de caixa", e a parcela inefetiva, quando aplicável, é reconhecida no resultado financeiro. Os ganhos e perdas acumulados são reclassificados no resultado ou no balanço patrimonial quando o objeto de proteção é reconhecido, ajustando-se a rubrica em que foi contabilizado o referido objeto.

Ressalte-se que os efeitos tributários diferidos sobre os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido são reconhecidos também em outros resultados abrangentes, na rubrica "efeitos tributários sobre o ganho (perda) em operações de *hedge* de fluxo de caixa."

- **Hedge de valor justo:** consiste em proteger a exposição às mudanças no valor justo de passivos financeiros suscetíveis a variações de inflação. Neste tipo de relação de proteção, as variações no valor justo de derivativos são registradas na demonstração do resultado financeiro, e os financiamentos, objeto de proteção, também são ajustados a valor justo, cujas variações são igualmente refletidas do resultado financeiro, eliminando ou minimizando a volatilidade no resultado.

Na determinação do índice de *hedge*, a quantidade de instrumentos de proteção designados para contabilidade de *hedge* não excede a quantidade de itens que a Companhia efetivamente deseja proteger baseado na estratégia de proteção aprovada no comitê de *hedge*, não refletindo, portanto, desequilíbrio entre as duas posições (item de proteção e item protegido). Caso a proteção deixe de atender ao índice de *hedge*, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia poderá "reequilibrar" o índice de *hedge* para atender aos critérios de qualificação.

No tocante à avaliação da efetividade do *hedge*, a Companhia adota o método do *dollar offset method (ratio analysis)*, que consiste na comparação da variação de valor justo do instrumento de *hedge* com a variação de valor justo do objeto de *hedge*, sendo prospectivo, com avaliação no início da proteção. A Companhia verifica a efetividade de seus instrumentos financeiros derivativos a cada fechamento trimestral, anual ou por ocasião de alteração significativa nas circunstâncias que afetam os requisitos de efetividade de *hedge*, o que ocorrer primeiro.

A contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente a partir da data em que a relação de *hedge* não mais se qualifica, podendo ocorrer de forma parcial ou integral. Encerra-se, portanto, quando o item protegido é reconhecido no balanço da Companhia ou quando o instrumento derivativo é liquidado, bem como quando há alteração do objetivo da gestão de risco ou quando deixa de existir a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido. Nesses dois últimos casos, todos os ganhos e perdas acumulados das relações de *hedge* semelhantes, registradas no patrimônio líquido, são imediatamente transferidos para o resultado financeiro.

Nesse sentido, a Companhia adotou a contabilidade de *hedge* nas operações com os instrumentos financeiros, em especial, contratos a termo (NDF), opções, contratos futuros e swap, à medida que se qualificam na relação de proteção de *hedge* de fluxo de caixa. Tais instrumentos de *hedge* designados à contabilidade de *hedge* estão em perfeito alinhamento ao objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia.

O item protegido, em geral, trata-se de fluxo de caixa futuro de aquisição de insumos sujeitos ao risco de variação cambial (trigo, óleo, açúcar e cacau), baseado em projeção orçamentária e *forecast* intermediários. Desse modo, o item protegido (compras futuras de matérias-primas importadas) é considerado transação altamente provável e qualifica-se como objeto de *hedge* à medida que estes insumos são essenciais para o processo produtivo da Companhia.

Além disso, o item protegido está relacionado, também, a empréstimos contratados em moeda estrangeira, com o objetivo de proteção do fluxo de caixa da Companhia contra o risco de variação cambial na amortização e no pagamento de juros.

Os instrumentos derivativos utilizados para proteção do risco cambial possuem uma relação econômica direta com o risco do objeto, tendo em vista que são contratados nas mesmas moedas em que as importações de matérias-primas e os empréstimos firmados.

A principal fonte de inefetividade na relação de proteção é o possível descasamento entre os vencimentos dos instrumentos e as datas em que ocorrem as compras. No entanto, este descasamento está limitado ao período do mês de designação, de forma a não comprometer a relação de *hedge*. Desse modo, entende-se que não existem fontes de inefetividade relevantes que possam comprometer a relação de *hedge*.

Os efeitos das relações de *hedge* formalmente designadas estão demonstrados a seguir:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Descrição	Controladora e Consolidado
	Hedge de fluxo de caixa
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(23.132)
Ganhos(perdas) em instrumentos derivativos	45.941
Ajustes ao custo de matéria-prima objeto de proteção	(52.562)
Variações no valor justo de contratos derivativos	4.519
Reclassificação para resultado financeiro	6.621
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(18.613)
Ganhos(perdas) em instrumentos derivativos	(42.034)
Ajustes ao custo de matéria-prima objeto de proteção	12.612
Variações no valor justo de contratos derivativos	9.336
Reclassificação para resultado financeiro	29.421
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(9.278)

A composição do saldo de reserva de *hedge* de fluxo de caixa registrada em outros resultados abrangentes está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora e Consolidado
Saldo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2023	(15.268)
Variações no valor justo de contratos derivativos	4.519
Efeito tributário sobre o valor justo do instrumento de <i>hedge</i>	(1.533)
Saldo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2024	(12.282)
Variações no valor justo de contratos derivativos	9.336
Efeito tributário sobre o valor justo do instrumento de <i>hedge</i>	(3.174)
Saldo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2025	(6.120)

17.4 Gestão do capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são salvaguardar a capacidade de sua continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, e manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital através da análise de sua situação financeira e endividamento com base no índice de alavancagem financeira (dívida líquida/total do capital), por entender que esse indicador reflete de forma mais apropriada o nível relativo de seu endividamento e da sua capacidade de pagamento. A dívida líquida é composta pelos financiamentos e empréstimos, deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão distribuídos conforme demonstrado a seguir:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Consolidado	2025	2024
Dívida de financiamentos e empréstimos	(468.648)	(1.430.271)
Debêntures	(951.317)	(959.418)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	1.888.270	2.152.587
(-) Depósitos vinculados	14.262	6.405
(-) Aplicações financeiras de curto prazo	16.420	17.147
(-) Aplicações financeiras de longo prazo	4.642	1.206
Instrumentos financeiros derivativos a receber	50.533	187.674
Caixa líquido (dívida líquida) (A)	554.162	(24.670)
Patrimônio líquido	8.238.162	7.997.943
Total do capital (B)	7.684.000	8.022.613
Índice de alavancagem financeira (C = A / B x 100)	-7,21%	0,31%

A variação do índice de alavancagem financeira da Companhia é representada pela relação dívida líquida sobre o total do capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o indicador foi de -7,21% (0,31% em 31 de dezembro de 2024), refletindo a mudança de posição de dívida líquida para caixa líquido, influenciada pelo expressivo incremento de recursos em caixa gerados pelas atividades operacionais, na ordem de R\$ 1.407.929, parcialmente compensado pelo pagamento de dividendos, no montante de R\$ 439.034 (R\$ 94.839, referentes ao adicional proposto do ano de 2024 e R\$ 344.195, referentes a dividendos intercalares e extraordinários no ano 2025), dentre outros.

18. Receitas (despesas) financeiras líquidas

As receitas financeiras abrangem recebimentos de rendimentos de aplicações financeiras, atualização de créditos tributários e depósitos judiciais, e variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem desembolsos com juros sobre empréstimos, líquidos do desconto a valor presente das provisões, juros sobre arrendamentos, variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), reconhecidas nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas comerciais e atualização de contingências tributárias, cíveis e trabalhistas.

Os saldos de receitas (despesas) financeiras líquidas estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	359.123	252.059	359.144	252.075
Juros Selic sobre créditos tributários	17.010	22.740	17.168	22.982
Atualização de depósitos judiciais	13.074	8.806	13.074	8.806
Variações cambiais ativas	38.352	72.456	40.750	72.540
Variações cambiais ativas sobre financiamentos	158.539	54.597	158.539	54.597
Outras	7.204	10.449	7.427	10.703
	593.302	421.107	596.102	421.703
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(30.287)	(40.764)	(30.287)	(40.764)
Juros sobre dívida de aquisição de empresas	(19.187)	(18.500)	(20.688)	(18.500)

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Juros sobre arrendamentos	(41.838)	(38.894)	(41.844)	(38.961)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(90.906)	(85.751)	(90.906)	(85.751)
Variações cambiais passivas	(41.131)	(47.731)	(44.013)	(48.210)
Variações cambiais passivas sobre financiamentos	(50.326)	(280.356)	(50.326)	(280.356)
Variações monetárias passivas	-	(325)	-	(325)
Ganhos (perdas) em operações com contratos derivativos	(204.269)	141.173	(204.982)	141.947
Spread nas operações de compra de moeda a termo (NDF)	(29.421)	(6.621)	(29.421)	(6.621)
Variação positiva (negativa) de hedge a valor justo com contratos derivativos	(67.132)	1.997	(67.132)	1.997
Variação positiva (negativa) de valor justo de debêntures e financiamentos	62.680	310	62.680	310
Comissões e despesas bancárias	(12.663)	(8.921)	(13.604)	(9.323)
Descontos financeiros concedidos	(446)	(16.737)	(446)	(16.738)
Outras	(48.031)	(26.509)	(48.095)	(26.572)
	(572.957)	(427.629)	(579.064)	(427.867)
Despesas financeiras líquidas	20.345	(6.522)	17.038	(6.164)

Com exceção dos custos de empréstimos que são capitalizados como parte do ativo, todos os demais são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos relativos a empréstimos.

19. Obrigações sociais e trabalhistas

A Companhia e suas controladas concedem benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e incorridos como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo. A participação nos lucros e resultados é reconhecida no resultado como custos e despesas operacionais.

Para a diretoria não estatutária e executivos do nível gerencial existe, ainda, um plano de remuneração baseado em ações, conforme destacado na Nota Explicativa nº 26, extensivo aos diretores estatutários celetistas.

A composição dos saldos contempla as seguintes provisões e encargos:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisões trabalhistas				
Provisão de participação nos lucros e resultados ⁽¹⁾	102.809	-	104.385	-
Provisão de férias	89.074	78.150	90.972	79.822
Outros	4.171	9.400	4.606	10.143
	196.054	87.550	199.963	89.965
Encargos sociais e trabalhistas				
INSS	62.497	56.723	63.733	57.990
FGTS	17.589	12.675	18.100	13.095
Outros	99	45	106	49
	80.185	69.443	81.939	71.134
Total	276.239	156.993	281.902	161.099

⁽¹⁾ Em 2024, houve a reversão da provisão de participação nos lucros, em decorrência do não atingimento das metas dos indicadores de desempenho corporativo.

20. Obrigações fiscais

A composição dos saldos contempla as seguintes obrigações fiscais:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS/Cofins	22.888	16.998	24.497	17.435
Imposto de renda retido na fonte	12.707	14.104	12.846	14.253
Imposto de renda e contribuição social a pagar	32.764	9.220	32.810	9.457
Outras obrigações fiscais federais	1.818	1.588	9.838	10.370
ICMS	76.715	56.654	80.706	57.067
ISS	2.541	2.590	2.611	2.690
Total	149.433	101.154	163.308	111.272

21. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia têm a natureza de subvenções para investimento, e se dividem em subvenções estaduais e federais, sendo todas monetárias e registradas pelos seus valores nominais.

Os recursos recebidos constituem fonte de reposição do capital investido nos empreendimentos econômicos resultantes dos projetos de investimento implementados pela Companhia e enquadrados nos respectivos programas públicos de fomento ao desenvolvimento. Todas essas subvenções para investimento são de caráter oneroso (em função de determinadas condições) e concedidas por prazo certo.

Para efeito da determinação do valor das subvenções para investimento que deve transitar no resultado, a Companhia utiliza o regime de competência, reconhecendo as subvenções independentemente do momento em que as realiza em termos financeiros, devido aos seguintes fatores: (i) o histórico de cumprimento dos requisitos legais e contratuais necessários para usufruto dessas subvenções; e (ii) sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para recebê-las dos entes públicos respectivos.

No encerramento do exercício social, a parcela do lucro líquido decorrente das subvenções para investimento é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido, e é excluída da base de cálculo dos dividendos.

21.1 Tributação sobre as subvenções

A partir de janeiro de 2024, em decorrência da Lei nº 14.789, de 29 de dezembro de 2023, as subvenções concedidas pelos Estados passaram a ser tributadas pelo PIS, Cofins, contribuição social e imposto de renda. Em contraponto, a Lei instituiu a possibilidade de apuração de crédito fiscal, correspondente à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) aplicada sobre as receitas de subvenção de investimentos, estabelecendo algumas condições que limitam o valor do crédito.

Importante ressaltar que a Companhia tem decisão com trânsito em julgado, que afasta a tributação do imposto de renda e contribuição social sobre os benefícios fiscais concedidos na forma de crédito presumido/outorgado.

21.2 Incentivos fiscais estaduais

O valor de subvenções para investimento recebido dos estados é determinado a partir do

montante de ICMS devido e incidente sobre os negócios realizados por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de projetos de investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pelos respectivos estados, no âmbito de suas políticas públicas de fomento ao desenvolvimento industrial.

As subvenções para investimentos estaduais, por serem, em sua maioria, calculadas com base no valor do ICMS computado no custo de produção, são alocadas ao resultado numa linha na Demonstração do Resultado do Exercício, logo abaixo do custo dos produtos vendidos.

Ressalta-se que parte do incentivo reconhecido pela Companhia como subvenção para investimento — R\$ 41.263 (líquido de PIS e Cofins de R\$ 4.206) — passou a não ser submetido à tributação do imposto de renda e contribuição social, conforme requisitos previstos na legislação vigente, qualificação do benefício pela Receita Federal, decisão judicial transitada em julgado e pareceres de assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia fez jus aos seguintes valores decorrentes dos incentivos estaduais em vigência, líquidos dos tributos incidentes:

Descrição	2025	2024
Valor bruto dos incentivos estaduais	428.390	411.585
(-) Tributos incidentes	(70.523)	(71.688)
Valor líquido dos incentivos estaduais	357.867	339.897

Quanto ao Fundopem, os valores foram alocados em outras receitas operacionais na Demonstração do Resultado do exercício (ver Nota Explicativa nº 29). Segue o detalhamento do incentivo:

Descrição	2025	2024
Valor bruto Fundopem	5.307	3.841
(-) Tributos incidentes	(924)	(669)
Valor líquido Fundopem	4.383	3.172

Ademais, a Companhia reconheceu crédito fiscal sobre subvenções no valor de R\$ 102.499 sendo R\$ 74.655 alocados na linha de subvenções para investimentos e R\$ 27.844 em outras receitas operacionais na Demonstração do Resultado do Exercício (ver Nota Explicativa nº 8).

A seguir, apresenta-se o detalhamento dos seguintes incentivos estaduais:

Incentivos fiscais estaduais / Unidade incentivada	Percentual de redução do ICMS	Válido até
DESENVOLVE – Bahia: desconto no pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão para o moinho de trigo.		
Moinho de trigo e fábrica de massas e de biscoitos (Salvador-BA)	81%	dez/2032
PROVIN – Ceará: diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão para os moinhos de trigo e sobre o ICMS devido pelas operações com margarinas e gorduras especiais, quitados com recursos do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial para ambas as unidades		
Moinho de trigo (Fortaleza-CE)	74,25%	dez/2032
Moinho de trigo integrado à fábrica de biscoitos e massas (Eusébio-CE)	74,25%	dez/2032
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza-CE)	56,25%	dez/2032

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Incentivos fiscais estaduais / Unidade incentivada	Percentual de redução do ICMS	Válido até
PROEDI – Rio Grande do Norte: crédito presumido sobre o saldo devedor de ICMS mensal		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Natal-RN)	De 75% a 80%	jun/2032
FAIN – Paraíba: desconto de parte do ICMS sobre as aquisições do trigo em grão para o moinho de trigo		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Cabedelo-PB)	81%	dez/2032
PRODEPE – Pernambuco: aplicação de 75% sobre o valor do ICMS incidente sobre o trigo em grão consumido, pela indústria em equivalente de farinha de trigo, além de 5% do frete incidente sobre as vendas para fora da região Nordeste, desde que o valor total da subvenção não ultrapasse a 85% do ICMS sobre o trigo em grão contido na farinha de trigo consumida.		
Fábrica de biscoitos e de massas (Jaboatão dos Guararapes-PE)	75% ou 85%	dez/2032
Tratamento Tributário Especial – Rio de Janeiro (Unidade Piraquê) – Redução do imposto de forma que a carga tributária resulte em percentual igual a 3% do valor das saídas de produção própria em operações internas e interestaduais, por venda e transferência.		
Fábrica de biscoitos e de massas (Queimados-RJ)	75% ou 86,36%	dez/2032
Tratamento Tributário Especial – Bento Gonçalves (Unidade Moinho Isabela) – Abatimento de ICMS devido pela sua operação industrial, quitados com recursos do FUNDOPEM – Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul.		
Moinho de trigo e Fábrica de biscoitos e massas (Moinho Isabela-RS)	32,10% a 39,60%	jul/2027

Em 2025, a Companhia obteve a renovação do incentivo fiscal DESENVOLVE, tendo sua vigência prorrogada até dezembro de 2032.

Crédito presumido

A partir de 2019, com base na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, a Companhia passou a tratar como subvenções para investimento os benefícios fiscais outorgados na forma de crédito presumido/outorgado, previsto no Regulamento do ICMS dos estados do Rio de Janeiro, Paraná, Paraíba, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul, concedidos nas operações com produtos alimentícios realizadas por unidades industriais e comerciais.

Com a edição da Lei nº 14.789/24, foi revogado o dispositivo da Lei nº 12.973/14 que equiparava todos os benefícios fiscais às subvenções para investimento. Dessa forma, a partir de 2024, a parcela decorrente desses benefícios deixou de ser destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais, passando a integrar a base de cálculo dos dividendos.

A seguir, apresenta-se os valores referentes ao crédito presumido, líquidos dos tributos incidentes:

Descrição	2025	2024
Valor bruto crédito presumido	109.034	109.596
(-) Tributos incidentes	(10.086)	(10.138)
Valor líquido crédito presumido	98.848	99.458

Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal

Em 06 de maio de 2016 foi publicado o Convênio ICMS nº 42/2016, o qual autoriza os estados e o Distrito Federal a condicionarem a fruição de incentivos fiscais ao depósito de, no mínimo, 10% calculados sobre o valor dos respectivos incentivos fiscais auferidos pelos contribuintes e destinados a um fundo de equilíbrio fiscal. As disposições desse Convênio são aplicáveis a todos os contribuintes que detenham incentivos e benefícios fiscais, financeiro-fiscais ou financeiros, inclusive os decorrentes de regimes especiais de apuração.

Atualmente, para os estados de Pernambuco, Paraíba, Bahia e Rio de Janeiro, as operações da Companhia estão sujeitas à referida norma.

Os Estados de Pernambuco e da Paraíba prorrogaram as vigências do fundo estadual, respectivamente, até setembro de 2028 e dezembro de 2026. As normas que regulamentam a obrigação nestes Estados dispõem que, o percentual do fundo reduzirá 2 (dois) pontos percentuais a cada ano. Além disso, estabeleceram regras de dispensa do depósito quando verificado incremento de arrecadação no mês em relação ao mesmo período do ano anterior, bem como a possibilidade de depósito apenas complementar ao limite mínimo quando o incremento na arrecadação for inferior ao percentual de cada estado.

O Estado do Rio de Janeiro publicou, em 23 de dezembro de 2025, a Lei nº 11.071, que prorrogou até 2032 a obrigatoriedade de recolhimento ao Fundo Orçamentário Temporário (FOT) e promoveu a majoração de suas alíquotas. Atualmente fixada em 10%, a alíquota será elevada a partir de abril de 2026, passando a: (i) 18,18% para incentivos fiscais concedidos por prazo determinado e condicionados ao cumprimento de obrigações onerosas; e (ii) 20% para incentivos não onerosos.

Com base no julgamento do Supremo Tribunal Federal, que firmou o entendimento de que os valores recolhidos aos fundos possuem natureza jurídica de ICMS, reconheceu-se sua constitucionalidade e a observância ao princípio da não cumulatividade. Considerando a decisão e as características específicas dos incentivos fiscais usufruídos no Rio de Janeiro, a Companhia efetuou o reconhecimento de crédito extemporâneo referente aos últimos cinco anos, totalizando R\$ 8.211.

UF	Vigência		Prorrogação		Alíquota
	Início	Término	Início	Término	
Pernambuco	Ago/2016	Dez/2024	Jan/2025	Dez/2028	8%
Paraíba	Out/2016	Mar/2024	Mar/2024	Set/2026	4%
Bahia	Set/2016	Dez/2018	Jan/2019	Dez/2026	10%
Rio de Janeiro	Dez/2016	Mar/2026	Abr/2026	Dez/2032	10% (até março/2026) 18,18% e 20% (a partir de abril/2026)

Em 31 de dezembro de 2025, as despesas incorridas pela Companhia relativas as referidas obrigações totalizaram R\$ 26.527 (R\$ 17.447 em 31 de dezembro de 2024).

21.3 Incentivos fiscais federais

A Companhia é beneficiária de subvenções federais obtidas por conta da realização de investimentos nas unidades industriais sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

As subvenções são concedidas pelo prazo certo de 10 anos para os empreendimentos industriais que comprovarem, junto à Sudene, a realização de investimentos no Nordeste, mediante instalação, modernização, ampliação ou diversificação de unidades industriais na região, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obtenção da contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento do Nordeste.

O valor das subvenções para investimento a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste em montante equivalente ao resultado da aplicação de até 75% sobre uma base de cálculo legalmente denominada "lucro da exploração", gerado por unidades industriais incentivadas. A quitação se realiza pela dedução do benefício sobre o valor devido de imposto de renda, com base na apuração do lucro real.

A subvenção federal é apresentada na Demonstração do Resultado como dedução do imposto de renda da pessoa jurídica. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia fez jus à R\$ 92.876 (Em R\$ 31.856 em dezembro de 2024).

Os prazos de vigência das subvenções federais em vigor são detalhados a seguir, e todos os incentivos possuem o índice de redução do IR de 75%.

Unidades industriais	Período de validade
Moinho de trigo, fábrica de biscoitos e massas (Eusébio - CE)	Jan de 2023 até Dez de 2032
Fábrica de torradas (Eusébio - CE)	Jan de 2023 até Dez de 2032
Moinho de trigo (Fortaleza - CE)	Jan de 2023 até Dez de 2032
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza - CE)	Jan de 2023 até Dez de 2032
Moinho de trigo (Natal - RN)	Jan de 2023 até Dez de 2032
Fábrica de massas (Natal - RN)	Jan de 2023 até Dez de 2032
Moinho de trigo e fábrica de massas (Cabedelo - PB)	Jan de 2023 até Dez de 2032
Fábrica de massas e de biscoitos (Salvador - BA)	Jan de 2023 até Dez de 2032
Moinho de trigo e mistura pronta para bolo (Salvador - BA)	Jan de 2023 até Dez de 2032
Fábrica de massas e biscoitos (Jaboatão dos Guararapes - PE)	Jan de 2023 até Dez de 2032
Fábrica de biscoitos, bolos e snacks (Maracanaú - CE)	Jan de 2023 até Dez de 2032
Fábrica de massas (Maracanaú - CE)	Jan de 2024 até Dez de 2033

A Administração da Companhia avalia que vem cumprindo as exigências para obtenção das referidas subvenções. Ademais, não distribui, a título de dividendos, os valores delas decorrentes.

22. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

No curso normal de suas operações, a Companhia é parte em ações judiciais e administrativas que envolvem questões tributárias, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, perante tribunais e órgãos governamentais.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos cíveis, trabalhistas e tributários, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de perda em prováveis, possíveis ou remotos. A análise é feita em conjunto com os escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia.

Somente os riscos classificados como prováveis são provisionados em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. Entretanto, em virtude da operação de combinação de negócio (aquisição da Piraquê), foram reconhecidas, também, provisões para processos com riscos de perda possível e remota, existentes na data da aquisição. Nesses casos, se materializadas as perdas, tais valores serão reembolsados pelos antigos sócios caracterizando-se, assim, em contingência de natureza indenizável.

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresentava as seguintes provisões e depósitos judiciais, relacionados aos riscos cíveis, trabalhistas e tributários:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Descrição	Provisão				Depósitos Judiciais ⁽¹⁾			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Trabalhistas e cíveis	68.893	81.407	69.206	81.704	76.547	83.408	77.027	83.677
Tributárias	131.512	110.043	131.512	110.043	179.534	167.708	179.534	167.708
Total	200.405	191.450	200.718	191.747	256.081	251.116	256.561	251.385

⁽¹⁾ Os depósitos cíveis e trabalhistas são atualizados mensalmente pela TR e os de âmbito tributário são atualizados mensalmente pela Selic.

Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos judiciais vinculados aos processos de classificação de risco de perda provável totalizavam R\$ 93.792 (R\$ 102.763 em 31 de dezembro de 2024).

a) Movimentação dos processos no período

Controladora	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	97.910	96.858	194.768
Adições	34.344	9.262	43.606
Atualizações/reversões	9.576	13.485	23.061
Baixas ⁽¹⁾	(60.423)	(9.562)	(69.985)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	81.407	110.043	191.450
Adições	29.482	17.199	46.681
Atualizações/reversões	24.302	13.559	37.861
Baixas ⁽¹⁾	(66.298)	(9.289)	(75.587)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	68.893	131.512	200.405

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, a baixa de provisão contra depósito judicial recursal.

Consolidado	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	98.948	96.858	195.806
Adições	34.358	9.262	43.620
Atualizações/reversões	9.506	13.485	22.991
Baixas ⁽¹⁾	(61.108)	(9.562)	(70.670)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	81.704	110.043	191.747
Adições	29.482	17.199	46.681
Atualizações/reversões	24.317	13.559	37.876
Baixas ⁽¹⁾	(66.297)	(9.289)	(75.586)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	69.206	131.512	200.718

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, a baixa de provisão contra depósito judicial recursal.

b) Movimentação dos depósitos judiciais no período

Controladora	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	88.227	169.809	258.036
Adições	73.491	935	74.426
Atualizações	2.236	8.023	10.259
Baixas	(80.546)	(11.059)	(91.605)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	83.408	167.708	251.116
Adições	56.160	81	56.241
Atualizações	475	12.599	13.074
Reclassificação	803	(803)	-
Baixas	(64.299)	(51)	(64.350)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	76.547	179.534	256.081

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Consolidado	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	88.730	169.809	258.539
Adições	74.237	935	75.172
Atualizações	2.236	8.023	10.259
Baixas	(81.526)	(11.059)	(92.585)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	83.677	167.708	251.385
Adições	56.388	81	56.469
Atualizações	475	12.599	13.074
Reclassificação	803	(803)	-
Baixas	(64.316)	(51)	(64.367)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	77.027	179.534	256.561

Segue o cronograma esperado de realização dos processos tributários em 31 de dezembro de 2025:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2026	13.264
2027	62.062
2028	25.476
2029	19.007
2030 em diante	11.703
Total	131.512

c) Naturezas dos processos

Cíveis e trabalhistas

A Companhia figura como ré em 521 processos (653 em 31 de dezembro de 2024) de naturezas trabalhista e cível, cujas probabilidades de perda são classificadas como provável. Observa-se, dessa forma, uma redução no número de demandas ao longo de 2025, em continuidade à tendência de diminuição verificada em anos anteriores, reflexo das estratégias adotadas pela Companhia na gestão de seus contingentes judiciais.

As provisões constituídas para riscos trabalhistas estão demonstradas a seguir:

Trabalhistas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Horas extras e reflexos	29.598	37.545	29.804	37.545
Comissões sobre vendas	2.127	4.452	2.127	4.452
Adicional de insalubridade ou periculosidade	1.417	3.880	1.450	3.880
Equiparação salarial, desvio ou acúmulo de função	3.241	2.897	3.241	2.897
Reconhecimento de vínculo empregatício	1.672	1.207	1.672	1.207
Outras	12.428	19.839	12.462	20.116
	50.483	69.820	50.756	70.097

Em relação as provisões para riscos cíveis, o montante em 31 de dezembro de 2025, cuja probabilidade de perda classificada como provável, é de R\$ 18.450 (R\$ 11.606 em 31 de dezembro de 2024) e envolve problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição e ações de reparação de danos.

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as provisões para riscos tributários estão demonstradas conforme segue:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Descrição	Controladora e Consolidado			
	2025		2024	
	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais
IPI – depósito judicial	7.705	7.705	7.367	7.367
IRPJ – depósito judicial (a)	42.718	42.718	40.466	40.466
IPTU – depósito judicial	2.362	5.705	2.134	5.326
ICMS (b)	20.723	-	7.287	-
Honorários advocatícios de êxito (c)	27.968	-	22.673	-
Contingências indenizáveis (d)	5.863	-	14.213	-
Outros	24.173	12.965	15.903	11.980
	131.512	69.093	110.043	65.139

- (a) A Piraquê ingressou no ano de 2008, com ação ordinária visando o cancelamento da cobrança administrativa de IRPJ, em virtude da limitação de 30% (trinta por cento) do lucro na compensação de prejuízos fiscais (art. 42 da Lei 8.981/1995). Alega-se a ocorrência de prescrição, nos termos do art. 156, V, c/c 174 do Código Tributário Nacional, tendo procedido com o depósito judicial em sua totalidade para suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A ação foi julgada parcialmente procedente em 1ª instância, tendo sido cancelado 85,64% do auto de infração. Após interposição de recursos o processo encontra-se no STJ para julgamento dos embargos de declaração opostos pela Piraquê.

A Piraquê impetrou, no ano de 1992, mandado de segurança visando não ser compelida a adicionar ao lucro líquido, para fins de determinação da base de cálculo do IRPJ relativos aos períodos base mensais encerrados em 31/01/1992 e 28/02/1992, a parcela dos encargos de depreciação, amortização, exaustão, ou de custo de bem baixado a qualquer título, que corresponder à diferença de correção monetária pelo IPC e pelo BTN Fiscal, no ano de 1990, nos termos dos arts. 39 e 41 do Decreto nº 332/91. A Piraquê efetuou o depósito judicial no montante total do débito. Houve decisão desfavorável aplicando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 545.796 de sistemática de repercussão geral. Contudo, a Companhia discute a não aplicação do entendimento do STF para o tributo ILL, por meio do recurso de embargos de declaração no agravo interno, o qual aguarda-se julgamento.

- (b) Valores exigidos pelo Estado do Ceará, relativos a suposto lançamento de crédito a maior de ICMS (deferidos pela Célula de Gestão Fiscal da Substituição Tributária e Comércio Exterior- CESUT) originados da restituição de indébito das operações com farelo de trigo pagas na aquisição de trigo em grão que ocorreram entre a vigência do Protocolo 46/00 e a data da publicação do protocolo 50/06.
- (c) Referem-se aos honorários advocatícios que serão devidos aos advogados que patrocinam as causas, a partir do êxito das ações, e são calculados sobre os respectivos valores envolvidos, com risco de perda possível ou remota. Além disso, avalia-se a fase processual das ações.
- (d) Referem-se aos processos tributários da Piraquê e da Pelágio, empresas incorporadas, de caráter indenizatório, em função da obrigação dos vendedores em devolver ou descontar da parcela retida do preço as contingências que venham a se materializar. Em 2024, houve atualização da contingência indenizável, ocasionando um acréscimo no montante de R\$ 2.960.

Passivos contingentes – risco de perda possível

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia e suas controladas possuem diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais figuram no polo passivo e

cuja perda, segundo a opinião de consultores jurídicos internos e externos, é possível, totalizando aproximadamente R\$ 2.307.733 (R\$ 2.115.040 em 31 de dezembro de 2024).

Dentre os processos tributários, merecem destaque aqueles relevantes que versam sobre as seguintes matérias:

Descrição	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Crédito outorgado indevido de ICMS (a)	467.069	446.032
PIS/Cofins sobre insumo (b)	359.814	253.877
PIS/Cofins importação(c)	240.418	224.189
IPI alíquota zero (d)	162.474	156.629
Crédito indevido de ICMS- Margem de Valor Agregado (e)	129.976	-

(a) Trata-se de seis autos de infração lavrados sob a motivação de que a Companhia não detinha o direito de uso do crédito outorgado concedido pelo Estado de São Paulo, por já ter se beneficiado de outros créditos na entrada dos produtos, em discussão na esfera administrativa e judicial.

Ademais, a Companhia recepcionou, em dezembro de 2024, o auto de infração nº 5.051.926-8 lavrado para filial de São Caetano do Sul no montante de R\$ 58.355 sobre o tema “crédito outorgado indevido de ICMS”.

(b) A Receita Federal, em procedimento fiscalizatório, lavrou auto de infração referente à glosa de créditos sem previsão expressa na legislação, indo de encontro ao julgamento do STJ sobre o conceito de essencialidade e relevância das despesas para o desenvolvimento da atividade econômica.

Ademais, a Companhia recepcionou, em novembro de 2025, o auto de infração n 10340-721470/2025-70 lavrado pela Receita Federal no montante de R\$ 78.656 essa matéria.

(c) Foi emitido despacho decisório indeferindo o crédito reconhecido por decisão judicial transitado em julgado que reconheceu o direito da Companhia de recolher o PIS/Cofins importação apenas sobre a base de cálculo constitucionalmente prevista, qual seja, o valor aduaneiro, assim entendido como o valor da operação de importação, excluindo-se de sua abrangência o valor do ICMS e das contribuições incidentes sobre a operação.

(d) Refere-se às execuções fiscais ajuizadas em razão de a Companhia ter compensado créditos decorrentes de ação judicial. Tal ação judicial questionou a utilização do saldo credor do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI anterior a janeiro de 1999, decorrente da aquisição de insumos (matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem), aplicados na industrialização de produtos isentos ou tributados à alíquota zero, com IPI devido na saída de outros produtos, nos termos da Lei nº 9.779/99, sem as limitações da IN/SRFB n 33/99, por ser efeito do Princípio da Não-Cumulatividade.

(e) A Receita Federal, em procedimento fiscalizatório, glosou parte do crédito fiscal habilitado e compensado decorrente de ação judicial que garantiu à Companhia o direito de não tributar o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins por discordar da metodologia dos valores excluídos pelo contribuinte.

23. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados até a data do encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito às situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao fisco.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

23.1. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com a aplicação das alíquotas fiscais combinadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social [A]	700.178	816.794	708.270	823.185
Alíquota fiscal combinada [B]	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%
[A X B] Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(238.061)	(277.710)	(240.812)	(279.883)
Adições permanentes [C]	(5.512)	(29.436)	(3.007)	(27.796)
Despesas não dedutíveis	(2.243)	(24.379)	(2.268)	(24.409)
Equivalência patrimonial	(3.269)	(5.057)	(739)	(3.387)
Exclusões permanentes [D]	110.336	104.444	102.490	98.586
Equivalência patrimonial	1.472	7.820	296	286
Incentivos fiscais estaduais ⁽¹⁾	52.531	37.262	52.531	37.262
Crédito Fiscal ⁽²⁾	34.850	20.459	34.850	20.459
Benefício Fiscal - Juros sobre capital próprio	-	27.371	-	27.371
Outros itens	21.483	11.532	14.813	13.208
[A X B+C-D] Imposto de renda e contribuição social no resultado antes da isenção	(133.237)	(202.702)	(141.329)	(209.093)
Subvenção governamental do imposto de renda [E]	92.876	31.856	92.876	31.856
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período pós-isenção [F]	(40.361)	(170.846)	(48.453)	(177.237)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(40.675)	(8.816)	(40.731)	(9.111)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	314	(162.030)	(7.722)	(168.126)
[F/A] Alíquota efetiva	5,76%	20,92%	6,84%	21,53%

⁽¹⁾ Valor do incentivo bruto de crédito presumido, sem a incidência de PIS/Cofins. Vide Nota Explicativa nº 21 que apresenta o detalhamento dos incentivos fiscais estaduais. ⁽²⁾ Crédito fiscal sobre as receitas de subvenção para investimentos, conforme especificado na Nota Explicativa nº 21.3.

23.2. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo diferido				
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	12.191	9.950	12.264	10.711
Provisão para litígios e demandas judiciais	35.849	33.794	36.019	33.960
Provisão de despesas com logística e verbas contratuais	11.607	13.107	11.182	12.877
Perdas estimadas com créditos de impostos	13.042	11.170	13.042	11.170
Provisão de despesas com honorários advocatícios	13.768	11.270	13.768	11.270
Provisões de PLR e outros eventos	34.637	(323)	35.092	(323)
Perdas estimadas para redução do valor recuperável de estoque	9.142	7.858	10.677	8.043

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Amortização do balanço a valor justo	19.989	20.196	20.340	20.602
Perdas em operação com contratos derivativos	16.906	10.979	16.906	10.979
Prejuízo fiscal ⁽¹⁾	222.568	277.366	222.568	277.366
Outras provisões	25.198	20.761	27.285	25.620
Total	414.897	416.128	419.143	422.275
Passivo diferido				
Diferenças de depreciação (taxas fiscais x vida útil)	183.671	205.519	189.424	210.446
Amortização fiscal do ágio pago por rentabilidade futura	271.967	262.688	309.099	294.512
Atualização dos depósitos judiciais	28.073	23.628	28.073	23.628
Ganhos em operação com contratos derivativos	75.885	104.588	75.885	104.588
Outras provisões (reversões)	117.974	78.329	117.975	78.329
Total	677.570	674.752	720.456	711.503
Passivo diferido líquido	262.673	258.624	301.313	289.228

⁽¹⁾ Crédito constituído sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL no valor de R\$ 656.693 e R\$ 648.829, respectivamente.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	93.850	118.359
Reconhecido no resultado	162.031	168.126
Reconhecido em outros resultados abrangentes	1.533	1.533
Outros ⁽¹⁾	1.210	1.210
Saldo em 31 de dezembro de 2024	258.624	289.228
Reconhecido no resultado	(314)	7.722
Reconhecido em outros resultados abrangentes	3.174	3.174
Outros ⁽¹⁾	1.189	1.189
Saldo em 31 de dezembro de 2025	262.673	301.313

⁽¹⁾ Referente compensação de prejuízo fiscal em processos tributários.

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias no prazo máximo de dez anos, considerando a expectativa de realização das provisões que o geraram. As estimativas basearam-se, principalmente, nas expectativas de desfecho dos processos que originaram as provisões para contingências, bem como nos critérios da legislação tributária para dedutibilidade das perdas com créditos de liquidação duvidosa.

Com base no histórico de realizações, os ativos e passivos diferidos das demonstrações financeiras apresentam a seguinte expectativa de realização:

Ativo de imposto diferido		
Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2027	131.145	131.769
2028	99.054	99.224
2029	81.705	81.876
2030	49.318	49.659
2031 em diante	53.675	56.615
Total	414.897	419.143

Passivo de imposto diferido		
Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2027	26.910	27.485
2028	30.165	30.740
2029	55.629	56.204
2030	30.165	30.740
2031 em diante	534.701	575.287
Total	677.570	720.456
Passivo de imposto diferido	262.673	301.313

24. Outros passivos circulantes e não circulantes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para despesas operacionais ⁽¹⁾	108.852	91.650	111.102	104.457
Provisão para honorários advocatícios	12.527	10.473	12.564	10.473
Adiantamentos de clientes ⁽²⁾	21.090	23.476	21.090	23.478
Retenções contratuais	21.250	-	21.250	-
Outros	5.985	2.971	8.581	5.625
Total	169.704	128.570	174.587	144.033
Circulante	139.687	116.857	141.974	129.667
Não circulante	30.017	11.713	32.613	14.366

⁽¹⁾ Refere-se a provisões operacionais da Companhia decorrentes, principalmente, de gastos com prestação de serviços, marketing, logística, entre outros. ⁽²⁾ Refere-se aos recebimentos antecipados de clientes, vinculados a venda de produtos no país.

25. Patrimônio líquido

a) Capital social – Controladora

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia era de R\$ 2.597.656, representado por 339.000.000 ações ordinárias.

No final do exercício de 2025, a Companhia possuía 64.828.952 ações ordinárias em circulação, o que corresponde a 19,12% do total (19,14% em 31 de dezembro de 2024).

O capital social autorizado é de 459.200.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações.

b) Reservas

Reserva legal

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva legal da Companhia totalizou R\$ 337.499 (R\$ 332.389 em 31 de dezembro de 2024).

Reserva de incentivos fiscais

É constituída anualmente a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 21. Em 31 de dezembro de 2025, as reservas de incentivos fiscais totalizaram R\$ 4.489.657 (R\$ 3.932.032 em 31 de dezembro de 2024).

Reserva para plano de investimento

É uma reserva prevista no estatuto social da Companhia, constituída a partir da parcela remanescente do lucro, ou seja, do lucro do exercício líquido das reservas de incentivos fiscais, da reserva legal e dos dividendos propostos, salvo deliberação diversa pela assembleia geral. Sua finalidade é o fortalecimento do capital de giro da Companhia e o reinvestimento de recursos gerados internamente. Essa reserva poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva de plano de investimento totalizou R\$ 868.074 (R\$ 1.116.183 em 31 de dezembro de 2024). Essa reserva observará o limite máximo de 95% do capital social.

Segundo o estatuto social da Companhia, o saldo das reservas de lucros, com exceção das reservas de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o capital social. Caso exceda o limite, a assembleia geral irá deliberar sobre a aplicação do excesso, no sentido de aumentar o capital ou distribuir dividendos.

Reserva especial – Lei nº 8.200/1991

A Companhia contabilizou em exercícios anteriores a 1995 a correção monetária especial prevista no artigo 2º da lei nº 8.200/1991 sobre bens do ativo permanente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a reserva especial totalizava R\$ 16.529.

Ações em tesouraria

Em 18 de abril de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração, o programa de recompra de ações, com o objetivo de adquirir ações de emissão da própria Companhia para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas a: (a) maximizar a geração de valor para os acionistas; e, (b) atender ao Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas. As operações de compra de ações foram suportadas pelo montante global das reservas de lucro e de capitais disponíveis, com a exclusão da reserva legal, da reserva de lucros a realizar, da reserva especial de dividendo não distribuído e da reserva de incentivos fiscais, conforme aplicável.

A quantidade de ações a ser adquirida no âmbito do Programa de Recompra está limitada a 3.580.000 ações ordinárias, com prazo máximo de 18 meses, iniciando em 19 de abril de 2024 com encerramento em 19 de outubro de 2025.

Ao longo de 2025, foram entregues 215.952 para atender ao plano de remuneração baseado em ações, conforme destacado na Nota Explicativa nº 26 (669.878 em 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, a quantidade de ações em tesouraria adquirida pela Companhia totalizava 3.616.747 ações (3.773.296 em 31 de dezembro de 2024) com preço médio de R\$ 29,90 por unidade de ação, sendo os preços mínimos e máximos de R\$ 20,75 e R\$ 42,13, respectivamente, totalizando o montante de R\$ 108.157 (R\$ 112.838 em 31 de dezembro de 2024).

c) Remuneração dos acionistas

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da lei nº 6.404/1976, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre o capital próprio, com observância dos limites previstos em lei. O montante dos juros sobre o capital próprio deverá ser sempre imputado ao dividendo obrigatório.

Adicionalmente, a Companhia também aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 21 de fevereiro de 2025, a alteração de sua Política de Remuneração aos Acionistas, com vigência a partir de abril de 2025, na qual prevê:

(a) percentual alvo de 80% (oitenta por cento) do lucro líquido ajustado relativo ao exercício de referência e o pagamento anual referente ao valor residual após aprovação em Assembleia Geral;

(b) valor fixado de R\$ 0,03 (três centavos de real) por ação para os pagamentos mensais de dividendos intercalares;

(c) na hipótese de o quociente entre o endividamento líquido da Companhia e seu EBITDA (alavancagem) atingir o patamar de 1,5x ou mais no fechamento do exercício de referência, o percentual alvo passará a ser de 60%.

Ressalta-se que a política de remuneração de acionistas mantém a possibilidade de, extraordinariamente, o Conselho de Administração deliberar distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital abaixo do objetivo definido, considerando a conjuntura macroeconômica, as condições econômico-financeiras da Companhia (atuais e projeções), bem como a situação dos mercados em que atua, respeitadas as demais políticas da Companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de março de 2025, os acionistas aprovaram, por maioria dos votos, com abstenções, a proposta para pagamento aos acionistas de dividendos complementares, relativos ao exercício de 2024, no valor de R\$ 93.948, pagos no dia 01 de abril de 2025.

Em 28 de agosto de 2025 foi aprovada, na reunião do conselho de Administração, a distribuição extraordinária de dividendos, no valor bruto de R\$ 33.538. O pagamento aos acionistas ocorreu no dia 30 de setembro de 2025.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2025, os acionistas aprovaram, por maioria dos votos, com abstenções, o pagamento aos acionistas de dividendos extraordinários de R\$ 200.000, realizado em 30 de dezembro de 2025, e ratificaram a declaração e o pagamento dos dividendos ocorridos ao longo do exercício de 2025, no valor de R\$ 144.195.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou base de distribuição de dividendos de R\$ 97.082 (R\$ 200.305 em 31 de dezembro de 2024). Contudo, ao longo do exercício de 2025, registrou pagamentos mensais de dividendos intercalares no montante de R\$ 110.657 (R\$ 80.502 a título de juros sobre capital próprio em 31 de dezembro de 2024). Assim, o excedente dos dividendos pagos, no montante de R\$ 13.575, foi atribuído à conta de reserva para plano de investimento.

A seguir, apresenta-se o demonstrativo do cálculo dos dividendos:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Descrição	2025	2024
Lucro líquido do exercício ⁽¹⁾	659.817	645.948
(-) Reserva legal (5%)	(5.110)	(10.542)
(-) Reserva de incentivos fiscais estaduais	(464.749)	(403.245)
(-) Reserva de incentivos fiscais federais	(92.876)	(31.856)
(=) Base de cálculo para os dividendos mínimos	97.082	200.305
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	24.271	50.076
Valor excedente aos dividendos mínimos obrigatórios	72.811	124.374
Remuneração bruta – dividendos/ juros sobre o capital próprio	97.082	80.502
Dividendos adicionais	247.113	93.948
Remuneração bruta aos acionistas	344.195	174.450
(-) IRRF sobre os juros sobre capital próprio	-	(3.449)
Remuneração aos acionistas, líquida de IRRF	344.195	171.001
Percentual da remuneração sobre a base de cálculo	355%	87%
Quantidade média de ações – mil (ex-ações em tesouraria)	339.000	339.000
Dividendos pagos por ação aos acionistas pessoas jurídicas, dispensados de IRRF	1,0153	0,5146
Dividendos pagos por ação aos acionistas pessoas físicas, líquidos de IRRF	1,0153	0,5044

⁽¹⁾ Apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações positivas e negativas no resultado em operações de *hedge* de fluxo de caixa (ver Nota Explicativa nº 17).

e) Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

26. Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações com o objetivo de permitir que os participantes elegíveis adquiram ações com vistas a: (a) criar o senso de propriedade, promovendo o comportamento de “dono do negócio”, intensificando e fortalecendo o elo entre a Companhia e os executivos; (b) estimular a obtenção de patamares elevados e sustentáveis de performance no curto e longo prazo; (c) promover o desenvolvimento da liderança estratégica; (d) viabilizar a existência de um modelo de recompensa “ganha-ganha” baseado no retorno gerado para os acionistas; e, (e) assegurar a competitividade do pacote de remuneração total e a retenção dos principais líderes estratégicos.

Trata-se de um Programa de Incentivo de Longo Prazo com outorga de ações restritas. As outorgas das ações são realizadas anualmente, por um período de 04 (quatro) anos de vigência do plano, sempre no mês de maio, formalizadas por meio de termo de adesão ao plano entre a Companhia e os beneficiários.

Para cada concessão anual haverá carência de três anos e, ao final desse período, se atendidos os critérios de performance, haverá a transferência da posse das ações para o executivo. Nesse modelo, não há desembolso financeiro por parte do executivo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia mantinha ações restritas outorgadas decorrentes dos seguintes planos:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



- Plano aprovado em 30 de abril de 2021: contempla os executivos no nível de diretor não-estatutário, diretor estatutário celetista e até 20% dos executivos do nível gerencial;
- Plano aprovado em 28 de março de 2025: contempla os executivos no nível de diretor não-estatutário, diretor estatutário celetista e gerente executivo.

Conforme plano aprovado em abril de 2021, as ações concedidas não poderão exceder a 1,0% da quantidade total de ações ao longo do período de vigência (de maio/21 a abril/2025). No plano aprovado em março de 2025, as ações concedidas não poderão exceder a 1,2% da quantidade total de ações da Companhia, ao longo de todo o período de vigência (de maio/2025 a abril/2029).

As ações restritas são mensuradas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas como despesa, ao longo do período em que o direito é adquirido, em contrapartida ao patrimônio líquido, como opções outorgadas.

A seguir, estão evidenciadas as quantidades de ações restritas distribuídas, bem como as ações transferidas ao final do período de carência após atender aos critérios de performance.

Data aprovação	Vigência		Carência	% Total ações	Ano da outorga	Qtde executivos	Qtde outorgada	Qtde transferidas	Qtde canceladas	total
	Início	Término								
30/04/23	mai/23	abr/26	3 anos	1,0%	2023	64	710.408	(156.354)	(83.986)	470.068
30/04/24	mai/24	abr/27	3 anos	1,0%	2024	74	578.217	(29.418)	(155.418)	393.381
28/03/25	mai/25	abr/28	3 anos	1,2%	2025	73	1.009.092	-	-	1.009.092

As variações na quantidade de ações restritas estão evidenciadas a seguir:

Descrição	Nº de ações restritas
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.770.890
Ações outorgadas	578.217
Ações transferidas	(669.878)
Outorgas canceladas	(192.829)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.486.400
Ações outorgadas	1.009.092
Ações transferidas	(215.952)
Outorgas canceladas	(406.999)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.872.541

A despesa referente ao valor justo das ações restritas, reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito das ações restritas, foi de R\$ 14.196 (R\$ 17.028 em 31 de dezembro de 2024).

27. Receita operacional líquida

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades no momento em que o controle sobre os produtos é transferido, e pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber reconhecida quando: (i) há evidência convincente de que o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, o que em geral ocorre na sua entrega; (ii) pelo valor que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência do bem ou serviço e (iii) os custos associados e a possível devolução de

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



mercadorias possam ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas sejam reconhecidas.

Vale destacar que a entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescrito ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta	12.698.884	11.849.132	12.835.310	12.003.014
Mercado interno	12.505.196	11.652.990	12.505.210	11.652.988
Mercado externo	193.688	196.142	330.100	350.026
Deduções	(2.334.925)	(2.264.431)	(2.397.762)	(2.340.181)
Devoluções, descontos e cancelamentos	(834.599)	(873.960)	(896.116)	(948.176)
Impostos incidentes sobre vendas	(1.500.326)	(1.390.471)	(1.501.646)	(1.392.005)
Receita líquida	10.363.959	9.584.701	10.437.548	9.662.833

A receita líquida por linha de produto da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é apresentada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos principais	8.012.240	7.465.892	8.069.623	7.521.929
Moagem e refino de óleos	1.771.771	1.659.068	1.771.771	1.659.068
Adjacências ⁽¹⁾	579.948	459.741	596.154	481.836
Receita líquida	10.363.959	9.584.701	10.437.548	9.662.833

⁽¹⁾ Referem-se às outras linhas de produtos: bolos, snacks, mistura para bolos, torradas, produtos saudáveis, molhos e temperos.

28. Resultado por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e, a seguir, apresenta o detalhamento do custo dos produtos vendidos e despesas por natureza consideradas relevantes:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos produtos vendidos				
Matéria-prima	(4.799.011)	(4.219.281)	(4.869.322)	(4.314.448)
Embalagens	(698.342)	(619.953)	(713.671)	(633.108)
Mão de obra	(957.393)	(865.214)	(984.173)	(890.853)
Gastos gerais de fabricação ⁽¹⁾	(712.561)	(705.142)	(727.400)	(706.653)
Depreciação e amortização	(217.259)	(206.746)	(222.084)	(210.721)
Custo das mercadorias revendidas	(141.738)	(152.585)	(27.302)	(13.750)
Total	(7.526.304)	(6.768.921)	(7.543.952)	(6.769.533)

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com vendas				
Despesas com marketing e vendas	(785.519)	(757.092)	(799.981)	(782.269)
Despesas com salários e benefícios a empregados	(578.226)	(530.987)	(588.119)	(541.403)
Despesas com fretes	(556.361)	(518.697)	(556.652)	(519.295)
Despesas de depreciação e amortização	(121.995)	(92.792)	(122.638)	(93.623)
Total	(2.042.101)	(1.899.568)	(2.067.390)	(1.936.590)
Despesas administrativas e gerais				
Despesas com salários e benefícios a empregados	(210.655)	(168.171)	(218.154)	(175.032)
Serviços de terceiros	(75.552)	(76.210)	(78.426)	(79.206)
Despesa com tecnologia	(41.195)	(33.269)	(42.464)	(34.462)
Outras despesas administrativas	(29.399)	(31.791)	(32.669)	(34.813)
Doações	(25.005)	(33.234)	(23.099)	(33.249)
Despesas de depreciação e amortização	(53.408)	(49.105)	(57.266)	(60.245)
Total	(435.214)	(391.780)	(452.078)	(417.007)
Outras receitas (despesas), líquidas ⁽²⁾				
Despesas tributárias	(37.659)	(32.891)	(38.209)	(33.429)
Depreciação e amortização	(10.070)	(4.380)	(10.070)	(4.380)
Outras receitas (despesas)	(90.266)	(99.229)	(96.734)	(100.301)
Total	(137.995)	(136.500)	(145.013)	(138.110)

⁽¹⁾ Refere-se à força motriz, manutenção e outros custos; ⁽²⁾ Vide Nota Explicativa nº 29.

29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

A seguir, são apresentadas as outras receitas e (despesas) operacionais:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras receitas operacionais				
Receita de venda de avarias, varreduras, sucatas e insumos ⁽¹⁾	27.413	19.019	27.703	19.307
Receita de vendas de bens do imobilizado	1.916	2.256	2.352	872
Subvenções para investimentos	32.660	4.427	32.660	4.427
Recuperação de despesas	5.662	10.972	5.751	10.976
Crédito extemporâneo - PIS/Cofins	4.321	2.505	4.750	3.452
Crédito extemporâneo - ICMS	20.780	29.638	20.780	30.328
Crédito extemporâneo - Restituição de Indébitos	-	15.563	-	15.563
Ressarcimento de mercadoria sinistrada	9.709	4.582	9.709	4.582
Receita de venda de energia elétrica	12.563	4.462	12.794	4.472
Outras	10.461	13.936	11.956	14.941
	125.485	107.360	128.455	108.920
Outras despesas operacionais				
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e honorários de êxito	(54.910)	(48.899)	(54.925)	(48.277)
Custo da venda dos bens do ativo imobilizado	(961)	(1.110)	(1.315)	(1.289)
Auto de infração no Inmetro	(2.498)	(3.324)	(2.498)	(3.324)
Perdas estimadas/ realizadas em estoques	(26.502)	(29.264)	(31.932)	(30.082)
Perdas de tributos a recuperar	(5.698)	-	(5.698)	-
Fundo estadual de equilíbrio fiscal	(26.527)	(17.447)	(26.527)	(17.447)
Custo da venda de avarias, varreduras, sucatas e insumos	(27.738)	(53.189)	(30.607)	(53.899)
Custo da venda de energia elétrica	(15.528)	(7.589)	(15.528)	(7.589)

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas tributárias	(37.659)	(32.891)	(38.209)	(33.429)
Despesas com depreciação e amortização	(10.070)	(4.380)	(10.070)	(4.380)
Débito extemporâneo – ICMS	(7.439)	(1.335)	(7.439)	(1.335)
Débito extemporâneo – INSS	(2.936)	-	(2.936)	-
Reversão ganho na aquisição de participação societária	-	(16.774)	-	(16.774)
Gastos com reestruturação	(22.487)	(8.571)	(22.487)	(8.571)
Ressarcimento de despesas	(17.421)	(4.472)	(17.421)	(4.472)
Outras	(5.106)	(14.615)	(5.876)	(16.162)
	(263.480)	(243.860)	(273.468)	(247.030)
Total	(137.995)	(136.500)	(145.013)	(138.110)

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, à venda de ácido graxo.

30. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Companhia, e na quantidade proporcional média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

O lucro por ação diluído das opções de ações é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Companhia, e na quantidade média ponderada ajustada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

Descrição	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	659.817	645.948
Média ponderada de quantidade de ações ordinárias (a)	339.000	339.000
Lucro básico por ação (R\$)	1,94636	1,90545
Ajuste por ações restritas (b)	1.683	1.894
Ações em tesouraria (c)	(3.617)	(3.304)
Média ponderada de quantidade de ações ordinárias para cálculo do lucro diluído por ação (a + b + c)	337.066	337.590
Lucro diluído por ação (R\$)	1,95753	1,91341

31. Informações adicionais aos fluxos de caixa

As transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa estão assim evidenciadas:

a) Conciliação da movimentação patrimonial com a demonstração dos fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamentos

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Controladora

Detalhamento da movimentação	Passivos					Patrimônio líquido	Total
	Financiamentos com instituições financeiras	Financiamentos de impostos	Debêntures	Arrendamentos	Dividendos	(-) Ações em tesouraria	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.123.349	58.523	959.418	355.231	19	(112.838)	2.383.702
<u>Alterações que envolvem caixa</u>							
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	(439.034)	-	(439.034)
Financiamentos tomados	69.227	-	-	-	-	-	69.227
Pagamentos de financiamentos	(889.455)	(8.977)	(145)	-	-	-	(898.577)
Pagamentos de arrendamento	-	-	-	(112.621)	-	-	(112.621)
Total fluxos de caixa de financiamento	(820.228)	(8.977)	(145)	(112.621)	(439.034)	-	(1.381.005)
Juros e variações cambiais pagos	(83.744)	(2.046)	(41.378)	(41.837)	-	-	(169.005)
<u>Alterações que não envolvem caixa</u>							
Variações monetárias e cambiais	(108.213)	-	48.959	-	-	-	(59.254)
Variação do valor justo	-	-	(62.680)	-	-	-	(62.680)
Novos arrendamentos/baixas	-	-	-	79.394	-	-	79.394
Juros, comissões e impostos	25.109	6.784	41.947	41.838	892	-	116.570
Incentivos fiscais	-	18.607	-	-	-	-	18.607
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	438.144	-	438.144
Transferência de ações de incentivo longo prazo	-	-	-	-	-	4.681	4.681
Amortização do custo de transação	109	-	5.196	-	-	-	5.305
Saldo em 31 de dezembro de 2025	136.382	72.891	951.317	322.005	21	(108.157)	1.374.459

Detalhamento da movimentação	Passivos					Patrimônio líquido	Total
	Financiamentos com instituições financeiras	Financiamentos de impostos	Debêntures	Arrendamentos	Dividendos	(-) Ações em tesouraria	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	952.417	47.234	904.277	357.434	18	(76.953)	2.184.427
<u>Alterações que envolvem caixa</u>							
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	(221.821)	-	(221.821)
Financiamentos tomados	1.165.706	-	-	-	-	-	1.165.706
Aquisição de ações de emissão da própria companhia	-	-	-	-	-	(50.533)	(50.533)
Pagamentos de financiamentos	(1.174.986)	(6.918)	(153)	-	-	-	(1.182.057)
Pagamentos de arrendamento	-	-	-	(98.646)	-	-	(98.646)
Total fluxos de caixa de financiamento	(9.280)	(6.918)	(153)	(98.646)	(221.821)	(50.533)	(387.351)
Juros e variações cambiais pagos	(82.428)	(1.438)	(39.610)	(39.190)	-	-	(162.666)
<u>Alterações que não envolvem caixa</u>							
Variações monetárias e cambiais	226.070	-	45.693	-	-	-	271.763
Variação do valor justo	(4.277)	-	3.967	-	-	-	(310)
Novos arrendamentos/baixas	-	-	-	96.739	-	-	96.739
Juros, comissões e impostos	40.697	2.702	40.058	38.894	(59)	-	122.292
Incentivos fiscais	-	16.943	-	-	-	-	16.943
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	221.881	-	221.881
Transferência de ações de incentivo longo prazo	-	-	-	-	-	14.648	14.648
Amortização do custo de transação	150	-	5.186	-	-	-	5.336
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.123.349	58.523	959.418	355.231	19	(112.838)	2.383.702

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Consolidado

Detalhamento da movimentação	Passivos					Patrimônio líquido	Total
	Financiamentos com instituições financeiras	Financiamentos de impostos	Debêntures	Arrendamentos	Dividendos	(-) Ações em tesouraria	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.131.196	58.523	959.418	355.465	19	(112.838)	2.391.783
<u>Alterações que envolvem caixa</u>							
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	(439.034)	-	(439.034)
Financiamentos tomados	79.082	-	-	-	-	-	79.082
Pagamentos de financiamentos	(892.510)	(8.977)	(145)	-	-	-	(901.632)
Pagamentos de arrendamento	-	-	-	(112.739)	-	-	(112.739)
Total fluxos de caixa de financiamento	(813.428)	(8.977)	(145)	(112.739)	(439.034)	-	(1.374.323)
Juros e variações cambiais pagos	(83.857)	(2.046)	(41.378)	(41.842)	-	-	(169.123)
<u>Alterações que não envolvem caixa</u>							
Variações monetárias e cambiais	(108.213)	-	48.959	-	-	-	(59.254)
Variação do valor justo	-	-	(62.680)	-	-	-	(62.680)
Novos arrendamentos/baixas	-	-	-	79.277	-	-	79.277
Juros, comissões e impostos	25.222	6.784	41.947	41.844	893	-	116.690
Incentivos fiscais	-	18.607	-	-	-	-	18.607
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	438.143	-	438.143
Transferência de ações de incentivo longo prazo	-	-	-	-	-	4.681	4.681
Amortização do custo de transação	109	-	5.196	-	-	-	5.305
Saldo em 31 de dezembro de 2025	151.029	72.891	951.317	322.005	21	(108.157)	1.389.106

Detalhamento da movimentação	Passivos					Patrimônio líquido	Total
	Financiamentos com instituições financeiras	Financiamentos de impostos	Debêntures	Arrendamentos	Dividendos	(-) Ações em tesouraria	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	957.569	47.234	904.277	358.107	18	(76.953)	2.190.252
<u>Alterações que envolvem caixa</u>							
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	(221.821)	-	(221.821)
Financiamentos tomados	1.172.112	-	-	-	-	-	1.172.112
Aquisição de ações de emissão da própria companhia	-	-	-	-	-	(50.533)	(50.533)
Pagamentos de financiamentos	(1.178.684)	(6.918)	(153)	-	-	-	(1.185.755)
Pagamentos de arrendamento	-	-	-	(99.152)	-	-	(99.152)
Total fluxos de caixa de financiamento	(6.572)	(6.918)	(153)	(99.152)	(221.821)	(50.533)	(385.149)
Juros e variações cambiais pagos	(82.769)	(1.438)	(39.610)	(39.190)	-	-	(163.007)
<u>Alterações que não envolvem caixa</u>							
Variações monetárias e cambiais	226.070	-	45.693	-	-	-	271.763
Variação do valor justo	(4.277)	-	3.967	-	-	-	(310)
Novos arrendamentos/baixas	-	-	-	96.739	-	-	96.739
Juros, comissões e impostos	41.025	2.702	40.058	38.961	(59)	-	122.687
Incentivos fiscais	-	16.943	-	-	-	-	16.943
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	221.881	-	221.881
Transferência de ações de incentivo longo prazo	-	-	-	-	-	14.648	14.648
Amortização do custo de transação	150	-	5.186	-	-	-	5.336
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.131.196	58.523	959.418	355.465	19	(112.838)	2.391.783

b) Atividades de investimento

Em relação às atividades de investimento, a aquisição de imobilizado e intangível pela assunção do respectivo passivo totaliza o montante consolidado de R\$ 38.853 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 39.162 em 31 de dezembro de 2024).

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior
Presidente

Maria das Graças Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Financeira

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Gustavo Lopes Theodozio
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Mateus Bastos Serra de Alencar
Vice-Presidente Comercial

Daniel Mota Gutierrez
Vice-Presidente Jurídico, de Governança, Riscos e Compliance

Sidney Leite dos Santos
Vice-Presidente de Supply Chain

Magali Carvalho Façanha
Contadora CRC - CE 12410/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61766-650, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e aprovamos as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Eusébio, 26 de fevereiro de 2026.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior
Presidente

Maria das Graças Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Financeira

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Gustavo Lopes Theodozio
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Mateus Bastos Serra de Alencar
Vice-Presidente Comercial

Daniel Mota Gutierrez
Vice-Presidente Jurídico, de Governança, Riscos e Compliance

Sidney Leite dos Santos
Vice-Presidente de Supply Chain

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de diretores da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61766-650, inscrita no CNPJ sob o nº 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Eusébio, 26 de fevereiro de 2026.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior
Presidente

Maria das Graças Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Financeira

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Gustavo Lopes Theodozio
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Mateus Bastos Serra de Alencar
Vice-Presidente Comercial

Daniel Mota Gutierrez
Vice-Presidente Jurídico, de Governança, Riscos e Compliance

Sidney Leite dos Santos
Vice-Presidente de Supply Chain

Relatório do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria da M. Dias Branco S.A Indústria e Comércio de Alimentos ("Companhia"), no exercício de suas atribuições, conforme previsto no Regimento Interno e na Resolução 80/22 da CVM, analisaram a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes emitido nesta data e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e os trabalhos executados pela auditoria interna e pela KPMG, por unanimidade, recomendaram a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei de Sociedade por Ações.

Eusébio, 26 de fevereiro de 2026.

Elionor Farah Jreige Weffort
Coordenadora e membro independente

Ricardo Luiz de Souza Ramos
Membro independente

Adrian Lima da Hora
Membro independente